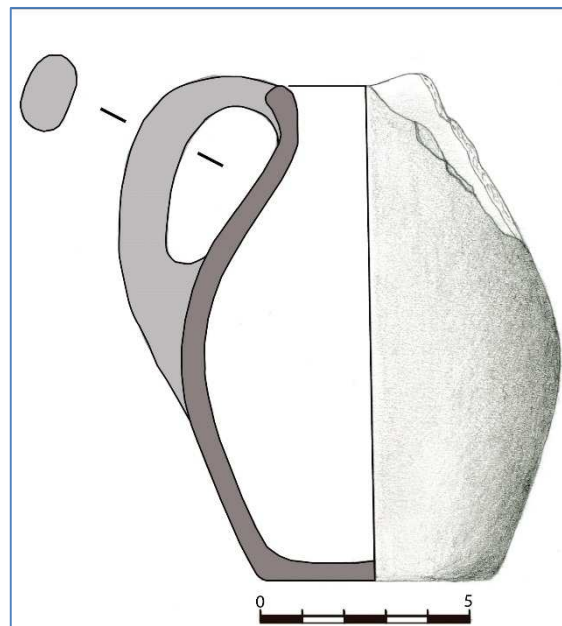


SCIENTIA ANTIQUITATIS



Novos dados sobre o megalitismo de Mora: a Anta do Pequito Velho
(Mora, Portugal)

Leonor Rocha e José Mirão 3

FORTIM DO BALEAL 1 (PENICHE, PORTUGAL) – A CAMINHO DE UM
CONCHEIRO

Luís Rendeiro 23

A ocupação pré-histórica da Gruta da Barroda 3 (Atouguia da Baleia,
Peniche): uma análise preliminar

Luís Rendeiro, Adriano Constantino e Cátia Delicado 49

Museu Municipal de Marvão (Portugal). Origem da instituição
museológica e constituição das colecções

Paula Morgado 79

Novos dados sobre o megalitismo de Mora: a Anta do Pequito Velho (Mora, Portugal)

Leonor ROCHA¹

José MIRÃO²

Resumo

O megalitismo de Mora foi inventariado e maioritariamente escavado na 1ª metade do séc. XX, por Vergílio Correia e Manuel Heleno que recolheram milhares de peças, atualmente depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Nos finais de 2016, José Lopes Aleixo Cravidão (proprietário do Monte do Pequito Velho) doa um conjunto de doze peças recolhidas num monumento megalítico existente na sua propriedade, destruído pela construção de uma estrada. Apresenta-se o estudo desta coleção que constitui um importante contributo para o conhecimento dos rituais funerários, nesta região.

Palavras-chave: Pequito Velho, megalitismo, SEM-EDS, Mora, Portugal

Abstract

Mora's megalithism was inventoried and mostly excavated in the first half of the 19th century. XX, by Vergílio Correia and Manuel Heleno, who collected thousands of pieces, currently deposited in the National Archaeological Museum in Lisbon.

At the end of 2016, José Lopes Aleixo Cravidão (owner of Monte do Pequito Velho) donated a set of twelve pieces collected in a megalithic monument on his property, destroyed by the construction of a road. It is presented the study of this collection that constitutes an important contribution to the knowledge of funerary rituals in this region.

Keywords: Pequito Velho, megalithism, SEM-EDS, Mora, Portugal

¹ lrocha@uevora.pt. Universidade de Évora; CEAACP

² mirao@uevora.pt. Universidade de Évora; Laboratório HERCULES

1. A Anta do Pequito Velho

1.1. Contextualização do sítio

O conjunto megalítico de Pavia identificado, registado e escavado nas primeiras décadas do séc. XX, por V. Correia (Correia, 1921) possui inúmeros problemas devido ao facto de estarmos perante trabalhos antigos que dificultam sempre a integração contextual e interpretativa dos monumentos intervencionados, em particular e, desta mancha megalítica, no seu conjunto (Rocha, 1999).

Por outro lado, os dados resultantes das escavações mais recentes em monumentos megalíticos funerários nesta área têm sido escassos, uma vez que, maioritariamente se tem tentado intervir em monumentos estruturalmente bastante danificados, com estratigrafias quase inexistentes ou muito destruídas por violações antigas e/ou alterações pós-deposicionais (Rocha 2009/2010; 2012; 2015; Rocha e Alvim, 2016).

A Anta da Pequito Velho 2 foi identificada no decurso de trabalhos arqueológicos mas, o seu estado de destruição deixou-nos desde logo dúvidas sobre a sua localização original e arquitetura. Recentemente, a doação de um conjunto de peças recolhidas neste monumento permitiu-nos compreender a sua história, no momento da sua destruição. Efetivamente, este monumento foi destruído nos inícios do séc. XX, no âmbito da abertura do caminho de acesso ao mesmo. No entanto, apercebendo-se desta situação, o proprietário procedeu à recolha do espólio visível tendo, há dois anos doado este espólio ao Museu Nacional de Arqueologia, por Simão Carvidão e José Lopes Aleixo Cravidão, que o remeteu para o novo Museu Interativo do Megalitismo de Mora, que se encontrava na sua fase final de preparação.

O espólio recolhido na Anta do Pequito Velho é, por um lado, surpreendente pela sua riqueza e, por outro, único neste conjunto megalítico atendendo à presença de espólios que nos permitem

identificar diferentes usos (cronologicamente diferenciados) deste espaço sepulcral.

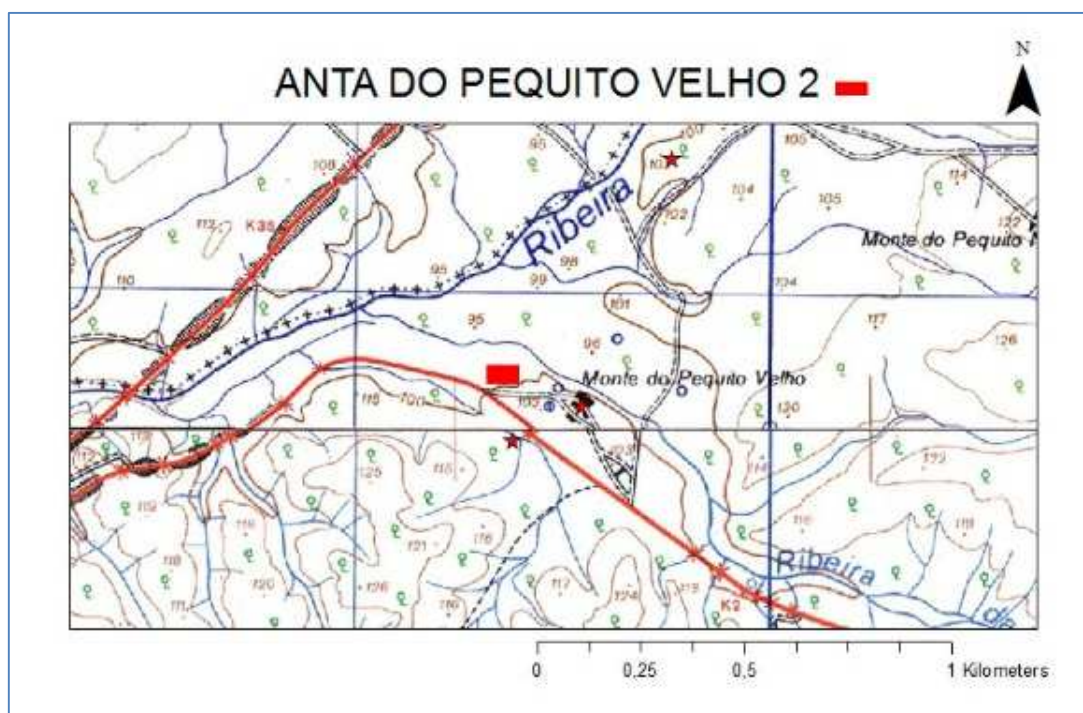


Figura 1. Localização da Anta do Pequito Velho 2 na CMP 1:25 000, FL 395.

2. Materiais arqueológicos

O conjunto de peças doadas era constituído por um total de doze peças, distribuídos por diferentes tipos: cerâmicas (1), pedra lascada (1), pedra polida (7), metal (2) e outros (1).

2.1. Pedra Polida

O conjunto de pedra polida é constituído por sete peças, seis machados e uma pequena goiva. A secção dos artefactos varia entre a ovalada e a subrectangular. A matéria - prima dominante é o anfibolito.

N.º 1 - Machado de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 2).

Secção ovalada, corpo picotado, gume partido num dos lados e polido.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 10,6; Largura máxima – 4,8; Espessura máxima – 3,8.

Nº 2 - Machado de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 2).

Secção ovalada, corpo picotado, gume partido.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 9,4; Largura máxima – 4,7; Espessura máxima – 3,5.

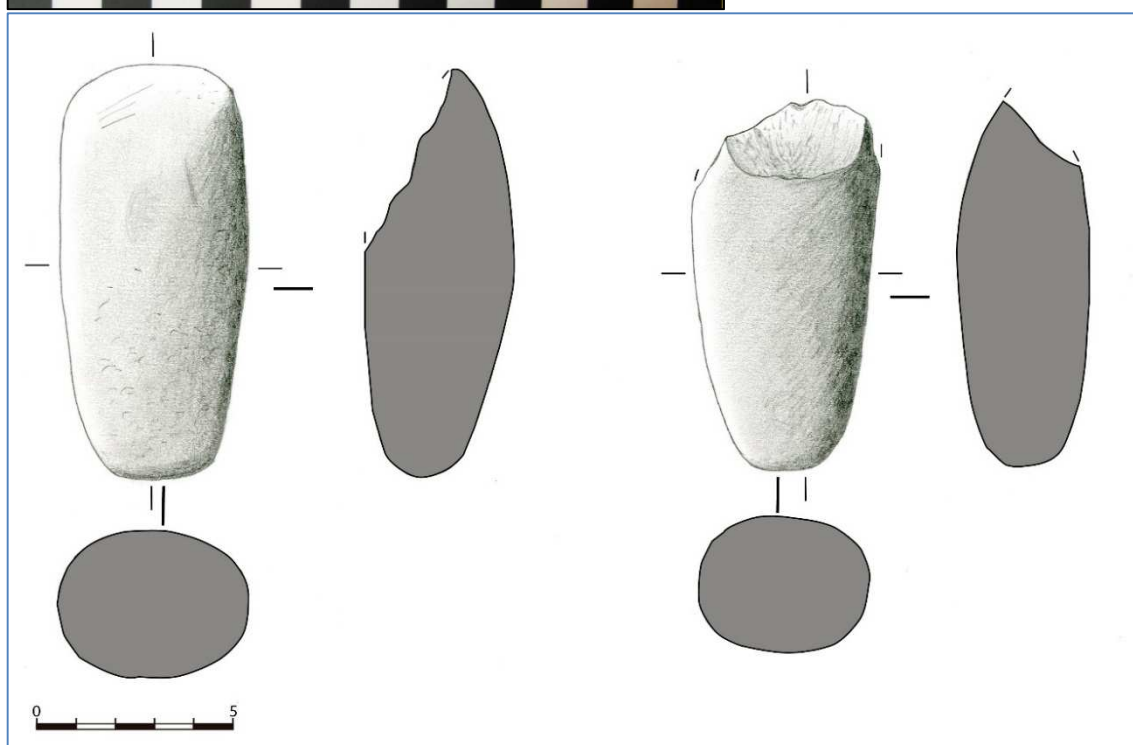


Figura 2. Machados de pedra polida de secção ovalada (Nº 1 e 2).

Nº 3 - Machado de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 3)

Secção retangular, corpo parcialmente polido, gume polido e lascado.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 21,0; Largura máxima – 7,8; Espessura máxima – 4,9.

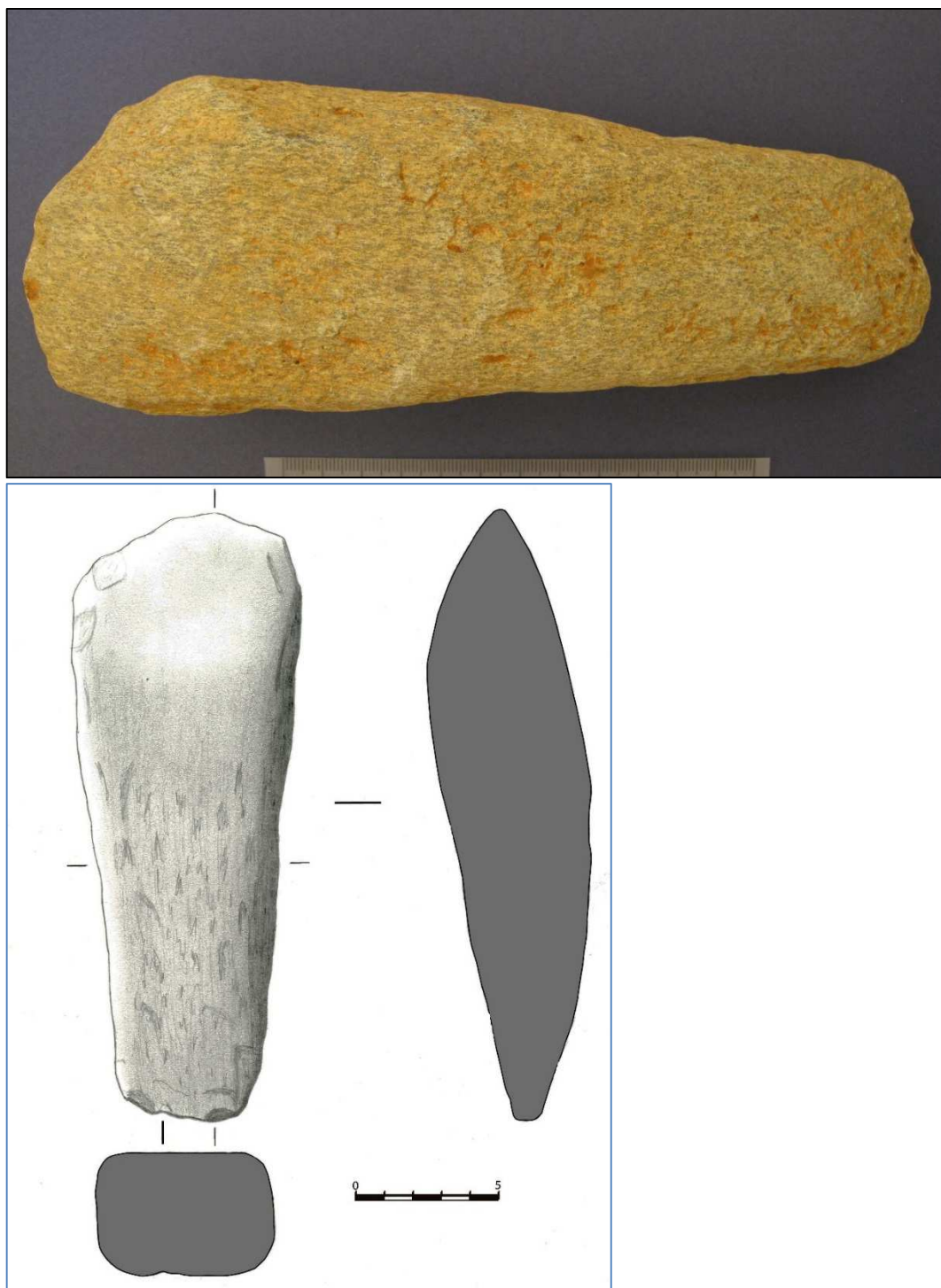


Figura 3. Machado de pedra polida de secção retangular (Nº 3).

Nº 5 - Machado de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 4).

Secção retangular, corpo parcialmente polido, gume intacto.
Corpo parcialmente polido. Fratura no talão.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 10,9; Largura máxima – 5,2; Espessura máxima – 2,5.

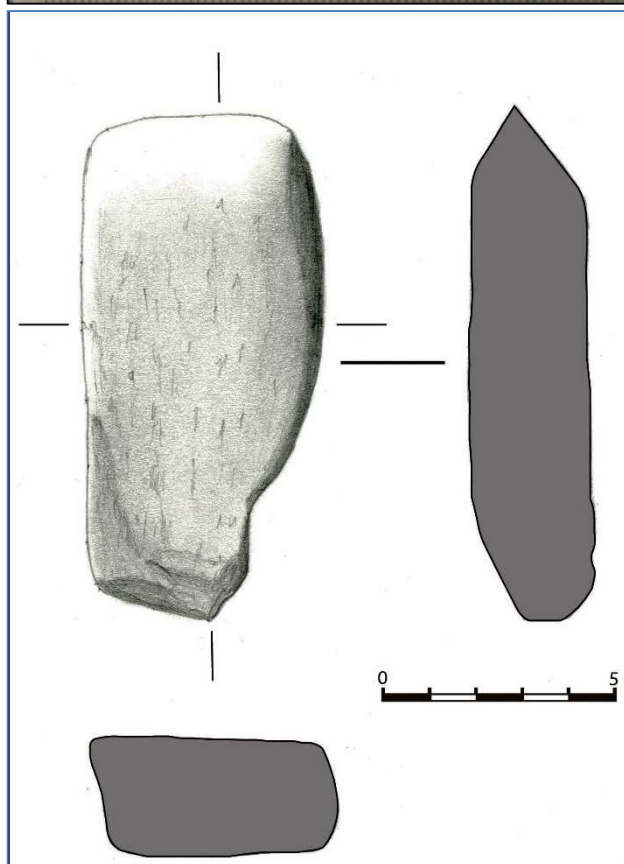


Figura 3. Machado de pedra polida (Nº 5).

Nº 6 - Machado de Pedra Polida. (Fig. 4).

Secção retangular, corpo integralmente polido, dois gumes polidos

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 10,5; Largura máxima – 4,1; Espessura máxima – 1,6.

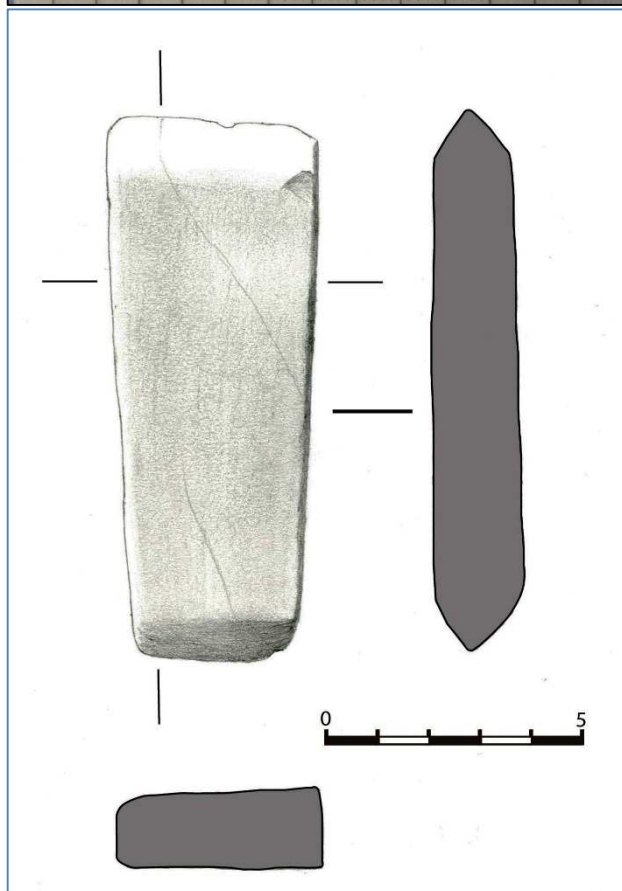


Figura 4. Machado de pedra polida (Nº 6).

Nº 7 - Machado de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 5).

Fragmento distal. Secção retangular, corpo parcialmente polido, gume polido.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 8,9; Largura máxima – 8,8; Espessura máxima – 2,3.

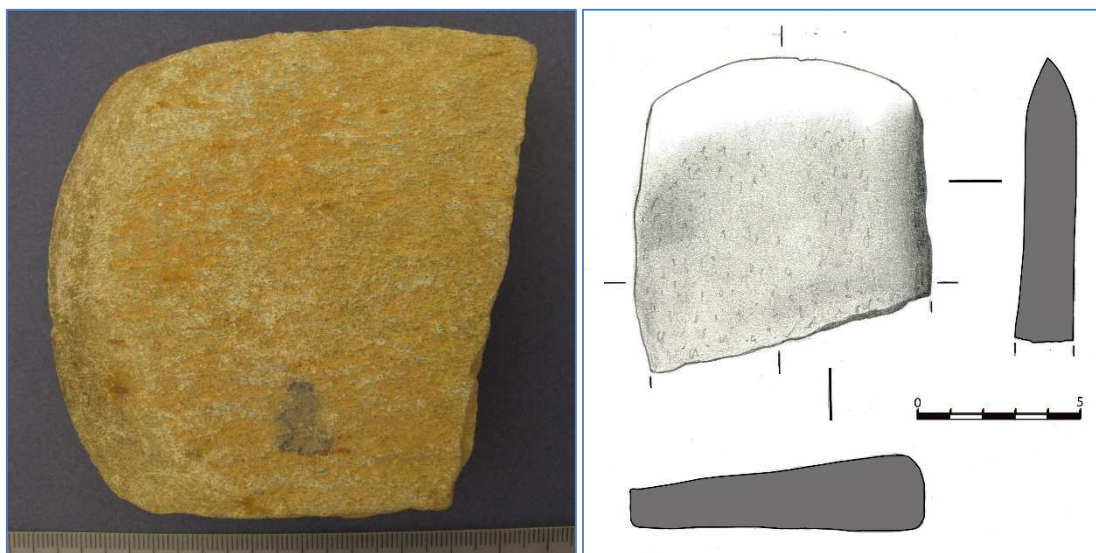


Figura 5. Machado de pedra polida (Nº 7).

Nº 8 - Goiva de Pedra Polida. Anfibolito. (Fig. 6).

Fragmento distal. Secção retangular, corpo parcialmente polido, gume polido.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 12,2; Largura máxima – 2,25; Espessura máxima – 2,25.



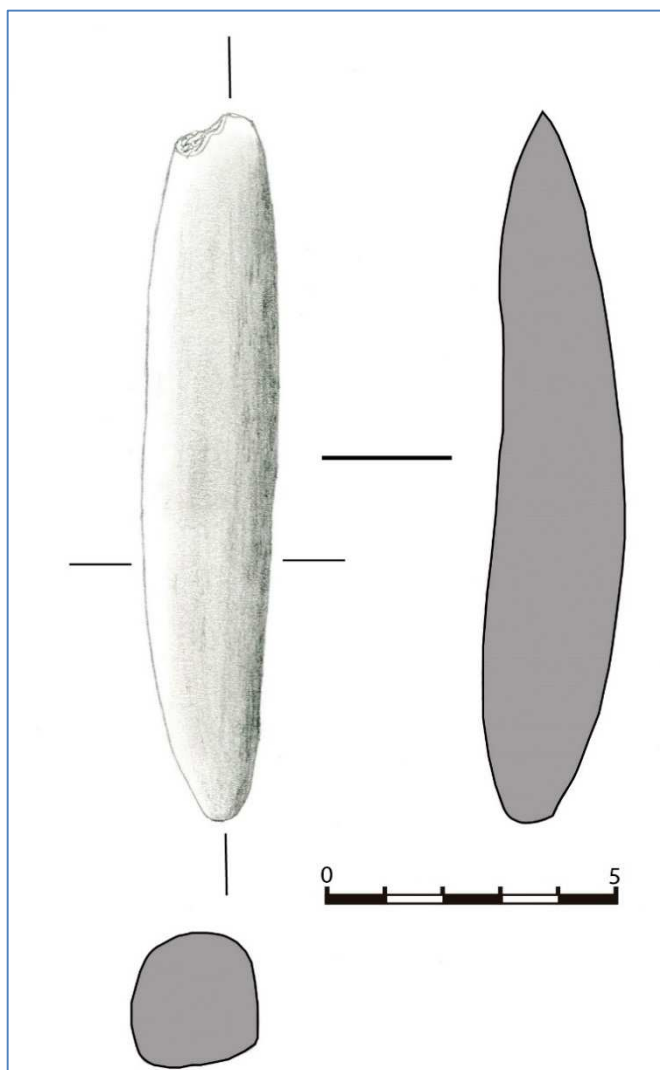


Figura 6. Goiva de pedra polida (Nº 8).

2.2. Pedra Lascada

A indústria de pedra lascada presente é notoriamente escassa, resumindo-se a uma lâmina de xert.

Nº 4 - Lâmina. Xert. (Fig. 7)

Possuí retoque, não contínuo, dos dois lados; extremidade distal e retocada. Partida em 2 fragmentos (colada).

Atributos métricos (cm): Comprimento – 12,3; Largura máxima – 2,5; Espessura máxima – 1,0.

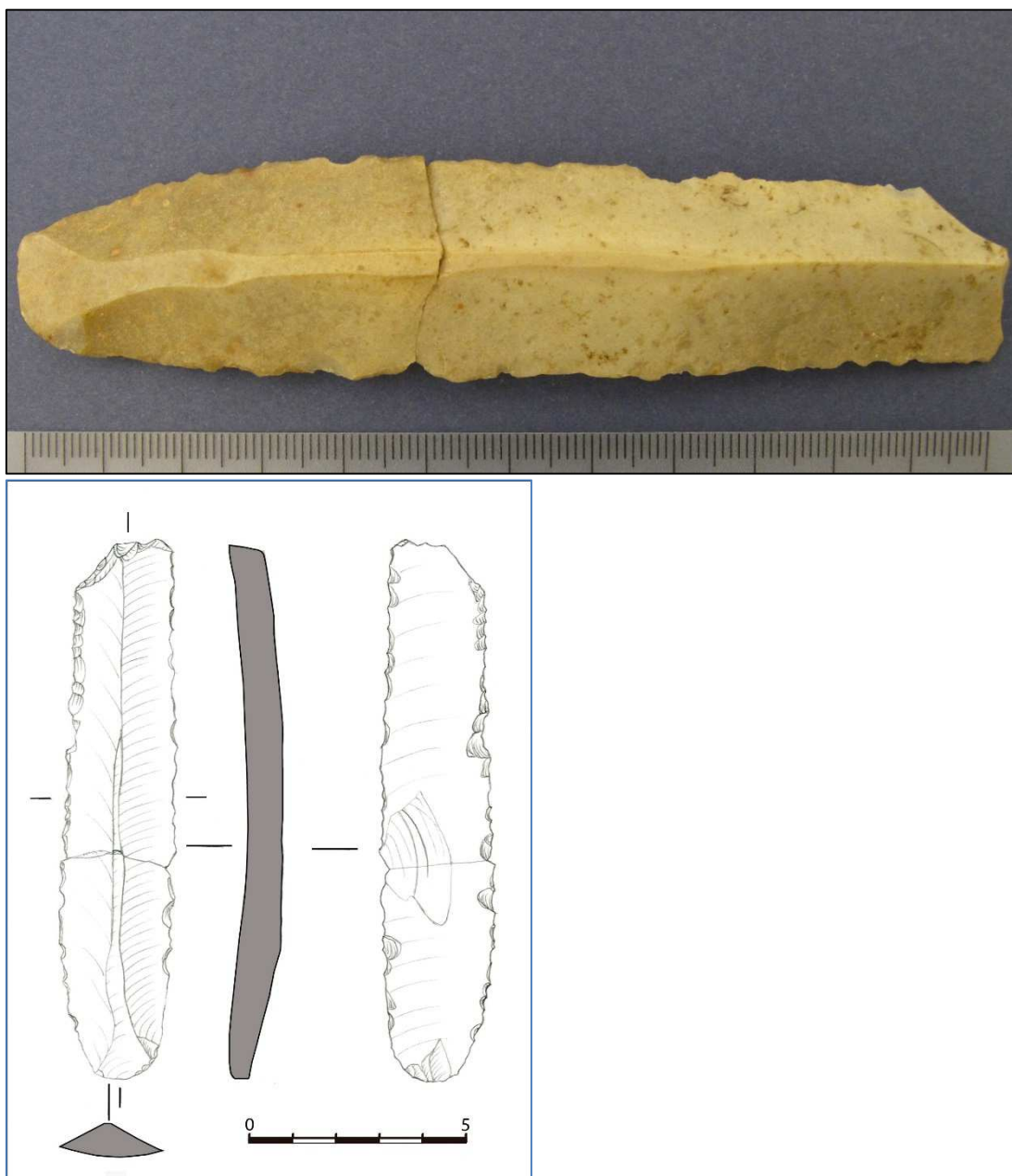


Figura 7. Lâmina de xert retocada (Nº 4).

2.3. Cerâmica

A cerâmica encontra-se representada por um único recipiente, um pequeno jarro, com uma asa de fita.

Nº 11. Jarro/Bilha. Cerâmica (Fig. 8).

Ligeiramente fragmentado no bordo, na área do bico. A asa é de secção ovalada, orientada verticalmente em relação à peça e fixada na parte superior do bordo. Apresenta uma base em disco.

Em termos de fabrico, podemos considerar genericamente como possuindo uma pasta pouco depurada e com abundantes componentes não plásticos, produzido a torno com cozedura oxidante. São visíveis marcas de utilização ao fogo.

Atributos métricos (cm): Altura máxima – 11,7; Diâmetro máximo – 8,8; Diâmetro da boca – 5,4 (?); Diâmetro do colo – 4,7; Diâmetro da base – 5,6; Espessura média – 5,0.



Figura 8. Jarro/bilha em cerâmica, ligeiramente fragmentado no bordo (Nº 11).

2.4. Metais

O conjunto é constituído por dois artefactos, um machado e uma bainha/ponta.

Nº 9. Machado plano, em metal. Inteiro (Fig. 9).

Apresenta uma forma trapezoidal com o gume ligeiramente arqueado, simétrico e lados retos. Apresenta polimento em cerca de metade da peça (distal) e o gume encontra-se sem quaisquer evidências de utilização.

Trata-se da forma mais comum para os machados metálicos mais antigos encontrando-se quer em contextos de povoados, quer em contextos funerários.

Atributos métricos (cm): Comprimento máximo – 11,1; Largura máxima (gume) – 4,3; Espessura máxima – 1,1.

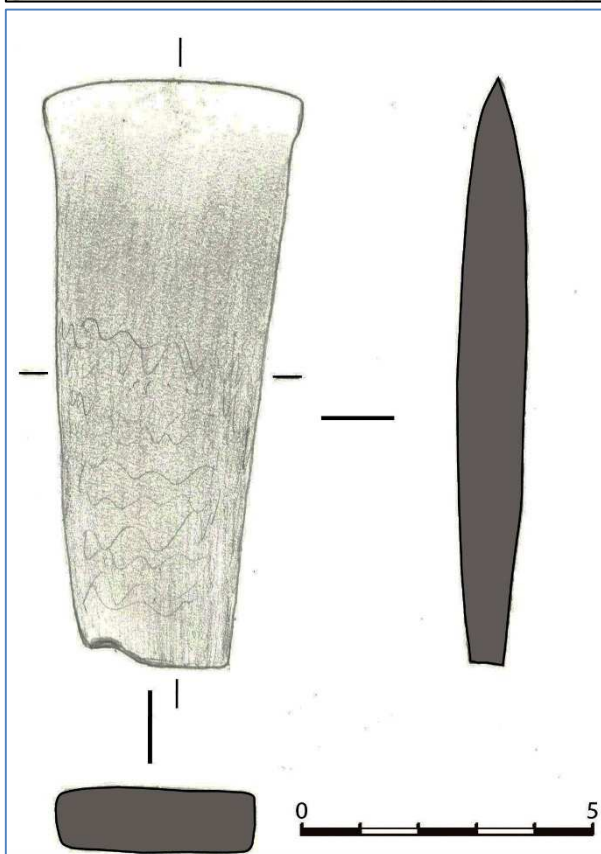


Figura 9. Machado em metal (Nº 9).

Nº 10. Baínha (de punhal?). Metal. (Fig. 10)

Fragmentada num dos bordos proximais e nervura central. As faces laterais apresentam irregularidades que poderão ter sido originadas por uso ou por fenómenos pós-deposicionais.

Atributos métricos (cm): Comprimento máximo – 10,7; Largura máxima – 2,2; Espessura máxima – 0,15.

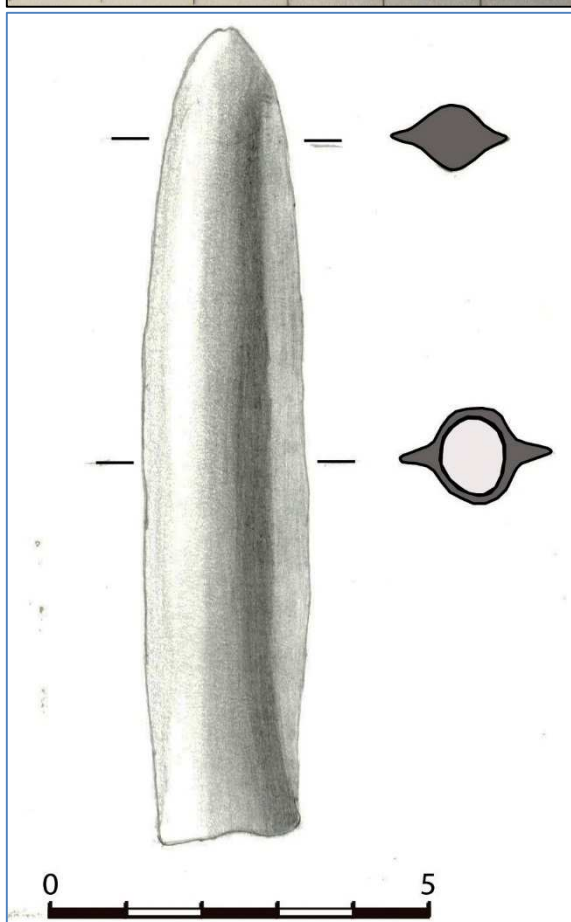


Figura 10. Baínha em metal (Nº 10).

2.5. Outros

Dentro desta categoria considerou-se um seixo alongado, em quartzito, de funcionalidade indeterminada se bem que apresente sinais de percussão nas duas faces, na parte mesial

Nº 12 - Seixo. Quartzito. (Fig. 11).

Apresenta secção ovalada, possui vestígios de percussão na parte central do corpo, num dos lados.

Atributos métricos (cm): Comprimento – 14,5; Largura máxima – 5,1; Espessura máxima – 3,1.



Figura 11. Seixo de quartzito com percussão mesial (Nº 12).

3. ESTUDO ANALÍTICO DOS METAIS

Apesar do conjunto metálico recolhido na Anta do Pequito Velho se resumir a duas peças, estas apresentavam-se em excelente estado de conservação, como se pode observar nas imagens anteriormente apresentadas (figuras 9 e 10).

3.1. Metodologia de análise

Após remoção de uma pequena camada superficial, numa área restrita, alterada por produtos de corrosão, procedeu-se à análise dos dois artefactos metálicos que se apresentavam inteiros, por microscopia eletrónica de varrimento acoplada a microanálise de raios-X (SEM-EDS).

3.2. Composição de liga

A análise realizada aos dois instrumentos metálicos recolhidos na Anta do Pequito Velho (Quadro 1) permitiu confirmar o que a análise formal nos fornecia, a Baínha (nº 10) apresenta uma liga de bronze com alto teor de estanho e, o Machado (nº 9), uma liga de cobre, com valores de arsénio similares a recolhidos em outras áreas geográficas.

Em termos de cronologias, estes dados apontam para dois tipos de (re)utilização, uma entre o Calcolítico final/Bronze inicial e, a outra para o Bronze final/ Idade do Ferro, atendendo aos valores da liga da Baínha, que são similares aos de outras peças analisadas em território nacional, deste período (Junghans et al, 1968; Bottaini et al, 2017).

Tipo	Sn	Al	Cu	As
Machado	-	-	98, 27	1, 73
Baínha	22, 20	0, 88	77, 37	-

Quadro 1. Valores médios obtidos pela análise na Anta do Pequito Velho (wt.%)

Sítio	Tipo	Sn	Pb	As	Sb	Ag	Ni	Bi	Au	Zn	Co	Fe
Évora?	Machado Apêndices	>10	0,29	0	0	0,027	0,059	0	0	0	0	0
Évora	Machado Plano	~10	0	0	0	0,035	0,048	0	0	0	0	0
Évora	Machado Plano	~10	0	0	0	0,028	v.	0	0	0	0	0
Évora	Machado Plano	2,7	0,68	0	0	0,016	0,053	v.	0	0	0	<0,5
Évora	Machado Plano	>10	0	0	0	0,031	0,084	0	0	0	0	0
Évora	Escopro	~8,3	0,15	v.	0	0,036	v.	0	0	0	0	0
Portel	Machado Plano	~9	0	0,7	0	0,035	0,12	0	0	0	0	0
Évora	Faca	~10	0	0	v.?	~0,01	0,17	0	0	0	0	0

Quadro 2. Resultados da análise por espectroscopia óptica de emissão de artefactos de bronze (concentrações expressas em wt.%) no Alentejo (adap. JUNGHANS et al., 1968, 1974).

A presença (registada) de peças metálicas em monumentos megalíticos do Alentejo Central é manifestamente escassa, não obstante o elevado número de monumentos escavados, como se pode verificar no Quadro 3. De salientar ainda que alguns dos elementos aqui referidos podem corresponder a reutilizações de períodos posteriores.

Monumento	Concelho	Tipo	Metal	Bibliografia
Tholos do Caladinho	Redondo	Ponta de seta	Cobre	
Curral da Antinha	Montemor-o-Novo	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
1ª do Deserto	Montemor-o-Novo	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
2ª do Vidigal	Montemor-o-Novo	Argola	Cobre	Rocha, 2005
3ª do Vidigal	Montemor-o-Novo	Ponta de seta	Cobre	Rocha, 2005
6ª do Vidigal	Montemor-o-Novo	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
1ª dos Gualões	Montemor-o-Novo	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
2ª dos Gualões	Montemor-o-Novo	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
3ª dos Gualões	Montemor-o-Novo	Argola	Cobre	Rocha, 2005
Monte de Cima	Montemor-o-Novo	Ponta de seta	Cobre	Rocha, 2005
Sepultura I do Paço	Montemor-o-Novo	Argola Fíbula	Ferro/Cobre	Rocha, 2005

Sepultura II do Paço	Montemor-o-Novo	2 Pulseiras	Cobre	Rocha, 2005
Sepultura I do Zambujeiro	Montemor-o-Novo	Argola Fíbula	Ferro Cobre	Rocha, 2005
1ª do Garcia	Montemor-o-Novo	Ponta de seta	Cobre	Rocha, 2005
2ª do Batepé	Montemor-o-Novo	Arco de fivela Argola Ponta de seta	Cobre	Rocha, 2005
1ª das Águias	Mora	Fragmento indeterminado	Indet.	Rocha, 2005
Cabeço do Considereiro	Mora	Furador	Cobre	Leisner e Leisner, 1959
1ª da Mata	Arraiolos	Fragmento indeterminado	Cobre	Rocha, 2005
Fuletreira	Arraiolos	Ponta de seta	Cobre	Rocha, 2005
Olival da Pega 2	Reguengos de Monsaraz	Ponta de seta	Cobre	Gonçalves, 1999
Gorginos 2	Reguengos de Monsaraz	Ponta de seta	Cobre?	Leisner e Leisner, 1985
Chão da Pereira	Portel	Punhal	Indet.	Endovélico

Quadro 3. Monumentos megalíticos funerários com artefatos metálicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados resultantes deste conjunto são bastante interessantes não só pela escassez de artefactos metálicos nesta região mas também por, no seu conjunto, testemunharem uma longa diacronia da Anta do Pequito Velho. Apesar de desconhecermos a sua arquitectura, a presença de elementos de pedra polida de secção ovalada, corpo picotado e gume polido (nº 1 e 2) remete-nos para as fases mais antigas do megalitismo da região (Neolítico antigo/médio) com nítidas semelhanças às pequenas sepulturas de planta em ferradura (Correia, 1921; Rocha, 1999, 2005).

Ao momento seguinte corresponde a maior parte deste conjunto, em pedra polida e lascada (nºs 3-8 e 12) que, pela sua tipologia, é claramente atribuível ao Neolítico final, como a maior parte dos monumentos megalíticos da região (Rocha, 1999, 2005)

A terceira fase, do Calcolítico pleno/ final, representada pelo machado de cobre (nº 9), tem paralelos apenas na ocupação do povoado do Castelo de Pavia (Correia, 1921; Rocha, 1999) uma vez

que se desconhece o achado de outros artefactos similares em monumentos megalíticos. Os resultados da análise química apontam para um composto de cobre bastante puro, compatível com a fase inicial da metalurgia do cobre (Junghans et al, 1968; Bottaini *et al*, 2017).

Da 4ª fase, provalmente do Bronze final/ Idade do Ferro, pelos resultados obtidos com a análise química, temos apenas a Baínha (nº 10). Se para o Bronze final não existem evidências de ocupação no concelho, da Iª Idade do Ferro temos um pequeno povoado e o Conjunto Megalítico do Monte da Têra. Em qualquer tratar-se-á sempre de um enterramento (ocupação) secundário/ ocasional (Rocha e Mataloto, 2012).

A última fase de ocupação registada neste espólio, remete-nos para o período visigodo – jarro/bilha (nº 10) do qual não existem, também, quaisquer paralelos neste concelho.

O conjunto artefactual recolhido na Anta do Pequito Velho pode parecer, à partida, bastante restrito, em número e em tipologias. No entanto, como se viu, o seu contributo para o conhecimento da ocupação humana deste território, é inquestionável.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTAINI, C; VILAÇA, R; BELTRAME, M; CANDEIAS, A; MIRÃO, J. (2017) - Análise de um conjunto de machados do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco) — contributo para o seu conhecimento. *ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS*. <http://estudospre-historicos.weebly.com>.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia*. 27. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz – Territórios Megalíticos*. [s.l.]: CMRM.
- JUNGHANS, S; SANGMEISTER, E. SCHRÖDER, M. (1968) - *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*. Band 2, Teil 3: Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. Katalog der Analysen Nr. 10041-22000 (mit Nachuntersuchungen der Analysen Nr. 1-10040*). Berlin: Gebr. Mann Verlag.
- LEISNER, G. e V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança-Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. e V. (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. II: 2.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história Regional*. Setúbal: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2009/2010) – As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno. *Promontoria*. Universidade do Algarve
- ROCHA, L. (2012) – Anta do Monte das Figueiras. *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L; MATALOTO, R. (2012) – O conjunto megalítico do Monte da Têra. *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

ROCHA, L. (2015) – A Anta-Capela de Pavia (Mora): novos dados sobre o megalitismo desta área. *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. MEDINA ROSALES, N. (Ed.). Ayuntamiento de Aroche, p. 235-250.

ROCHA, L; ALVIM, P (2016) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). *Estudos & Memórias*. 8. Lisboa. p. 557-563.

FORTIM DO BALEAL 1 (PENICHE, PORTUGAL) – A CAMINHO DE UM CONCHEIRO

Luís RENDEIRO¹

RESUMO

No decorrer das prospeções arqueológicas na Freguesia de Ferrel no âmbito da Carta Arqueológica, no concelho de Peniche, foi identificado um concheiro num local de passagem pedonal para um outro sítio arqueológico, identificado como Fortim do Baleal. Foi identificada uma pequena mancha de solos de tonalidades escuras, contendo vestígios de indústria cerâmica e lítica. Numa zona de corte foram identificados aglomerados de fauna malacológica, indústria lítica e alguma cerâmica.

A identificação praticamente nula de sítios cronologicamente similares a esta realidade no concelho de Peniche, faz com que, o sítio, mereça uma notícia, bem como uma diferente apreciação dentro daquele que é o panorama arqueológico conhecido da região de Peniche. Na fachada atlântica da Estremadura (Sintra, Mafra, Torres Vedras, Lourinhã, Nazaré) existem realidades análogas já identificadas e intervencionadas.

Palavras-Chave: Ferrel, Baleal, Prospeções Arqueológicas, Concheiro

ABSTRACT

During the archaeological prospections in Ferrel, part of the Archaeological Chart of Peniche, shell beds remains were identified in a foot path connecting to another archaeological site, identified as Fortim do Baleal. There is a small stain of soils of dark hues was identified, containing remains of pottery and lithic industries.

In a cutting area there were identified remains of malacological fauna, lithic industry and some pottery shards. The practically null identification of chronologically similar sites to this presented reality, makes it that this site

¹ *Patrimonium* – Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche/ constaborges@hotmail.com

deserves a more in-depth study, as well as different acknowledgement in what is the archaeological panorama known in the region of Peniche. In the neighbour towns of Lourinhã, Torres Vedras and Mafra there are analogous realities which have already been identified and interventioned.

Key-words: Ferrel; Baleal; Archaeological Prospects; Shell-midden

1. Introdução

As prospeções para realização da Carta Arqueológica de Peniche, tiveram início em finais de 2015, na freguesia de Ferrel, uma vez que, esta, foi uma das primeiras a apoiar este projecto de investigação da *Patrimonium*, quer a níveis logísticos, quer administrativos.

A entidade responsável pelo projecto Associação *Patrimonium* – Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, dirigida pelo signatário, responsável e coordenador científico da Carta Arqueológica de Peniche, e o arqueólogo Adriano Constantino, levaram a cabo um conjunto de prospeções arqueológicas por todo o território da freguesia. Numa visita às ruínas do Fortim do Baleal, foi identificada uma mancha de solos de tons escuros que continha alguma cerâmica pré-histórica e indústria lítica. Num corte anexo a essa mancha de dispersão, identificou-se um nível compacto de conchas, na sua maioria lapas e ostras bem como alguns líticos (ver Figura 1)



Figura 1. Caminho pedestre onde se localiza a mancha de dispersão e o corte conquífero. Baleal - Ferrel. **Fonte:** Foto de Luís Rendeiro

2 - Identificação do sítio arqueológico

A mancha de dispersão de materiais líticos e aglomerado conquífero que caracteriza este sítio arqueológico foi identificada durante a elaboração da Carta Arqueológica de Peniche, durante as prospeções levadas a cabo entre 2015 e 2016, na freguesia de Ferrel, pela Associação *Patrimonium*. A caracterização do sítio foi efectuada apenas através de prospecção, tendo-se identificado os limites da mancha e aglomerado conquífero denominando-se como sítio do Fortim do Baleal 1.

A referida mancha de solo de tons escuros (ver. Figura 2.), abrange toda a largura do caminho de acesso ao Fortim do Baleal, correspondendo a uma área com cerca de 4m de diâmetro. À superfície foi identificada alguma indústria lítica em sílex e cerâmica. Nos cortes existentes, identificou-se uma camada conquífera compacta, com cerca de 50cm (visíveis), que continha um aglomerado de fauna malacológica (ver Figura 2)

Por se localizar numa zona de passagem pedonal que dá acesso ao Fortim do Baleal, o sítio está infelizmente sujeito a elevadas alterações de superfície por meio humano. A erosão antrópica associada à erosão costeira, típica desta zona, acabam por deteriorar o sítio arqueológico, expondo o seu conteúdo a novas erosões.



Figura 2. – Corte onde é visível o aglomerado conquífero. Baleal -Ferrel. **Fonte:** Foto de Luís Rendeiro

3 - Localização geográfica

O Fortim do Baleal 1 (freguesia de Ferrel) pertencente ao Concelho de Peniche (Leiria). Identificado na Carta Militar de Portugal, 2006, escala 1: 25 000, folhas n.º 337 (ver Figura3), o sítio arqueológico está a uma altitude de 18m em relação ao nível do mar, e a sua localização geográfica é 39º 22' 42.62"N / -9º 20' 27.85"O.

O acesso ao local realiza-se através do ilhéu do Baleal, percorrendo a Rua Raul Brandão. Chegando ao Largo de Santo Estevão, onde se encontra uma pequena ermida com o mesmo nome, existe um caminho pedestre à esquerda, que permite o acesso ao Fortim do Baleal. O sítio arqueológico situa-se na vertente Sudoeste, no caminho de acesso ao Fortim.

Figura 3 -
Excerto da
Folhas nº 337
(Peniche) da
Carta Militar
de Portugal
(2006).



4 - Orografia, Geologia, Solos, Coberto vegetal e Clima

A Península do Baleal é formada pela ilha do Baleal, que se mantém ligada ao continente por um pequeno istmo de areias, e as duas ilhas mais a norte, a chamada Entre Ilhas e Ilha das Pombas, onde afloram rochas pertencentes à Formação de Cabo Mondego (margas, calcários margosos e argilosos fossilíferos) (AZERÊDO *et. al.*, 2003).

A macrofauna descrita por Ruget-Perrot (1961) permitiu a datação das camadas presentes no Baleal (Bajociano superior - Batoniano inferior). São de facto afloramentos do Batoniano inferior que constituem os afloramentos do Baleal e ilha das Pombas, com a presença de calcários compactados em bancadas e formações do Bajociano. Este encontra-se representado por calcários margosos e calcários oolíticos com intercalações xistóides, tal como descreve a Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal de 1:50 000, na folha nº 26C,1960 (FRANÇA, J. *et al.*, 1960: 16-17).

O sítio arqueológico de Fortim do Baleal 1 situa-se numa zona de fácil controlo visual da paisagem onde é possível avistar o arquipélago da Berlenga, a oeste, e várias milhas de costa, a norte. Tendo em conta os estudos de Suzanne Daveau (1987), sobre a influência da transgressão flandriana na costa do actual território português e tendo em conta que o sítio por nós identificado, se situa num istmo pertencente ao ilhéu do Baleal, é de ter em consideração que, o relevo que hoje se apresenta na geomorfologia do território foi claramente alvo de mudanças ao longo do tempo. Segundo J. A. Dias, a estabilização do nível médio do mar ter-se-á dado há cerca de 5000 – 3000 anos BP, mantendo-se até à actualidade (DIAS, 2004). No entanto esta estabilização não é estática tendo em conta a variabilidade de mecanismos dinâmicos que influenciam as características do litoral e do oceano (Pancada, 2011: 34). Esta estabilização do nível do mar possibilitou a regularização e equilíbrio dos cursos de água, contudo, o oceano teria inundado a plataforma litoral, penetrando pelos vales fluviais que contribuiriam para um maior fluxo dos rios de Ferrel e São Domingos (RAMOS PEREIRA *et al.*, 2008). Realidade que, aliás, através da observação da Carta Geológica de Peniche e dos

respectivos aluviões holocénicos, permite deduzir que, a linha de costa e o limite da foz do rio de Ferrel, se situaria próxima da actual povoação de Ferrel (PANCADA, 2011: 34), e por como tal, o sítio agora denominado como Fortim do Baleal 1 teria uma situação de carácter insular distante do continente por alguns metros (praticamente 1Km).

Toda a área envolvente ao sítio arqueológico está assente no afloramento calcário, já referido anteriormente. O uso dos solos naquele local, restringe-se apenas à finalidade enquanto local de passagem tem como único acesso, o Fortim do Baleal.

5 - Material arqueológico

O sítio arqueológico apresenta uma reduzida densidade de material mas as presenças parecem confirmar uma cronologia pré-histórica, possivelmente Neolítica, e uma funcionalidade relacionada com a exploração de recursos aquáticos (ver Figura 4).



Figura 4 - Mancha de dispersão dos materiais arqueológicos. Baleal - Ferrel.
Fonte: Foto de Luís Rendeiro

5.1 - Indústria Lítica

As matérias-primas base presentes para elaboração dos artefactos são o quartzo e o sílex. Em quartzito está presente um fragmento de núcleo que poderá ter sido posteriormente reutilizado como raspador *F.B1 06*. Em rocha sílex, um possível furador de pequenas dimensões *F.B1 07*, uma possível lamela com vestígios de uso *F.B.1 09*, um burril *F.B.1 03*, dois núcleos *F.B.1 05* e *F.B.1 04*, um flanco de núcleo *F.B.1 01* e duas lascas *F.B.1 02* e *F B1 08* (ver Tabela 4 e 5).

5.2 – Cerâmica

A presença de cerâmica é diminuta tendo sido identificados apenas dois fragmentos de bordo de cerâmica simples *F.B.1 19* e *F. B1 20* (ver Tabela 1) e nove bojos (ver. Tabela 2 e 3). Tratando-se de cerâmica manual, nenhuma das presenças permite avançar com um enquadramento crono-cultural.



Figura 5 - Aglomerado conquífero, pormenor de resto de fauna malacológica. Baleal - Ferrel. **Fonte:** Foto de Luís Rendeiro

5.3 - Fauna Malacológica

Atendendo que se poderá tratar dos restos de um concheiro, o corte que está exposto apresenta uma variedade de restos faunísticos bastante compactados (ver. Figura 5), tais como ostras - *Ostrea edulis* F.B.1 24, lapas - *Patella vulgata* F.B.1 21 e F.B.1 22, e um búzio - *Charonia nodifera* F.B1 24 (ver. Tabela 6). Estas espécies correspondem exclusivamente a substratos rochosos de ambientes atlânticos o que parece indicar uma ocupação de carácter logístico.

6 – Problemáticas e conclusões

O conhecimento sobre este tipo de contextos para a Estremadura portuguesa onde existe um amplo reaproveitamento de recursos marinhos para consumo humano, existe apenas desde meados da segunda metade do século XX.

Através de uma análise diacrónica das fases de ocupação do território, é possível observar um certo contraste entre as ocupações ocorridas no período Epipaleolítico/ início do Mesolítico – pré-boreal e boreal – e o Mesolítico Superior e Neolítico Antigo – período atlântico, sendo que a maioria dos achados se dispõem ao longo da linha de costa, onde surgem evidências de depósitos conquíferos (SOUSA e SOARES, 2016: 205). (ver Figura 6)

Para este panorama específico de ocupações onde existem fortes indícios a uma subsistência alimentar com base em recursos marinhos, alguns autores que apresentaram modelos explicativos de integração destes concheiros (ARAÚJO, 2003, 2011; SOUSA e SOARES, 2016; ZILHÃO, 2003; BICHO, 2009). Os primeiros concheiros do Holoceno teriam funcionado, segundo estes autores, como ocupações complementares aos assentamentos base, localizados mais para o interior.

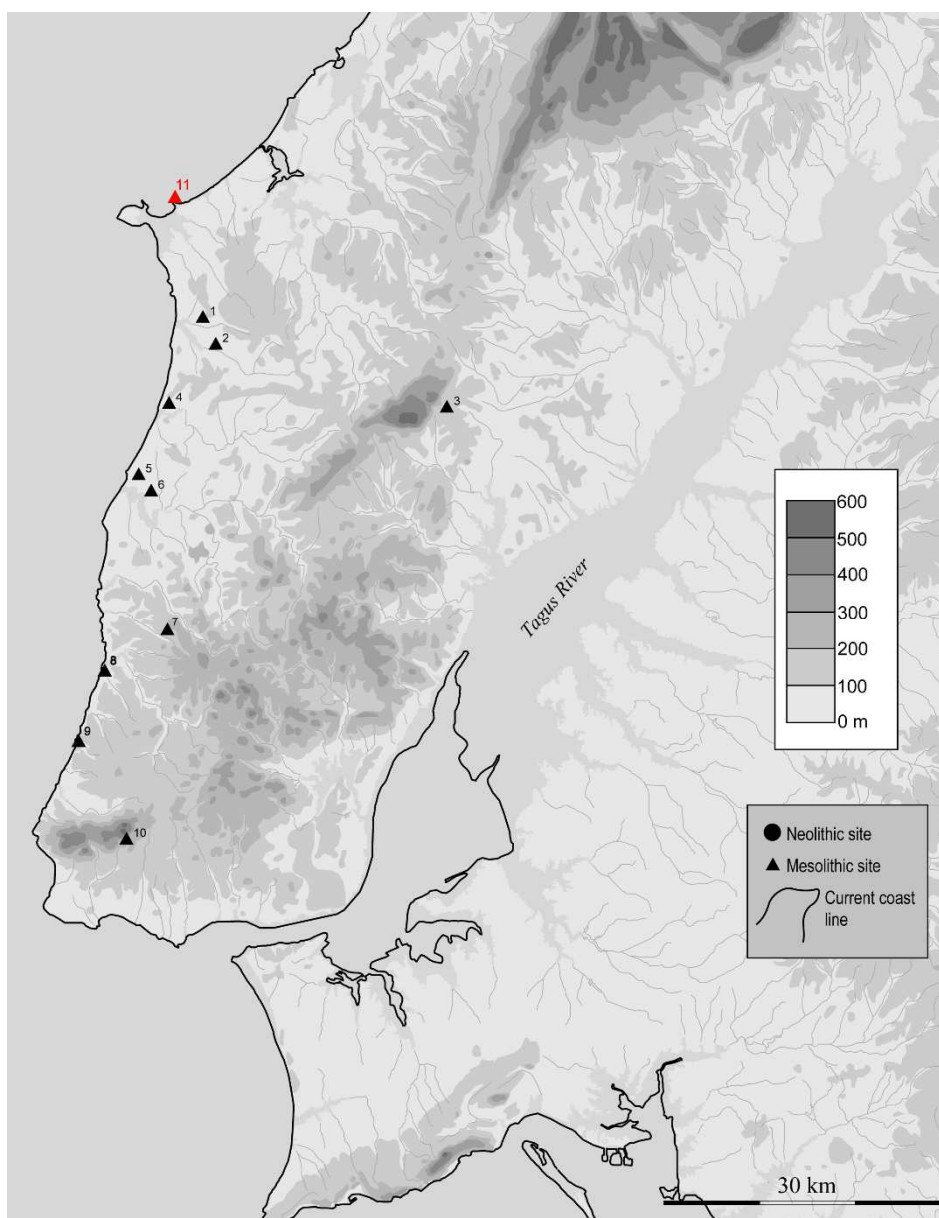


Figura 6 – Sítios do Mesolítico Antigo no Centro de Portugal (Estremadura). 1: Vale Frade; 2: Toledo; 3: Camarnal; 4: Ponta da Vigia; 5: Curral Velho; 6: Pinhal da Fonte; 7: Cova da Baleia; 8: São Julião; 9: Magoito; 10: Penha Verde; 11: Fortim do Baleal¹. **Fonte:** Sousa e Soares, 2016 adaptado

Ana Cristina Araújo apresenta um modelo de alta mobilidade para estas realidades, sugerindo que, durante o Mesolítico antigo, os concheiros teriam uma função complementar, entre as várias áreas da Estremadura, e que estes funcionariam como modelo de subsistência sazonal. Este modelo seria aplicado a uma área muito mais vasta e com uma ocupação mais efectiva no interior da costa

litoral, usando como meio de deslocação e acesso, os cursos de água que se estendem para o âmago do continente (ARAÚJO, 2003: 110).

Estas deslocações foram comprovadas no sítio da Cova da Baleia (Mafra), onde foram intervencionadas 110 lareiras. O aparecimento nos níveis superiores, de um depósito com berbigão (*Cerastoderma edule*), é demonstrativo de contactos com a linha costeira, num local que, actualmente dista da mesma cerca de 18km (Sousa e Soares, 2016: 205). As datações absolutas apontam para uma ocupação principal por volta da segunda metade do 8º milénio cal. BC, Mesolítico antigo e uma continuidade de ocupação em finais do 7º milénio (SOUSA *et al*, 2008).

O vazio de ocupação antrópica durante o início do período atlântico tem sido alvo de explicações de carácter ambiental, com várias hipóteses avançadas por investigadores como João Zilhão, onde são avançadas hipóteses, de que este abandono pode estar associado a um evento de frio (8,2 Ka), que teria provocado alterações geomorfológicas e ambientais significativas (Zilhão, 2003). Mais recentemente, Nuno Bicho, apresentou datações que parecem apresentar uma cronologia para a ocupação da Ribeira de Muge (Salvaterra de Magos) após esse mesmo evento climático, que teria despoletado a submersão do vale de Muge com águas salobras, despoletando o aparecimento de bivalves estuarinos e surgimento dos primeiros concheiros (BICHO, 2009: 139; BICHO *et al*, 2010).

Este autor avança com a hipótese de que, é possível que a realidade ambiental que se conhece para a costa litoral da Estremadura portuguesa, no início do Holocénico, tenha tido um impacto negativo na fauna (SOUSA *et al*, 2016: 21). Este evento terá causado a diminuição do *upwelling*, alterando a linha de costa e por consequência, também os estuários dos rios, onde a isto, se juntou uma quebra no coberto vegetal que terá contribuído para uma diminuição dos recursos cinegéticos (BICHO, 2009: 141).

Efectivamente, o evento 5 de Bond (8.2 Ka), produziu um efeito assinalável no meio ambiente. A enorme massa de água fria introduzida no Atlântico Norte, provocou uma abrupta subida do nível médio das águas do mar e a sua consequente descida de temperatura. Esta redução de temperatura terá por certo contribuído para o abandono de sítios da costa marítima da Estremadura, e não tanto o upwelling costeiro, como sugere Ana Catarina Sousa e António Monge Soares (SOUSA *et al*, 2016: 21). Certamente as alterações, como as já referidas e que implicam uma mudança drástica das características paleo-ambientais, terão afectado o nível de preservação destas ocupações humanas no litoral, durante o início do período Atlântico.

Para cronologias mais tardias na cronozona do Atlântico, na Estremadura, são praticamente nulos os sítios de forte subsistência de recursos aquáticos marinhos.

Em São Julião (Mafra), os *loci* C-D, apresentam datações radiocarbono que os enquadram em cronologias do Mesolítico final da Estremadura Portuguesa (SOUSA *et al*, 2016), as únicas da Estremadura portuguesa.

As intervenções dos quatro núcleos de São Julião e as suas datações por radiocarbono permitiram identificar um período ocupacional situado entre o 7º milénio a.C até aos meados do 6º milénio a.C, tendo pontualmente uma reocupação no 3º milénio a.C.

A escassez artefactual e a praticamente exclusiva presença de fauna malacológica associadas a estruturas de combustão de uso expedito, demonstram uma continuidade no modelo de ocupação cujas evidências indicam curtas permanências no local, muito provavelmente apenas de cariz logístico (SOUSA *et al*, 2016: 21).

Alguns concheiros apresentam contudo ocupações Neolíticas, como o concheiro do Magoito (Sintra) (*idem ibidem*), com cronologias do 5º e 4º milénios e o sítio do Meu Jardim, na Nazaré, que através da única datação disponível até ao momento, obtida sobre uma amostra de conchas de berbigão proveniente da U.E. 3052, da Sondagem 3

(Fase III da ocupação), aponta uma cronologia entre o final do 5º e início do 4º milénio a.n.e correspondente ao Neolítico Antigo e Médio (VALERA *et al.* 2017:8). Esta realidade não confere uma menor importância à presença de recursos marinhos em ambiente habitacional, como se verifica no Neolítico antigo de Lameiras – Sintra (DAVIS *et al.*, 2018:130) e Neolítico final/Calcolítico de Penedo do Lexim (Mafra) e Casal Cordeiro 5 (Mafra) (SOUSA *et al.*, 2016: 22).

Tendo em conta sempre algumas precauções, será de ressaltar que, para realidades da Estremadura portuguesa, as ocupações antrópicas para realidades cronológicas antes do início do Neolítico, são escassas (ver Figura 7). A cerâmica cardial na Estremadura é rara em sítios com cronologias antigas como Carrascal -Oeiras, São Pedro de Canafrim ou Lameiras – Sintra (SOUSA e SOARES, 2016: 205; SOUSA, 2016/2017).

Na Costa do Sudoeste é possível observar uma situação bem diversa, com continuidade de exploração dos recursos aquáticos, (SOUSA *et al.*, 2016: 21). Joaquina Soares avança mesmo com uma lógica de povoamento em que acampamentos especializados numa economia estuarina, onde são escassos a fauna malacológica e uma quase exclusividade de um grande número de conchas, verdadeiros depósitos conquíferos. Com escassos vestígios de artefactos e áreas ocupadas reduzidas, que pela sua ocupação vertical demonstram sucessivas ocupações expeditas (SOARES, 1995).

Será este modelo de habitat, com uma lógica de complemento económico a estas comunidades pré-históricas agro-marítimas, que se encontra representado na Costa Sudoeste (SILVA e SOARES, 1997:104)

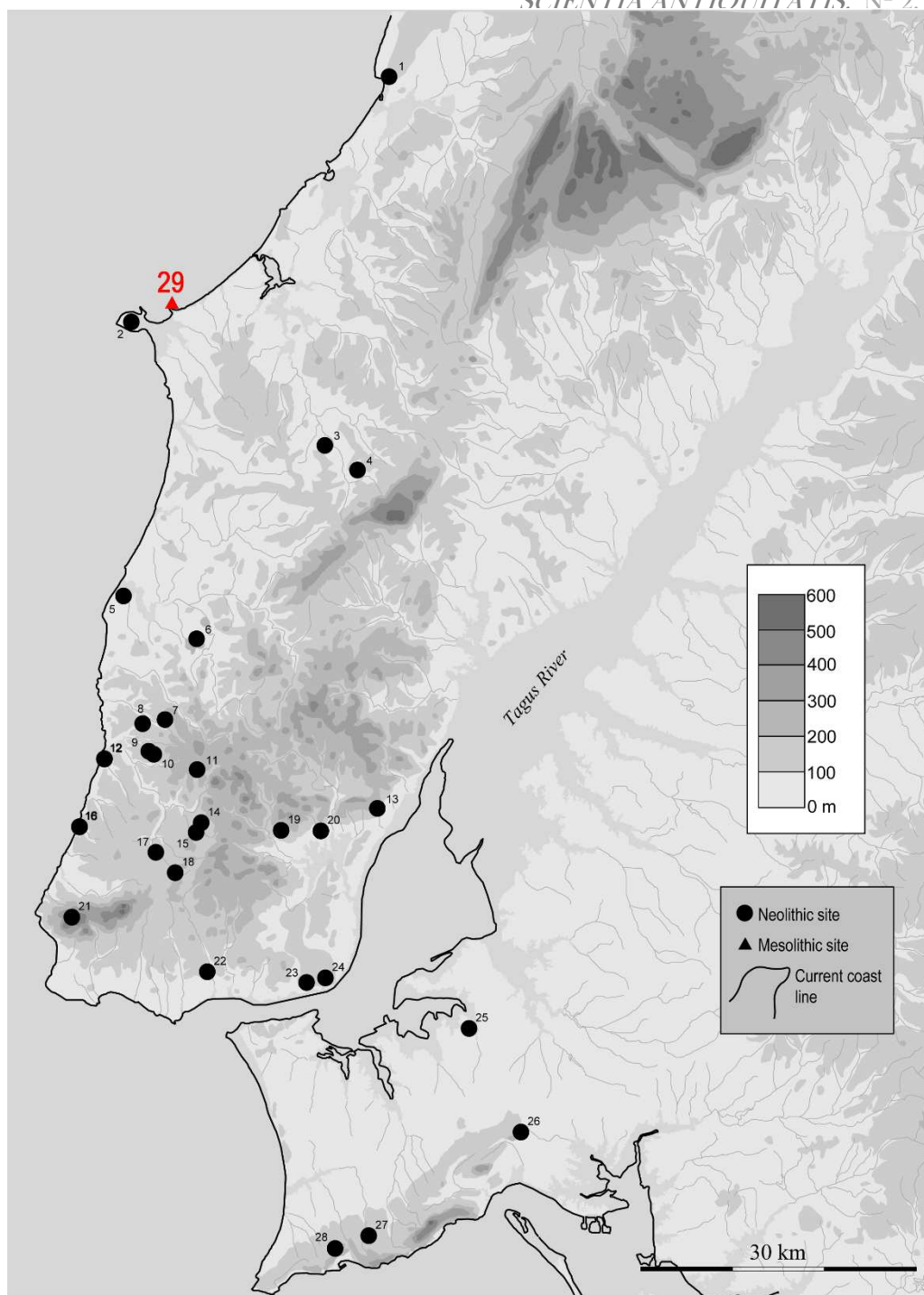


Figura 7 – Sítios do Neolítico Antigo no Centro de Portugal (Estremadura) 1: Meu Jardim; 2: Furninha; 3: Lapa Suão; 4: Gruta das Pulgas; 5: Cova da Moura; 6: Vale da Mata; 7: Cova da Baleia; 8: Sobreiro; 9: Gorcinhos; 10: Gonçalves; 11: Cabeço Alcaínça; 12: São Julião; 13: Moita da Ladra; 14 and 15: Negrais; 16: Magoito; 17: Lameiras; 18: Cortegaça; 19: Correio Mor; 20: Salemas; 21: São Pedro de Canaferrim; 22: Carrascal; 23: Palácio Lumiares; 24: Encosta de Santana; 25: Gaio; 26: Casal da Cerca; 27: Fonte de Sesimbra; 28: Lapa do Fumo; 29: Fortim do Baleal. **Fonte:** Sousa e Soares, 2016 adaptado

Nas proximidades do sítio Fortim do Baleal 1, a 8Km, merece destaque a ocupação a Gruta da Furninha (Peniche), onde na sequência estratigráfica daquela gruta, está patente uma fase de ocupação de comunidades do Neolítico Antigo. Sítio paradigmático da Arqueologia portuguesa foi escavado, entre 1865 e 1880, por Nery Delgado, na época com assinalável rigor científico (DELGADO, 1879/80: 19-20; DINIZ, 1993) mas que hoje, exige uma revisão completa dos materiais. A cultura material indica claramente a presença de ocupação do Neolítico antigo, patente na presença de cerâmicas e de materiais líticos.

Respeitante à cerâmica, naquilo como originalmente Jean Guilaine e Octávio Veiga Ferreira e definiram como “*horizonte da Furninha*”, caracterizado segundo estes dois investigadores, como fase de evolução epicardial do Neolítico antigo, onde afirmavam que as cerâmicas pertencentes a este horizonte derivam das cerâmicas cardiais, sem, no entanto, recorrer a técnica através da concha do berbigão *cardium edule* (GUILAINE, e FERREIRA, 1970: 320). O conjunto cerâmico da Furninha é constituído por recipientes e fragmentos com decorações obtidas através de incisão, espatulado, impressa ou plástica (*idem, ibidem*).

Tal como afirma João Luís Cardoso e António Faustino Carvalho, o enquadramento crono-cultural proposto por Jean Guilaine e O. da Veiga Ferreira, é ainda válida num modo geral no que respeita as cronologias do Neolítico Antigo (CARDOSO e CARVALHO 2010/2011: 362). Para além das cerâmicas, refira-se a presença de machados de anfibolito, que pelas suas características aproximam-se dos exemplares do Neolítico antigo identificados na gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1997), ou Casa da Moura, cerca de 10 Km, a Este, no planalto das Cesaredas, onde são presentes também cerâmicas do Neolítico antigo (CARREIRA e CARDOSO, 2001/2002).

Não podemos deixar de referir que apenas existe datações absolutas para a ultima fase de ocupação desta gruta, que remetem para a passagem entre o 4º e 3º milénio a.c (*idem ibidem*: 386)

O sítio inédito do Fortim do Baleal¹, parece configurar uma tipologia de sítio de tipo "concheiro". No actual concelho de Peniche, este tipo de contexto parece repetir-se no sítio inédito de Serra D'el Rei (Peniche), situada a 10km para o interior da linha de costa actual, onde se identificou, segundo informação disponível, de uma mancha durante que parece ser atribuível a um concheiro, contudo os trabalhos de execução do Itinerário Principal nº 6 (IP6), não identificaram nenhum vestígio atribuíveis a um contexto de concheiro (ROBERTO *et al*, 2002/2003: 46)

Nos concelhos vizinhos de Lourinhã, Nazaré, Torres Vedras e Mafra, existem igualmente concheiros que nos trazem algumas problemáticas, relacionadas com a exploração de recursos aquáticos que, só novos estudos e o surgimento de mais sítios arqueológicos inseridos na mesma tipologia permitirão a compreensão destas realidades.

As investigações associadas a este tipo de sítio ainda se encontram em fases precoces da pesquisa, sendo essencial proceder à escavação do concheiro para uma caracterização efectiva e futuras datações absolutas.

Talvez num futuro próximo, sejamos capazes de compreender a dinâmica de utilização destes espaços e as deslocações das comunidades pós glaciares, as suas sazonalidades e a relação destes locais de frequência temporária com os acampamentos base, mais distantes da linha costeira.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina (1994a) - O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Curral Velho (Cambelas, Torres Vedras). *Actas das 5^{as} Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, p. 43-51

ARAÚJO, Ana Cristina (1994b) - A estação mesolítica do Forno da Telha (Rio Maior). *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vol. 1, p. 15-44.

ARAÚJO, Ana Cristina (1998) - O Concheiro de Toledo (Lourinhã) no quadro das adaptações humanas do PósGlaciar no litoral da Estremadura. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 1:2, p.19-38.

ARAÚJO, Ana Cristina (2003) - O Mesolítico inicial da Estremadura. In *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 25, p. 101-114.

ARAÚJO, Ana Cristina; ZILHÃO, João (1991) - Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. *Colecção Estudos*, Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Vol.8.

AZERÊDO, Ana Cristina; DUARTE, Luís Vítor; HENRIQUES, Maria Helena; MANUPPELLA, G. (2003) - Da dinâmica continental no Triásico aos mares do Jurássico Inferior e Médio. *Cadernos de Geologia de Portugal*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro. pp.05 - 55.

BICHO, Nuno (2009) – Sistemas de povoamento, subsistência e relações sociais dos últimos caçadores-recolectores do Tejo, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Vol. 17, p. 133 – 156.

BICHO, Nuno; UMBELINO, Claudia; DETRY, Cleia; PEREIRA, Telmo (2010) – The Emergence of Muge Mesolithic Shellmiddens in Central

Portugal and the 8200 cal. year BP Cold Event. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*. Vol. 5:1, p. 86 – 104.

BREUIL, Henri; ZBYSZEWSKI, Georg (1945) - Contribution a l'etude des industries paleolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la geologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa: XXVI. p. 678.

CARDOSO, João Luís; CARVALHO, António Faustino (2010/2011) - A gruta da Furninha (Peniche): Estudo dos Espólios das Necrópoles Neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Vol. 18, p. 333-392.

CARREIRA, Júlio Roque; CARDOSO, João Luís (2001 – 2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Vol. 10. p. 249–361.

CARVALHO, António Faustino (2003) - O Neolítico antigo no Arrife da Serra d'Aire. Um case study da neolitização da Média e Alta Estremadura. *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.25, p. 135-154.

DAVEAU, Suzanne (1980) - Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Vol. 2, p. 13-37.

DINIZ, Mariana (1993) - A gruta da Furninha, Peniche. J. Medina (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. I, p. 177-179.

GONÇALVES, Vítor S; SOUSA Ana Catarina; MARCHAND, Gregor (2013) – Na margem do Grande Rio. Os últimos grupos de caçadores colectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio. Évora. *Memórias d'Odiana*. DRCALEN, EDIA. Vol.12. p. 616.

GUILAINE, Jean; FERREIRA, Octávio da Veiga (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française. Études et travaux*. Paris. Tome: 67, nº1. p. 304-322.

HELENO, Manuel (1956) - Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Nova série, Vol. 3. p. 221-237.

MACHADO, João Luis Saavedra (1965) - Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Nova série, Vol.5. p.14-48.

PANCADA, Raquel M. Paixão (2011) – *Avaliação da Vulnerabilidade Biofísica do Sistema Dunar de Peniche - Baleal*. Dissertação apresentada para grau de Mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado.

PEREIRA, Ana Ramos e CORREIA, Eulália Borges (1985) - Duas gerações de dunas consolidadas em S. Julião, Ericeira (Portugal).1985. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Vol.1, p. 323-337.

PEREIRA, Ana Ramos (2008) - *Programa de Sistemas Litorais: dinâmicas e ordenamento*. Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial. *DILIF 5*. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 114p.

ROBERTO, Sílvia; VALINHO, Alexandre Tiago dos Santos; GERVÁSIO, Ana Sofia dos Santos; GONÇALVES, Anabela Ferreira; GOMES, Luís Filipe; PERDIGÃO, Paula; ABRANCHES, Paula; CARVALHO Pedro Manuel Sobral de; HENRIQUES, Susana (2002/2003) - *Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Construção do IP6 - Lanço Peniche-IC1 (Nó com a Variante das Caldas da Rainha entre o KM 13+800 e a Auto-Estrada A8*. 1- 194. Acedido em: 04 de dezembro, 2018 em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

ROWLEY-CONWY, Peter (1993) - Mesolithic animal bones from Forno da Telha, Portugal. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol.33:12, Tomo I, p. 45-50.

SALVADO, Maria da Silva (2004) - Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa: As colecções do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 2.

SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina (1997) - Economias Costeiras na Pré-História do Sudoeste Português – O Concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS). Vols.11-12. p.69-108

SIMON, J.M. Davis; GABRIEL, Sónia; SIMÕES, Teresa (2018) - Animal remains from Neolithic Lameiras, Sintra: the earliest domesticated sheep, goat, cattle and pigs in Portugal and some notes on their evolution. *Archaeofauna*, Madrid: International Journal of Archaeozoology. Vol. 27. p. 93 – 172

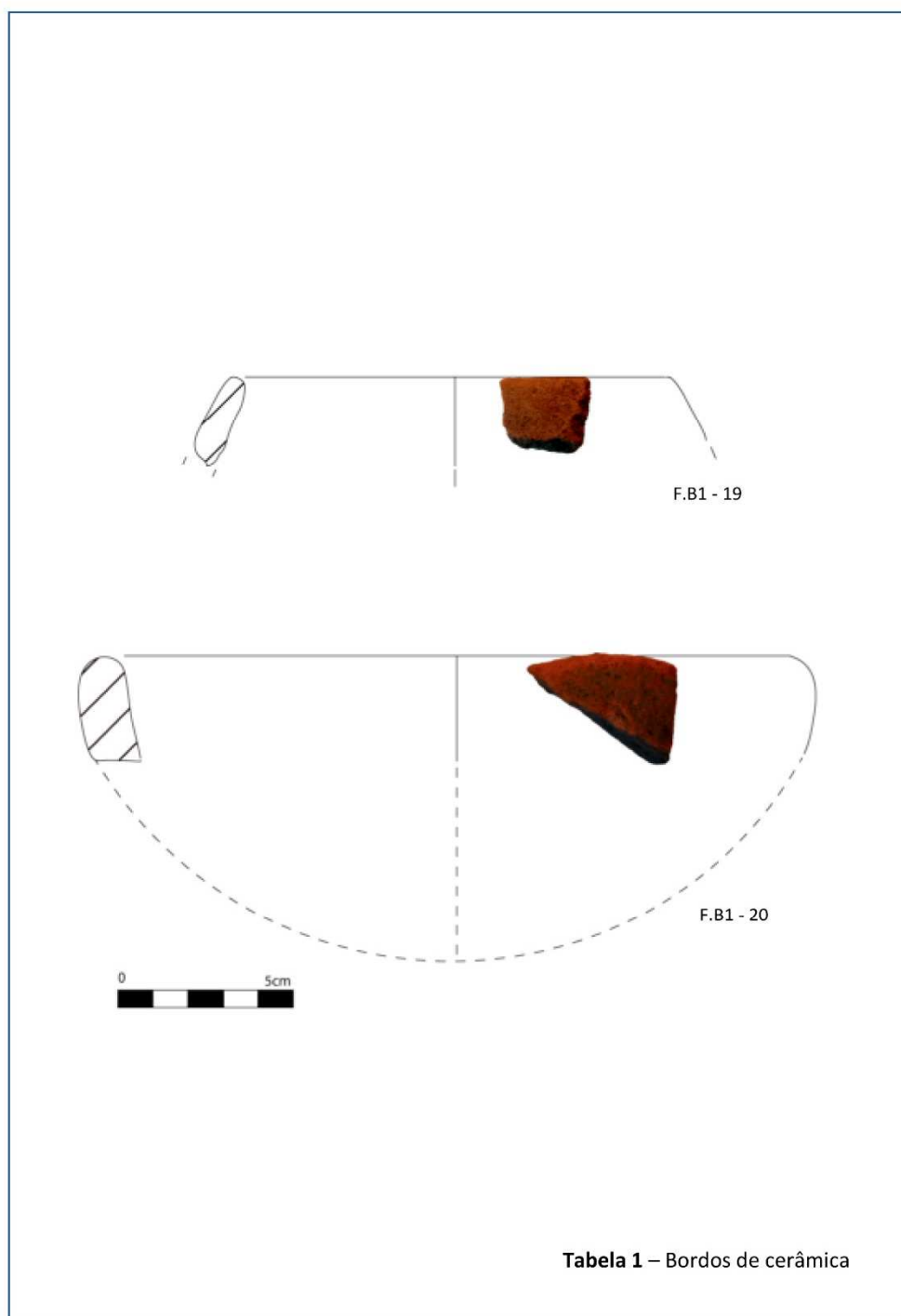
SOARES, Joaquina (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular VI. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. 35-2. p. 27-45

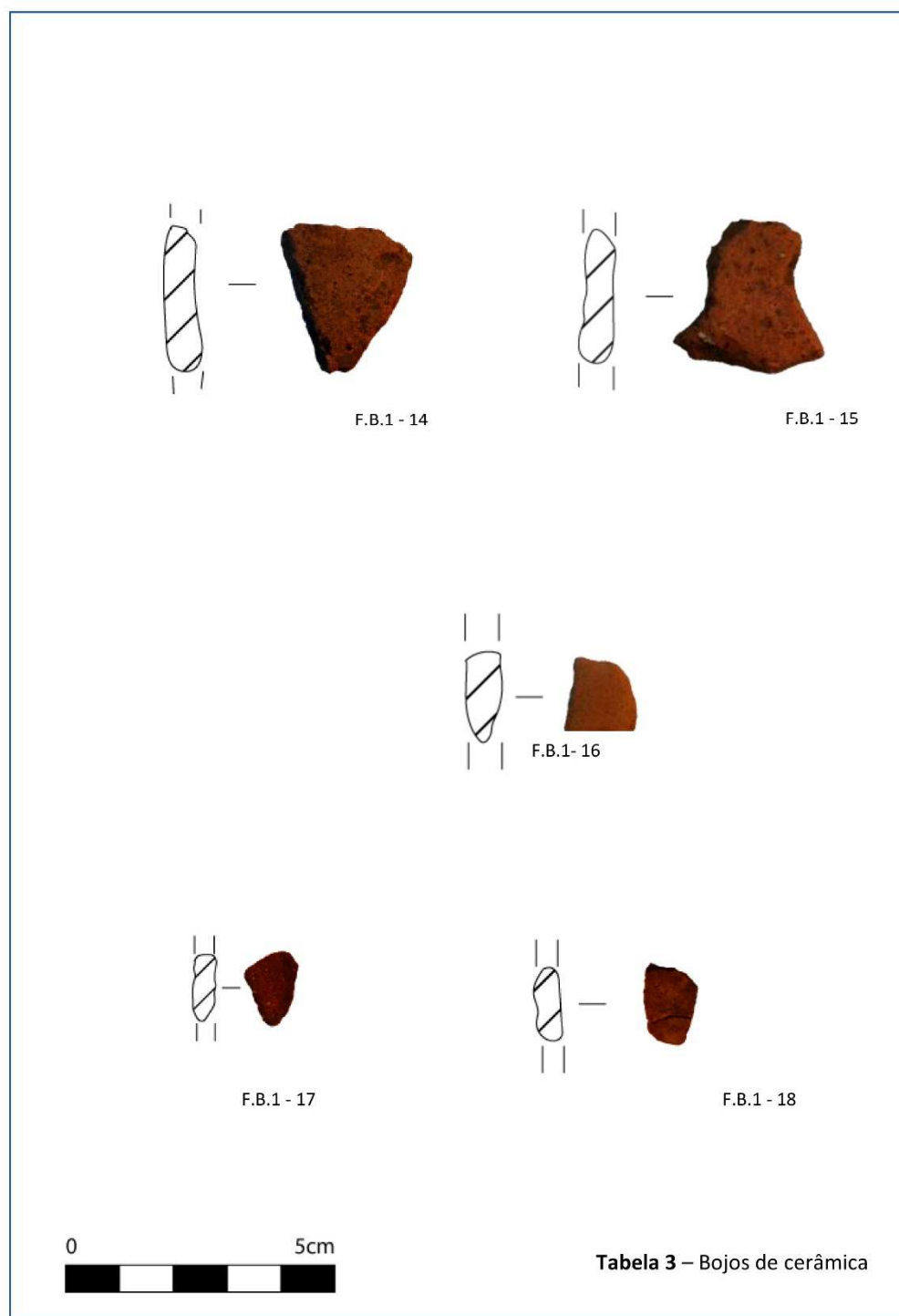
SOUSA, Ana Catarina (2016/2017) – Os tempos do Neolítico na região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Vol. 23. p. 459-518.

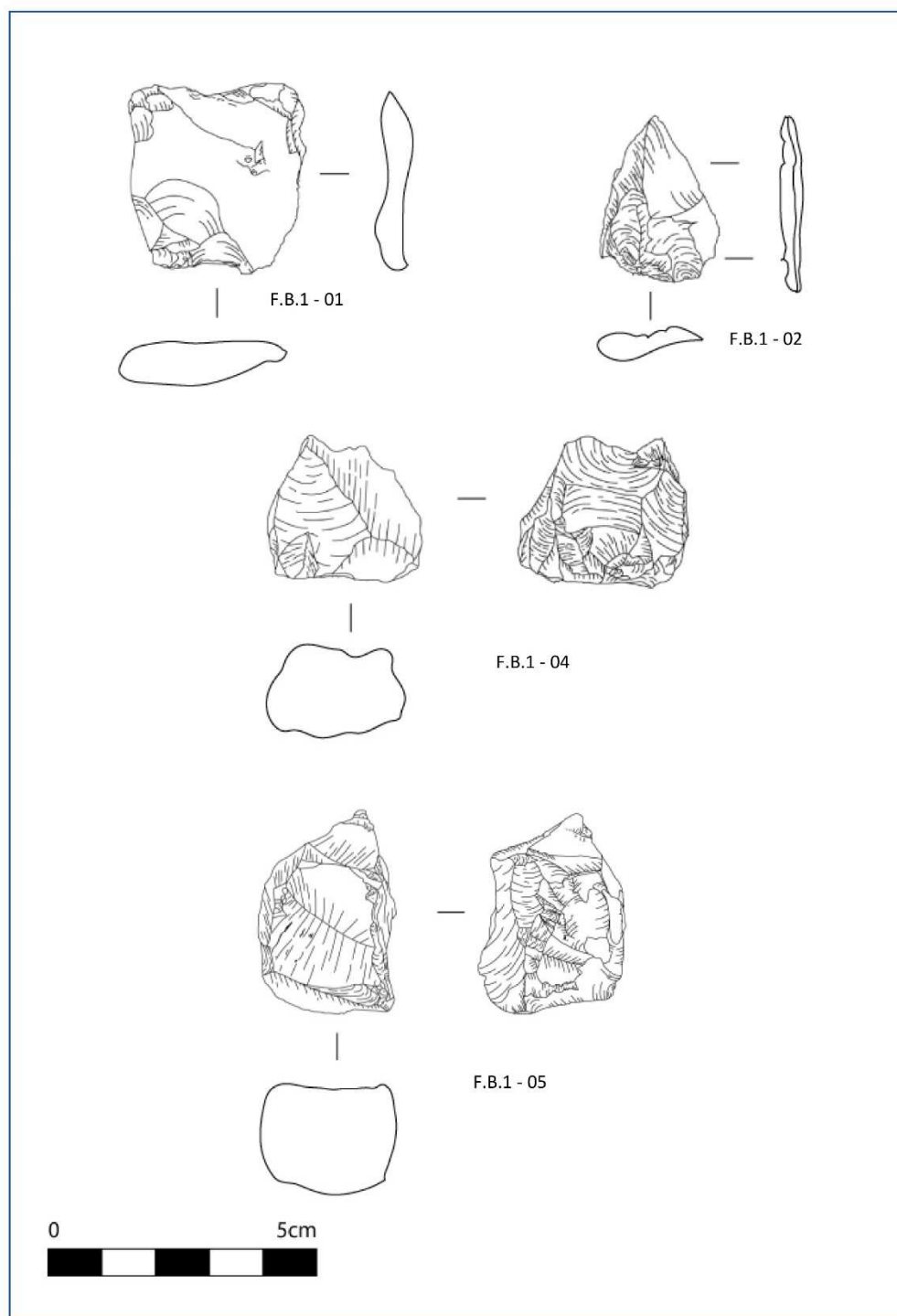
SOUSA, Ana Catarina; MIRANDA, Marta; SOARES, António Monge (2016) - O Concheiro de São Julião (Carvoeira, Mafra): as intervenções de 2007 e 2014, novos dados e novas leituras. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Direção Geral do Património Cultural. Vol. 19. p.11–26.

SOUSA, Ana Catarina; SOARES, António Monge (2016) — Continuity or Discontinuity? The Exploitation of Aquatic Resources in the Portuguese Estremadura during the Atlantic Period: the São Julião and

- Magoito Shell Middens as Case Studies. Archaeology of maritime hunter-gatherers from settlement function to the organization of the coastal zone. *Actes de la Scéance de la Société préhistorique française.Rennes. SÉANCES DE LA SOCIÉTÉ PRÉHISTORIQUE FRANÇAISE*. Paris: Société préhistorique française. Vol. 6. p. 191-211.
- SOUSA, Ana Catarina; GIBAJA BAO, Juan.; MAZZUCO, Niccolò.; MIRANDA, Marta.; TERESO, João Pedro; OLIVEIRA, Cl.; GONÇALVES, Vítor S. (2018) - Clay combustion structures in early Mesolithic at Cova da Baleia (Mafrá, Portugal): Approaches to their functionality. *Journal of Archaeological Science*. Vol. 18. p. 984–999.
- VALERA, António Carlos; SANTOS, Helena (2010) – O concheiro do Neolítico antigo do “Meu Jardim” (Nazaré): informação preliminar. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. NIA - O Núcleo de Investigação Arqueológica da Era Arqueologia. Vol.6. p. 21 – 28.
- VALERA, António Carlos; CARVALHO, António Faustino; GOUFA, Eliana (2017) - O concheiro do Meu Jardim (Nazaré) no contexto das estratégias de produção e circulação de suportes lâmino-lamelares no Neolítico Médio da Estremadura Portuguesa. *Journal of Lithic Studies*. Edinburg: School of History, Classics and Archaeology, University of Edinburgh Vol. 4:3. p. 1-24
- ZBYSZEWSKI, Georg (1970) - Indústrias paleolíticas da região de Peniche.1970. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. 2ª Série, Vol.4. p.19-40.
- ZILHÃO, João C. (1997) - *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Sector da Cultura/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano". Lisboa: Colibri, 2 Vols. p. 33-65
- ZILHÃO, João (2003) – The Neolithic Transition in Portugal and the Role of Demic Diffusion in the Spread of Agriculture across West Mediterranean Europe, in A. J. Ammerman and P. Biagi (eds.), *The Widening Harvest. The Neolithic Transition in Europe: Looking back, Looking forward*. Boston, Archaeological Institute of America (Colloquia and Conference Papers, 6), p. 207 – 223.







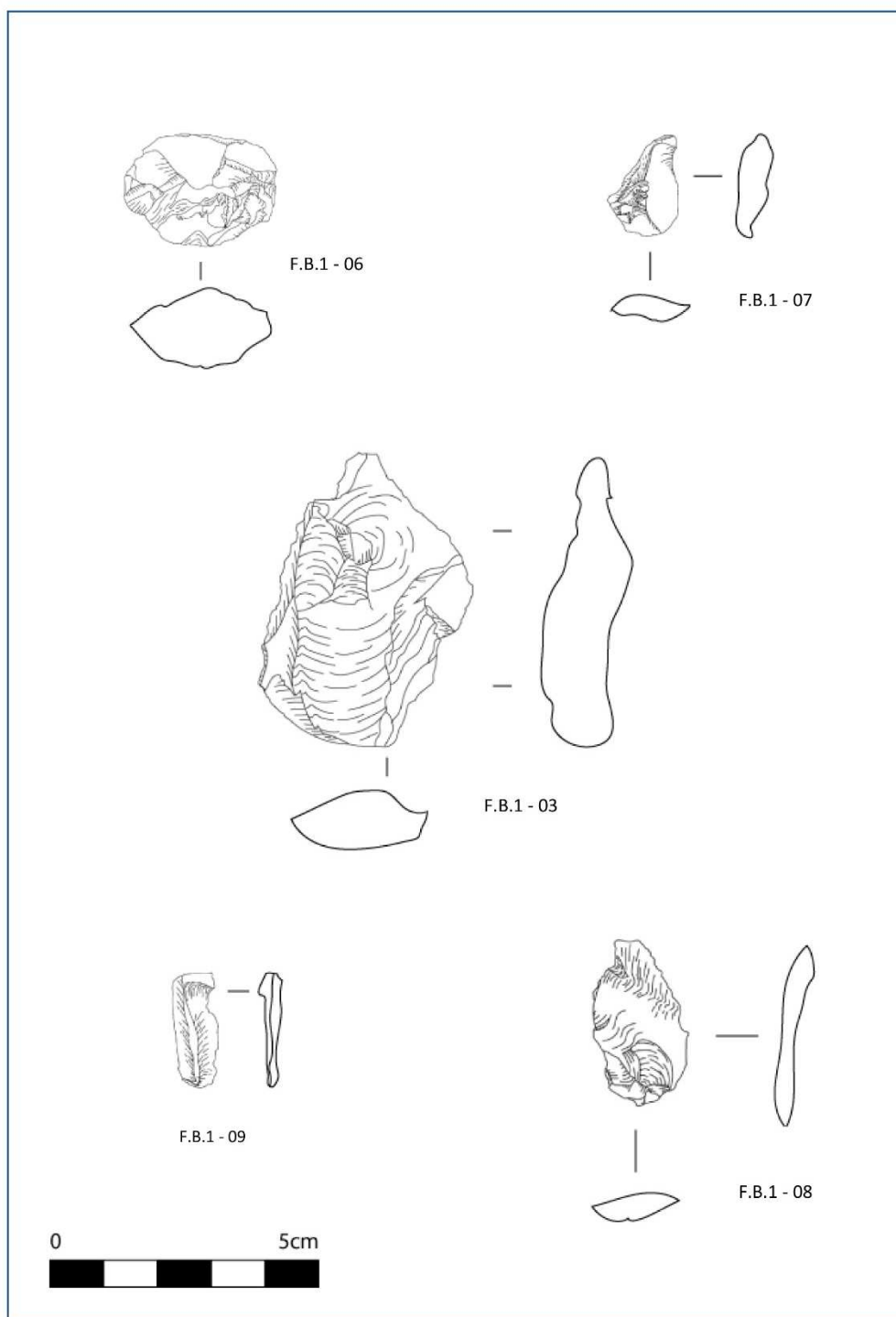


Tabela 6 – Fauna Malacológica



F.B.1 - 21



F.B.1 - 22



F.B.1 - 23



F.B.1 - 24



A ocupação pré-histórica da Gruta da Barroda 3 (Atouguia da Baleia, Peniche): uma análise preliminar

Luís RENDEIRO¹
Adriano CONSTANTINO²
Cátia DELICADO³

Resumo

Durante a realocização do povoado do Paço (Peniche) e observação do espaço envolvente, foi identificada, na plataforma calcária (a oeste) que o antecede, uma pequena cavidade cársica, denominada como Barroda 3.

A cavidade sofreu constantes intrusões por parte de populares e grupos de espeleologia, que procederam a “arrumações de escombros”, perturbando as realidades arqueológicas.

Foi possível identificar vestígios líticos cerâmicos, faunísticos e osteológicos, que nos permitiram numa primeira instância, definir a utilização da gruta, durante o Neolítico final, Calcolítico e idade do Bronze.

Palavras – Chave: Barroda; Gruta; Cesaredas; Peniche

Abstract

During the relocation of the fortified settlement of Paço (Peniche) and observation of the surrounding space, a small karst cavity, known as Barroda 3, was identified on the limestone platform (to the west) that precedes it.

The cavity suffered constant intrusions by the people and speleology groups, who proceeded to "settle debris", disturbing the archaeological realities.

¹ *Patrimonium* – Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche/
constaborges@hotmail.com

² *Patrimonium* – Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche/
adrianoconstantino84@gmail.com

³ Investigador independente/ delicadocs@gmail.com

It was possible to identify lithic, ceramic, faunistic and osteological remains, which allowed us in the first instance, to define the use of the cave during the Late Neolithic, Chalcolithic and Bronze age.

Keywords: Barroda; Cave; Cesaredas; Peniche

1. Introdução

Numa vasta área que havia sido alvo de algumas prospeções Helena Moura, na construção da então Carta Arqueológica de Peniche (Moura, 1987), identificou pela primeira vez o povoado do Paço, dando igualmente notícia de uma cavidade cársica (abrigo sobre rocha) que se encontra na vertente Sul do esporão (apelidado pelos populares de Cova da Moura). Em 2007, toda a área foi alvo de prospeções arqueológicas no âmbito do Projecto de Execução da Ampliação do Sistema de Saneamento do Paço, apontando os investigadores para uma ocupação com cronologias calcolíticas (Sá e Chéney, 2007).

Em 2011, são realizadas novas prospeções arqueológicas nesta área no âmbito do RECAPE do Parque Eólico da Lourinhã I, onde foi realizado um levantamento topográfico de toda a plataforma, incluindo estruturas, bem como recolhas de superfície na área circunscrita ao povoado.

Apenas em 2016, no âmbito das monitorizações sobre o estado de conservação de alguns pontos arqueológicos já identificados no Planalto das Cesaredas, levadas a cabo pela Associação *Patrimonium*, no decorrer do projecto CAP – Carta Arqueológica de Peniche, a equipa, numa tentativa de proximidade com a população local, identificou através desta, outras realidades arqueológicas desconhecidas.

A gruta da Barroda foi uma destas identificações, que, através de informações recolhidas junto da população local foi possível determinar. A cavidade cársica situa-se na vertente Oeste do esporão onde o povoado se implanta, na vertente que corresponde à parte exterior, que parece fechar o povoado.

Numa plataforma plana, onde existe pouco material arqueológico, na vertente Oeste, encontram-se algumas escorrências que nos levam a uma pequena abertura do maciço calcário, a gruta da Barroda 3 (ver Fig. 1)



Figura 1 – Entrada principal da Gruta da Barroda 3. **Fonte:** Luís Rendeiro

2. Localização geográfica

A gruta da Barroda situa-se na vertente Oeste do maciço calcário onde também se implanta o povoado do Paço. Embora o povoado se localize entre duas fronteiras administrativas (concelhos de Peniche e Lourinhã), a gruta da Barroda pertence ao território administrativo do concelho de Peniche, mais propriamente na Freguesia da Atouguia da Baleia, na povoação do Paço. A gruta está identificada na Carta Militar de Portugal (1: 25 000), folhas n.º 337 e 349, a uma altitude de 120m em relação ao nível do mar, e a sua localização geográfica é de 39°18'13.48"N /-9°16'38.66"W. (ver Fig. 2).

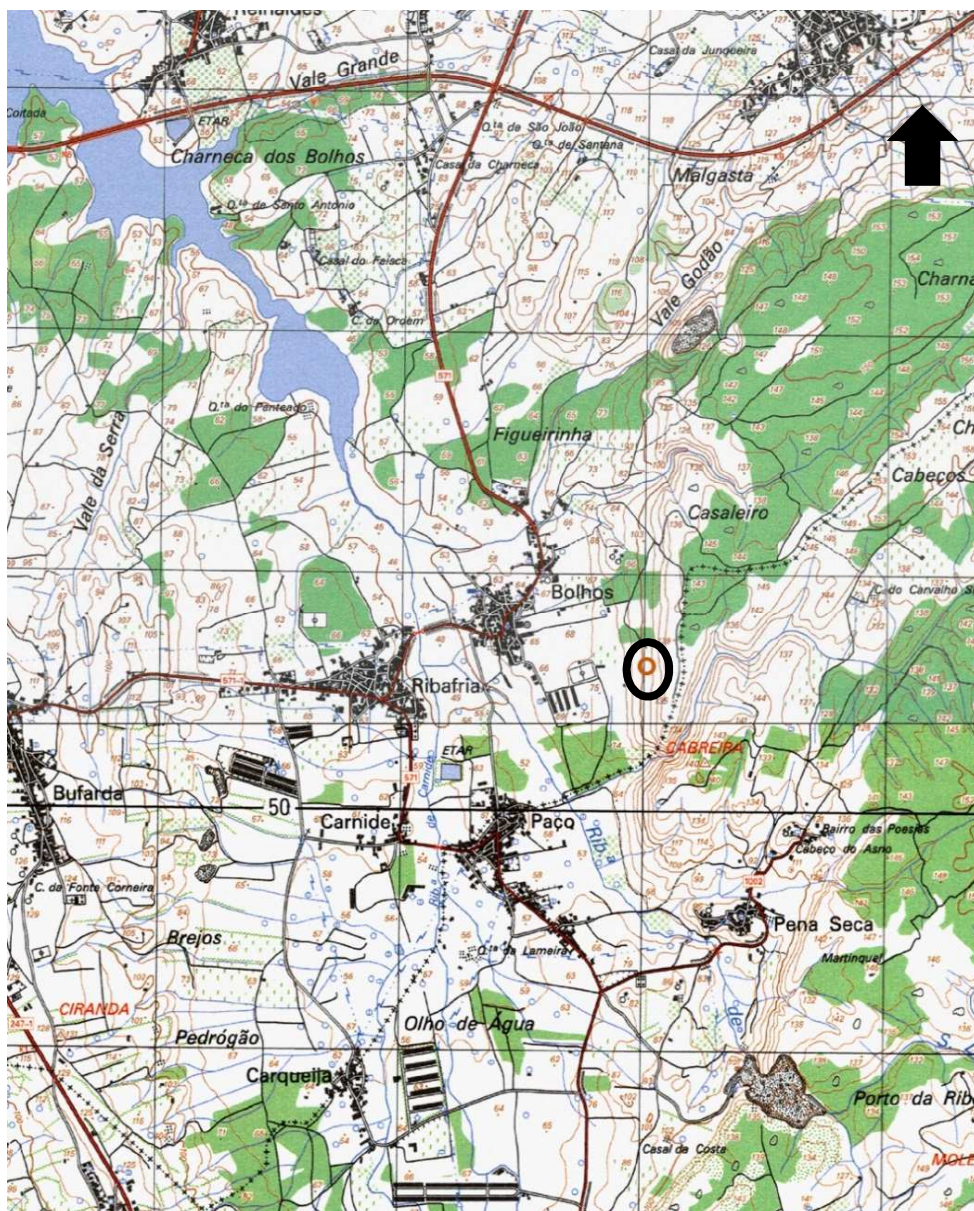


Figura 2 – Localização da gruta da Barroda 3 (círculo vermelho). Excerto da conjugação das Folhas nº 337 (Peniche) e 349 (Lourinhã) da Carta militar Carta Militar de Portugal (2006). **Fonte:** Luís Rendeiro (adaptado).

3. Geologia / Morfologia

Localizada no maciço calcário das Cesaredas, (ver Fig. 3) a gruta da Barroda, situa-se num planalto de calcários do Jurássico, mais precisamente formações do Caloviano, caracterizado através dos seus calcários compactos com nódulos siliciosos. Predominam também formações do Batoniano com a presença de calcários semicristalinos e oolíticos, e formações do Bajociano, representado por calcários

sublitográficos esbranquiçados (FRANÇA *et al*, 1960). O local de implantação da gruta corresponde a um pequeno esporão sobranceiro ao complexo plio-pleistocénico de Bolhos, depressão que corresponde ao vale tifónico de Bolhos, constituído maioritariamente por areias do Pliocénico, havendo ainda argilas e areias sobrepostas pertencentes ao Quaternário (*idem, ibidem*).

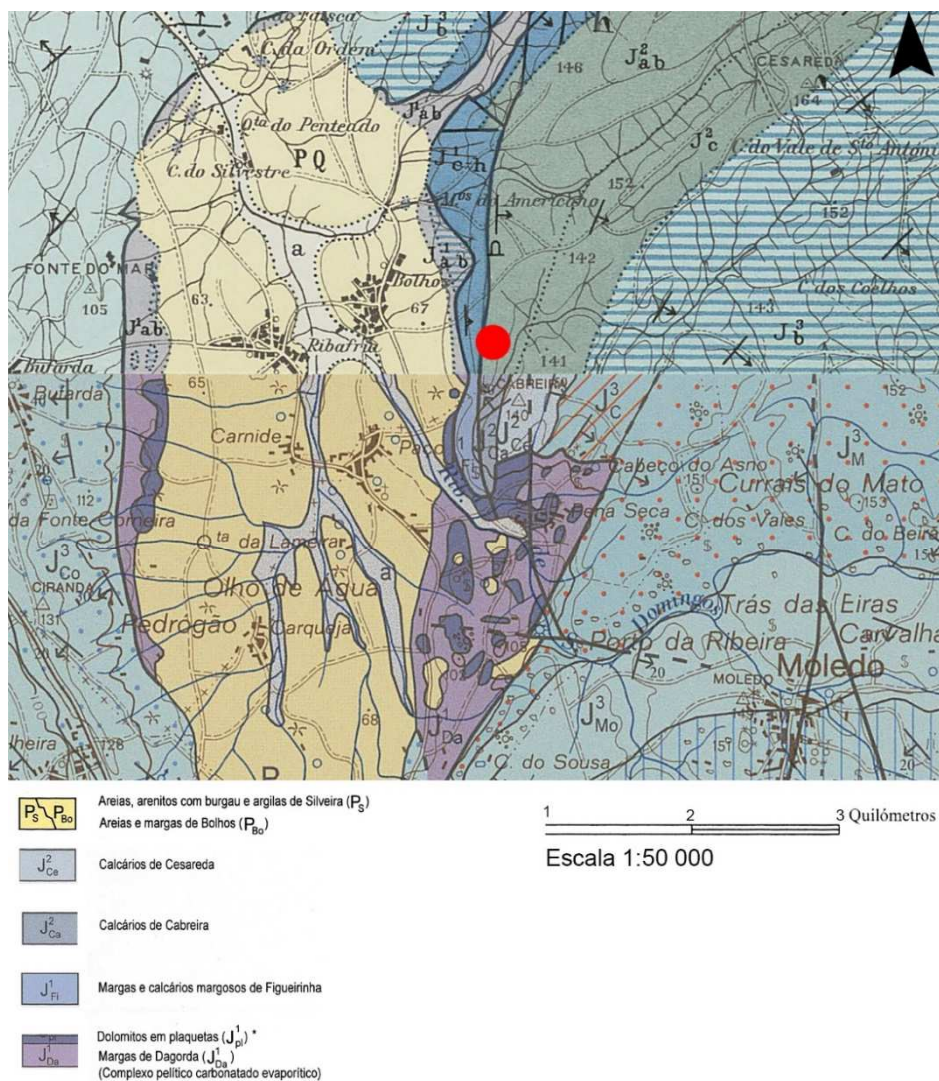


Figura 3 – Excerto da conjugação das folhas nº 26C (Peniche) e 30A (Lourinhã) da Carta Geológica de Portugal de 1:50 000, na folha nº 26C, 1960, onde está indicada a vermelha a Gruta da Barroda 3. **Fonte:** Cátia Delicado (adaptado).

Num aspecto mais abrangente, a morfologia geológica e hidrográfica, que constituem actualmente a área envolvente desta cavidade, destacam-se a ribeira de São Domingos, que corre no sopé

deste esporão onde se localiza a cavidade cársica. Esta é composta por linhas de água, que, a jusante, vão dar lugar ao rio de São Domingos.

Possivelmente durante a ocupação da gruta e povoado do Paço, a ribeira seria um curso de água mais fluente, tal como, mais fluentes seriam os pequenos cursos de água existentes e que hoje apenas marcam o terreno seco das vertentes do esporão.

A estabilização do nível médio do mar, que se terá dado há cerca de 5000 – 3000 anos BP (DIAS, 2004), terá possibilitado a regularização e equilíbrio dos cursos de água, inundando a plataforma litoral, penetrando pelos vales fluviais, contribuindo para um maior fluxo dos rios de Ferrel e São Domingos (RAMOS PEREIRA *et al*, 2008). Assim, é nos fácil imaginar que o rio de São Domingos, bem como outros pequenos cursos de água que constituem hoje a sua bacia hidrográfica, possuiriam com um maior caudal do que aquele que hoje apresentam.

O povoado do Paço apresenta uma posição estratégica na entrada para um pequeno vale, que hoje em dia é apelidado de Vale Paraíso, através de um pequeno curso de água, para o imenso maciço calcário das Cesaredas.

Numa leitura à escala regional do que foi identificado nas proximidades da gruta da Barroda 3, dentro do próprio maciço calcário das Cesaredas, encontramos outras realidades cronologicamente análogas, como as grutas Cova da Moura e Gruta da Malgasta (DELGADO, 1867), gruta das Cesaredas, Gruta Principal, Lapa do Reguengo Pequeno e Gruta 2 (CARDOSO, 1941), Lapa Furada (CARDOSO e CARREIRA, 1992) e gruta da Feteira (ZILHÃO, J. 1984). Existem outros para os quais ainda não existem publicações mas se encontram identificados como a gruta da Quinta dos Morcegos, Pedreira Velhas 3 e grutas dos Bolhos. Estas realidades parecem reflectir uma articulação dinâmica de toda esta área de maciço calcário durante os períodos do Neolítico/ Calcolítico e Idade do Bronze na Estremadura Portuguesa.

4. Enquadramento arqueológico

A gruta da Barroda 3, situa-se num cabeço calcário, nas imediações do povoado do Paço, com o qual haverá provavelmente relação, ou até mesmo, com os povoados de Outeiro de São Mamede, Columbeira e Outeiro da assenta (CARDOSO,2004).

Localizada no planalto das Cesaredas, encontra nas proximidades outras cavidades com ocupação do mesmo período cronológico, como é o caso das grutas de Bolhos e gruta da Lapa do Reguengo Pequeno, Lapa do Suão, gruta Nova da Columbeira e gruta da Casa da Moura.

A relação de articulação entre povoados Neo-calcolíticos e grutas-necrópole ainda não é bem conhecida, no entanto a proximidade da Barroda a um povoado constitui um elemento relevante que importa ser averiguado.

A nível de proximidade, é possível que haja alguma relação ainda desconhecida entre as pelo menos três cavidades em redor do povoado do Paço (duas de Bolhos e Lapa do Reguengo Pequeno) ou até mesmo com pequenos algarés próximos sobre os quais se conhecem utilizações. No entanto, as cavidades presentes nas proximidades ainda não foram alvo de intervenção e estudo arqueológico, sendo maioritariamente frequentadas por espeleólogos existindo apenas algumas notas sobre os achados de superfície encontrados nas mesmas.

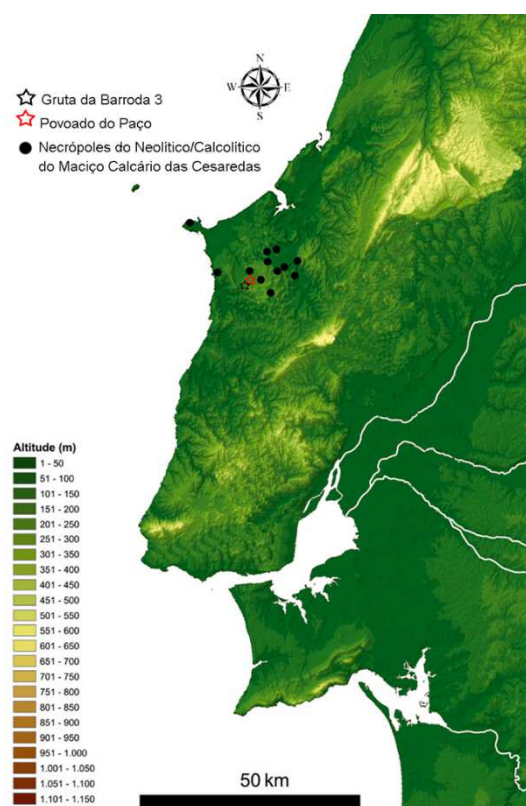


Fig.4 – Localização da gruta da Barroda 3 e povoado calcolítico do Paço e a sua inserção no quadro de necrópoles em gruta natural localizadas no Maciço Calcário das Cesaredas. Adaptado por: Cátia Delicado

A Estremadura apresenta uma grande variedade de monumentos sepulcrais com ocupação do 4º e 3º milénio, principalmente na zona do Maciço Calcário das Cesaredas (ver fig. 4)

5. Estudo Faunístico

O conjunto recolhido à superfície demonstra alguma variedade, não sendo fiável a sua inserção num período cronológico.

Foram identificadas seis espécies animais, entre eles raposa (*Vulpes vulpes*), cabra (*Capra hircus*) e coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*). Foram determinados elementos da família de caprinos, suídeos e bovídeos, a que não se pôde atribuir uma classificação clara, tendo em conta as problemáticas taxonómicas associadas aos mesmos (ver quadro 1).

Quanto à metodologia de trabalho, a identificação taxonómica teve como base o atlas de osteologia animal de Schmid (1972). O Número de Restos Determinados (NRD) foi usado para quantificar os restos identificados taxonómica e morfologicamente e o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) foi calculado dividindo o número de vezes que o elemento mais frequente aparece no esqueleto, tal como definido por Valente (1997). Para a análise referente ao desgaste dos dentes, foram utilizadas as escalas de padrões de desgaste publicadas por Payne (1987) para as ovelhas e cabras.

Bos sp. (auroque ou gado-bovino) - Bovídeos

Com base em apenas três elementos (um osteológico e dois dentários) não foi possível determinar se os restos pertenciam a *Bos tauros* (boi) ou a *Bos primigenius* (auroque), ainda que esta seja uma problemática sensível para os períodos cronológicos em abordagem, uma vez que ainda é difícil definir limites geográficos e temporais para a presença de auroque em Portugal.

Os elementos dentários encontravam-se muito desgastados e fragmentados não sendo possível perceber o nível de desgaste dos

mesmos. A presença de *Bos* sp. em contexto de gruta e áreas geográficas de relevo semelhante, em cronologias Neo-Calcolíticas não é frequente, no entanto a sua presença nos mesmos também não é estranha (VALENTE, 2016). É possível verificar a presença de gado bovino na Lapa da Mouração (Porto de Mós), com dados provenientes igualmente de camadas superficiais e cronologias semelhantes (SANTOS e DELICADO, 2017). A presença de *Bos tauros/ primigenius* é mais frequente em contextos habitacionais do Neolítico final e Calcolítico (VALENTE, 2016: 96), embora tenha sido possível determinar a presença de boi doméstico no Neolítico Antigo da gruta do Caldeirão (ROWLEY-COWNY, 1992).

Espécie	NRD		MNI	
	N	%	N	%
<i>Vulpes vulpes</i> (Raposa)	2	4%	1	14%
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (Coelho-bravo)	6	12%	1	14%
<i>Capra hircus</i> (Cabra)	1	2%	1	14%
<i>Ovis/Capra</i> (Caprinos)	5	10%	2	29%
<i>Sus</i> sp. (Suídeos)	1	2%	1	14%
<i>Bos</i> sp. (Bovídeos)	3	6%	1	14%
Mesofauna	32	63%	0	0%
Total	50	100	7	100%

Quadro 1 – Número de restos determinados (NRD) e Número Mínimo de Indivíduos (NMI) das espécies recuperadas dos contextos de superfície da gruta da Barroda 3 (Peniche).

Capra hircus e *Ovis aries* (cabra ou ovelha) - Caprinos

A distinção entre espécies é difícil uma vez que os esqueletos são bastante semelhantes, assim sendo, sempre que possível, foi feita a distinção entre *Capra hircus* e *Ovis aries*.

Foi detectado apenas um elemento ósseo pertencente a cabra. Os restantes foram englobados numa categoria generalista, sem distinção de espécie onde se identificou a presença de um adulto e de um juvenil. O indivíduo juvenil foi identificado através de uma

mandíbula com dentição decídua, com fraco grau de desgaste, indicando a presença de um animal entre os 8 e os 20 meses de idade.

A presença de cabra é mais frequente em contextos do Neolítico Antigo e médio tornando-se mais escassa ao longo do tempo, sendo a presença de ovelha, mais comum em contextos do Neolítico final (VALENTE, 2016: 90-96). No entanto, apesar de serem numerosos os restos cuja espécie não é possível de ser identificada em diversos contextos, na Lapa da Mouração, a presença de cabra parece ser superior à de ovelha (SANTOS e DELICADO, 2017). Por enquanto, por não existirem dados suficientes, não é possível determinar de que forma as proximidades ao povoado Neo-Calcolítico do Paço influenciou a presença de ovelha no sepulcro ou se o relevo geomorfológico em que o mesmo se situa, confirma a presença de cabra, como aliás, parece ser mais frequente em contextos de gruta.

Na baixa Estremadura, onde predominam os grandes povoados do Neolítico final e Calcolítico como Leceia e Penedo do Lexim, a presença de ovelha sobrepõem-se à de cabra, no entanto, os ambientes de gruta-necrópole ainda se encontram fracamente estudados (CARDOSO e DETRY, 2001/2002, MORENO-GARCÍA e SOUSA, 2013).

Sus sp. (javali ou porco)

A presença de suídeo encontra-se confirmada através da identificação de apenas uma tíbia direita correspondente a um indivíduo adulto.

A diferença entre javali e porco, tal como ovelha e cabra é naturalmente de difícil definição e em particular na Península Ibérica, uma vez que existe algum grau de sobreposição nas medidas osteológicas entre a espécie doméstica e a selvagem (ALBARELLA et al, 2005 e DELICADO et al, 2017:38).

Raposa (*Vulpes vulpes*)

A presença de raposa em gruta em contexto arqueológico é frequente, uma vez que o ambiente envolvente à necrópole é propício à presença desta, no entanto, a sua presença neste contexto particular pode levantar algumas dúvidas quanto à sua intencionalidade. Como é possível verificar na Estampa 1, figura 5 (nº 3 e 4), o crânio aparece associado a um úmero de caprino, e este, sob um bordo cerâmico enquadrável em cronologias calcolíticas. Sendo recolhidas de superfície e tendo estado estes elementos sujeitos a manipulações por parte de elementos externos, é duvidável que se tratem de contextos preservados. Se a associação do crânio e úmero aos fragmentos cerâmicos corresponder a uma realidade temporal, nesse caso estes teriam sido depositados no Calcolítico, uma vez que existem dois elementos cerâmicos enquadráveis neste período temporal bem como um bordo de vaso campaniforme.

Os vestígios de raposa (falange III e calvaria craniana) correspondem a um indivíduo juvenil, sem que se conheçam as causas de morte. A sua presença aparece indicada no Neolítico antigo da gruta do Caldeirão e habitat do Neolítico médio do Maciço Calcário Estremenho (Abrigo da Pena d'Água e Costa do Pereiro) (DAVIS, 2002; CARVALHO, 2008; VALENTE, 1998).

Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*)

Relativamente à amostra de coelho-bravo não é possível avaliar fidedignamente a sua importância no conjunto em estudo, não sendo possível determinar se a sua presença no sepulcro corresponde a intrusão ou consumo via prática de actividades cinegéticas. Os restos encontrados determinam a presença de pelo menos um indivíduo. A sua presença é frequente em contextos funerários de gruta, como na Lapa da Mouração (SANTOS e DELICADO, 2017), Algar do Barrão (CARVALHO *et al*, 2013), Gruta do Cadaval (ALMEIDA *et al*, 2015) e algar do Bom Santo (PIMENTA, 2014).

Outros vertebrados

Fazem parte do conjunto 32 ossos relativamente aos quais não foi possível determinar a espécie, tendo estes sido classificados dentro da categoria de mesofauna, com base nas suas dimensões

6. Antropologia Física

Das recolhas de superfície apenas foram recuperados um fragmento de calote craniana e um fragmento da zona de inserção mandibular.

7. Indústria Lítica (Polida e Lascada)

O conjunto lítico é reduzido, estando presente apenas um machado de secção sub-quadrangular, quatro seixos, dos quais dois apresentam vestígios de acção humana, dois fragmentos de lâmina e um geométrico.

Relativamente ao machado em anfibolito, de cronologias calcolíticas, este apresenta sinais de ter sido amplamente utilizado. A sua superfície encontra-se totalmente polida, no entanto o gume demonstra sinais de esmagamento tendo sido polido posteriormente e depositado no sepulcro, havendo, portanto, uma segunda utilização dada aos materiais de uso quotidiano.

Foram recuperados dois seixos em quartzito sem qualquer tipo de talhe, obtidos e transportados possivelmente da ribeira de São Domingo, situada a menos de 500 metros oeste da cavidade e povoado.

Salienta-se a presença de dois seixos também em quartzito, com evidências de talhe. Um dos artefactos terá sido usado enquanto núcleo para a extração de lascas, enquanto o segundo, sofreu remoção do córtex e estava em fase de polimento das arestas vivas para que ficassem arredondadas. Provavelmente este artefacto, de coloração negra uniforme, teria alguma finalidade votiva embora não tivesse sido finalizado.

Os dois fragmentos de lâmina, elaboradas sobre sílex, um mesial e um distal, apresentam ambos secção triangular, podendo em concordância com o segmento assimétrico (geométrico), indicar uma utilização da cavidade durante o final do 4º milénio. A presença de um segmento assimétrico em ambiente de gruta, questão amplamente debatida, é frequente, tratando-se de um uso remanescente de artefactos do Neolítico médio durante o período cronológico imediato, o Neolítico final. Havia sido mencionado por Rui Boaventura, a dominância de trapézios assimétricos em contextos do final do Neolítico médio e Neolítico final na Estremadura e Alentejo (MATALOTO *et al*, 2015: 63). Deste modo, o único geométrico até agora recolhido da gruta da Barroda 3, respeita a tradição verificada na Estremadura. Este tipo de artefactos nos contextos funerários do Maciço Calcário Estremenho encontra-se sobretudo em cavidades naturais ou artificiais como as grutas da Senhora da Luz (CARDOSO *et al*, 1996), Carrascos (GONÇALVES e PEREIRA, 1974/77) e hipogeu das Lapas (Delicado, 2016).

8. Cerâmica

Numa tentativa de definição cronológica para a utilização da gruta, foi analisado o conjunto artefactual recolhido durante as prospecções.

Assim, em relação ao conjunto cerâmico recolhido, foi identificado aquilo que são elementos cerâmicos típicos do Neolítico final/ Calcolítico, determinando a presença de um prato de bordo espessado externamente, realidade tipológica que se observa nos materiais cerâmicos de transição do do 4º para o 3º milénio a.n.e do Sul de Portugal, e que aqui aparece na forma deste pequeno fragmento de bordo com o número de inventário G.B.3. 33 (RENDEIRO, 2014: 54). Identificou-se ainda um bordo de forma fechada, muito provavelmente um pote, que apresenta cronologias idênticas ao anterior (inventário G.B.39).

Juntamente com estes bordos, foram identificados alguns bojos cuja pasta se enquadra dentro destas cronologias.

Foi identificado um fragmento de bordo cerâmico que se assemelha a uma taça campaniforme, no entanto, existem ainda algumas dúvidas quanto à sua classificação tipológica (inventário G.B 36).

Foi identificado um fragmento de fundo de cerâmica, cuja pasta e tipologia, pelas suas características mais depuradas e de melhor qualidade parecem indicar cronologias mais recentes (inventário G.B 31). De época moderna, surgem fragmentos de um fundo (inventário G.B 34 e G.B.45), cuja pasta e tipologia, parecem sugerir a presença de pequenas bilhas. Também de época moderna surge um bojo com asa (inventário G.B. 32).

9. Conclusões

Quanto ao conjunto faunístico, apesar de não ser expressivo uma vez que se tratam de recolhas de superfície, é possível aferir alguma variedade num conjunto relativamente diminuto. Correspondendo provavelmente a maior parte a animais domésticos como caprinos, bovídeos e suídeos (embora não seja possível fazer aqui a distinção entre porco ou javali), também se regista a presença de possíveis intrusões, como é o caso do coelho-bravo e raposa. A presença de animais principalmente domésticos determina a intencionalidade da presença dos mesmos no interior da cavidade, neste caso, por mão humana.

O conjunto lítico indica o uso de matérias-primas recuperadas nas proximidades da cavidade às quais foi dado uma utilidade utensilar uma vez que de um dos seixos em quartzito foram retiradas lascas, certamente para o fabrico de utensílios de apoio a actividades do quotidiano. O machado de pedra polida em anfibolito demonstra contactos/redes de troca com as comunidades do Alto Alentejo, de onde a matéria-prima provém, indicando ainda, uma utilização do

mesmo para a sua actividade primária e posterior reutilização enquanto oferta votiva (tendo sofrido para isso um novo polimento principalmente na zona do gume).

O conjunto cerâmico constituído nesta amostra por alguns bojós e um bordo de pasta grosseira, com pouco tratamento interno e externo, pertenceriam a grandes recipientes, muito provavelmente tipologicamente inseríveis naquilo que são esféricos, potes e recipientes de paredes rectas. Em conjunto com estas realidades, surge no conjunto um prato de bordo espessado externamente. Esta realidade artefactual é observável nos materiais cerâmicos de transição do 4º para o 3º milénio a.n.e no Sul e Estremadura Portuguesa.

Podemos deduzir que, quer através dos elementos de pedra lascada, nomeadamente lâminas e geométricos, bem como o fragmento de prato de bordo espessado externamente, a gruta terá sido utilizada durante o Neolítico final e Calcolítico. A presença de geométricos no sepulcro, atesta uma problemática comum a cavidades localizadas em zonas de relevo acentuado: a da continuação da utilização de tradições funerárias anteriores, em cronologias posteriores, um tipo de cenário também verificado no Maciço Calcário Estremenho.

A gruta situando-se no sopé do esporão de maciço calcário e junto a uma população que se foi aglomerando por ali em época moderna, terá sofrido certamente algumas incursões por parte dos populares. O que explica o aparecimento de cerâmicas produzidas a torno e de tipologia claramente moderna.

Bibliografia

ALBARELLA, Umberto; DAVIS, Simon J.M; DETRY, Cleia; ROWLEY-CONWY, Peter (2005) – Pigs of the “Far West”: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*. 40:2. Paris. p. 27 -54.

ALMEIDA, Nelson; SALADIÉ, Palmira; OOSTERBEEK, Luiz (2015) - Zooarqueologia e Tafonomia dos sítios neolíticos da Gruta da Nossa Senhora das Lapas e Gruta do Cadaval (Alto Ribatejo, Portugal Central). GONÇALVES, Victor; DINIZ, Mariana; SOUSA, Ana Catarina (eds.) – Actas 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. *Estudos e Memórias*. 8. Lisboa: UNIARQ. p. 75 -82.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1959) - Antiguidades de Torres Novas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 69: 34. p.501-510.

CARDOSO, João Luís. (2004) -A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. 12. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. da V; CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. p. 195-256.

CARDOSO, João Luís; DETRY, Cleia (2001) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.10. Oeiras. p. 131 -182

CARDOSO, M. (1941) - Monumentos nacionais. Seu arrolamento, classificação e protecção, especialmente na parte que se refere a arqueologia. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 51:12. p. 116-137.

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque (1992) - Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78:2. p. 145-153.

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. p. 97-228.

CARREIRA, Júlio Roque; CARDOSO, João Luís (2001–2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 10. p. 249–361.

CARVALHO, António Faustino (2008) – A neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental. *Promontória Monográfica*. 12. Faro: Universidade do Algarve.

CARVALHO, António Faustino; ANTUNES-FERREIRA, Nathalie; VALENTE, Maria João (2013) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6:1. Lisboa: IPA. p. 101-119.

DAVEAU, Suzanne (1980) - Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio*. 2. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. p. 13-37.

DAVIS, Simon (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:2. Lisboa: IPA. p.29 -98.

DELGADO, Nery da Encarnação (1867) - *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Notícia acerca das Grutas da Cesareda*. Typographia da Academia Real das Ciências. Lisboa. p.133

DELICADO, Cátia Saque (2016) - *A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4º e 3º milénios a.n.e.na Estremadura Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada (FLL/ UL). 2 Vols.

DELICADO, Cátia Saque; SANTOS, Ana Beatriz; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel; DETRY, Cleia (2017) – Alto de Brinches 3 (Serpa): estudo da fauna recuperada nos contextos do 3º e 2º milénios a.n.e. *Cadernos do GEEvH*. 6 (1). p.28 - 55.

DIAS, Alveirinho (2004) - *A análise sedimentar e o conhecimento dos sistemas marinhos: uma introdução à Oceanografia Geológica*. Faro: Universidade do Algarve.

FRANÇA, J. Camarate; ZBYSEWSKI, Georg; ALMEIDA, F. Moitinho de (1960) - *Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa da Folha 26-C Peniche*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

GONÇALVES, Vítor; MARTINS, André (1974/77) – Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos (Monsanto, Alcanena). *O Arqueólogo Português*. Série III, 7-9. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. p. 49 - 87.

GONÇALVES, J. L. M. (1994) – Castro da Columbeira. Uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho?. *Al-madan*. 2ª Série, 3. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 5-7.

HELENO, Manuel. (1958) – Pesquisas em Atouguia da Baleia. *Ethnos*. 3. Lisboa: Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. p. 495-496.

JALHAY, Eugene (1947) - A alabarda de sílex do Casal da Barba Pouca, Mação e a expansão das lanças e alabardas líticas em Portugal. *Broteria*. 44:1. Lisboa: Editora. p. 36-56.

MOURA, Helena (1987) – *Carta Arqueológica de Peniche*. Peniche. [Policopiado]

MATALOTO, Rui; BOAVENTURA, Rui; NUKUSHINA, Diana; VALÉRIO, Pedro; INVERNO, José; MONGE, Rui; RODRIGUES, Micael; BEIJA, Francisca (2015) - O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 55-79.

MORENO GARCÍA, Marta; SOUSA, Ana Catarina (2013) – A exploração de recursos faunísticos no Penedo do Lexim (Mafra) no Neolítico Final. GONÇALVES, Victor S; DINIZ, Mariana; SOUSA, Ana Catarina (eds.). *Estudos e Memórias*. 8. Lisboa: UNIARQ. p. 67 -76.

PANCADA Raquel M.Paixão (2011) – *Avaliação da Vulnerabilidade Biofísica do Sistema Dunar de Peniche - Baleal*. Dissertação mestrado policopiada (IGOT/ UL).

PAYNE, Sebastian (1987) – Reference codes for wear states in the mandibular cheek teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*. 14:6. p. 609-614.

PEREIRA, Ana Ramos (2008) - *Programa de Sistemas Litorais: dinâmicas e ordenamento*. Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial. *DILIF 5*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 114p.

PEREIRA, Félix Alves (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1ª Série, 19. Lisboa: Museu Etnológico Português. p. 135-146.

PEREIRA, Félix Alves (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1ª Série. 20. Lisboa: Museu Etnológico Português. p. 107-155.

PIMENTA, Carlos (2014) – Microvertebrates. Carvalho, António Faustino (ed). – Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal. *Promontória Monográfica*. 17. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade do Algarve. p. 61 -75

RENDEIRO, Luís. (2014) – *O Reportório Cerâmico da Sala nº1 (Vidigueira), na Sequência Neolítico Final e Calcolítico do Alentejo Médio*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada (FLL/UL).

ROWLEY -CONWY, Peter (1992) – The early Neolithic animal bones from Gruta do Caldeirão. ZILHÃO, João (eds) – Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo. *Trabalhos de Arqueologia*. 6. Lisboa: IPPAR. p. 231 - 237.

SÁ, Anabela P; CHÉNEY, A. (2007) - O Povoado do Paço. Notícia preliminar. *Almadan*. 2ª Série, 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 49-52.

SALVADO, Maria da Silva (2004) - Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa: As colecções do

Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 2.

SANTOS, Ana Beatriz; DELICADO, Cátia Saque (2017) -Entre vales e escarpas. Estudo da Fauna recuperada na Lapa da Mouração (Porto de Mós, Leiria). *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 753-763.

SCHMID, Elisabeth (1972) – *Atlas of animal bones for pre-historians, archaeologists, and Quaternary geologists*. Amsterdam. Elsevier Science Publishers.

SOUSA, Ana Catarina (2009) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento policopiada (FLL/ UL).

VALENTE, Maria João (1997) – A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas. *Estudos do Quaternário*. 1. Lisboa: APEC. p. 83-96.

VALENTE, Maria João (1998) – Análise preliminar da fauna mamalógica do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2. Lisboa: IPA. p. 85 -96

VALENTE, Maria João (2016) – Zooarqueologia do Neolítico do Sul de Portugal: passado, presente e futuro. DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (coord.) – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: Perspectivas em debate*. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. p. 87-108.

ZILHÃO, João (1984) - A gruta da Feteira (Lourinhã). Escavação de salvamento de uma necrópole neolítica. *Trabalhos de Arqueologia*. 1. Lisboa: IPPC. p. 11-92.

CARTOGRAFIA:

Carta Geológica de Portugal, folha 26-D (Peniche), Escala 1/ 50 000, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos.

Carta Militar de Portugal, folha 337 (Peniche), Escala 1/25 000, Serviço Cartográfico do Exército

Estampa 1



Figura 5. 1, 2 – Vista interior da gruta da Barroda 3; 3, 4 - Pormenor do crânio de raposa juvenil e úmero de caprino em associação a um bordo cerâmico Calcolítico; 5 - pormenor do interior da gruta; 6 - pormenor de ossadas de mesofauna dispostas à superfície; 7, 8 - machado recolhido *in situ* sob derrube.

Estampa 2



Figura 6. Núcleo em quartzito utilizado para extracção de lascas.

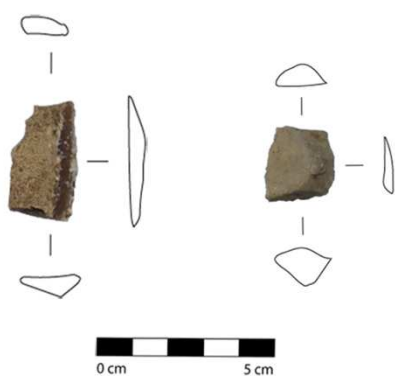


Figura 7. Lâminas recolhidas na gruta da Barroda 3.

Figura 8. Trapézio recolhido na gruta da Barroda 3.





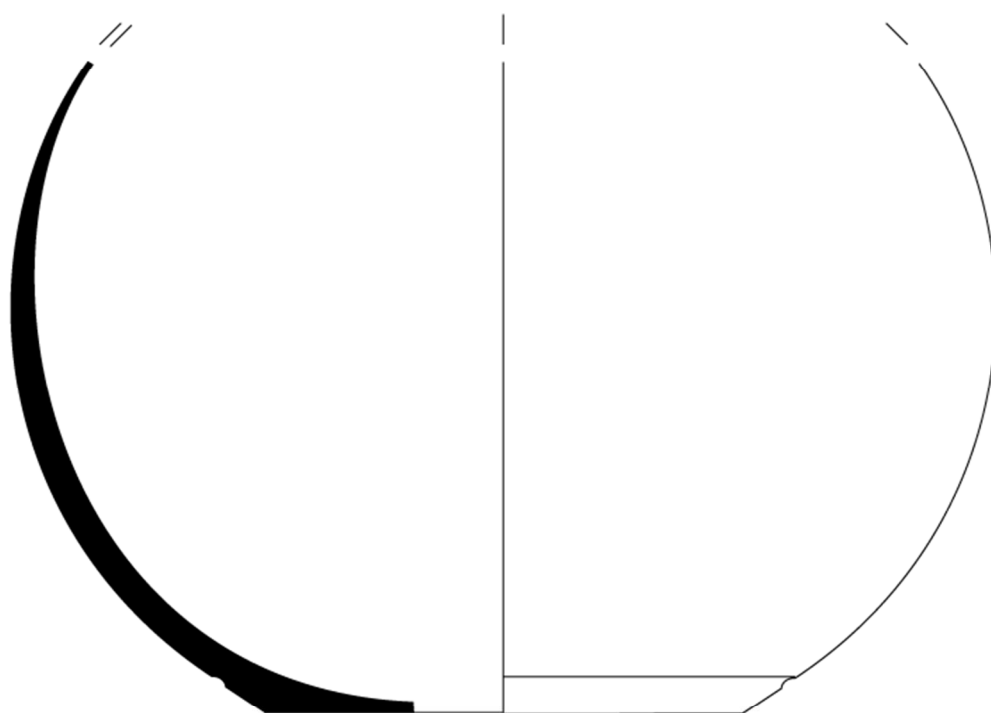
Figura 9. Machado em pedra polida recuperado do interior da gruta.

Estampa 4



Figura 10 e 11. Cerâmicas recolhidas no sepulcro

Estampa 5



G.B3 45



Figura 12 e 13. Vaso globular recolhido no sepulcro

Estampa 6



Figura 14. Vaso globular recolhido no sepulcro

Estampa 7

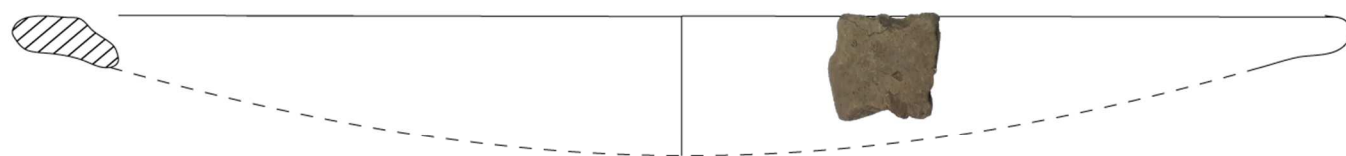


G.B3 32

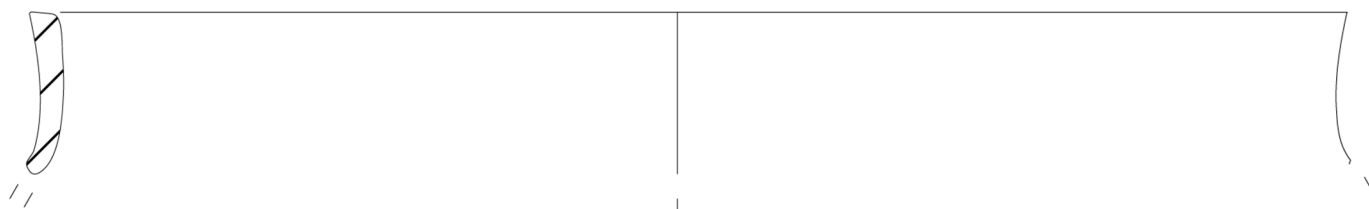


Figura 15. Vaso globular recolhido no sepulcro

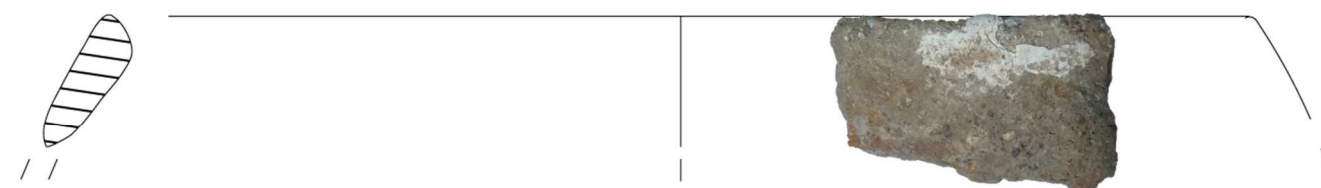
Estampa 8



G.B3 33



G.B3 35



G.B3 39

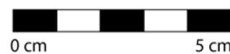
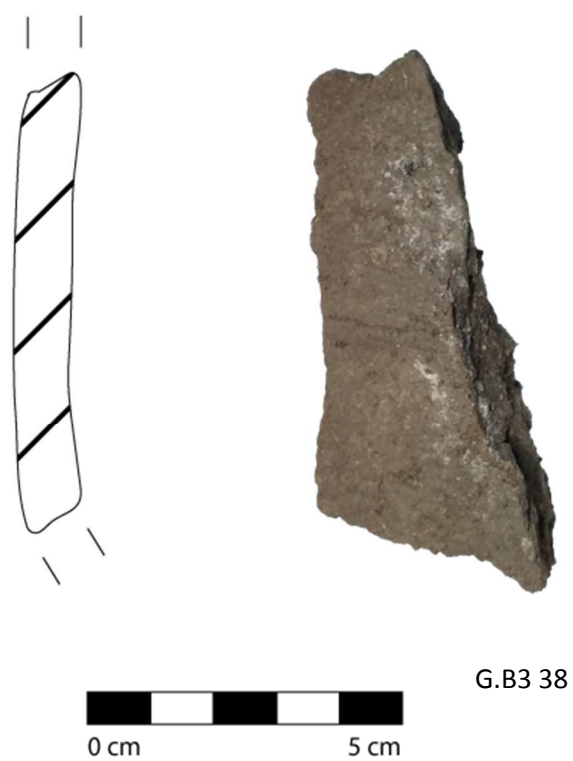
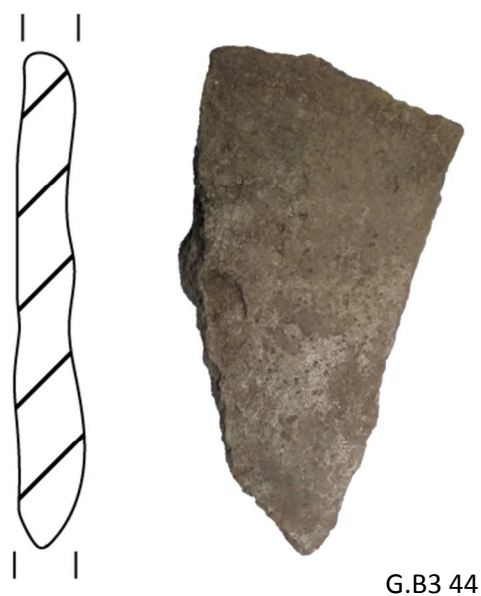


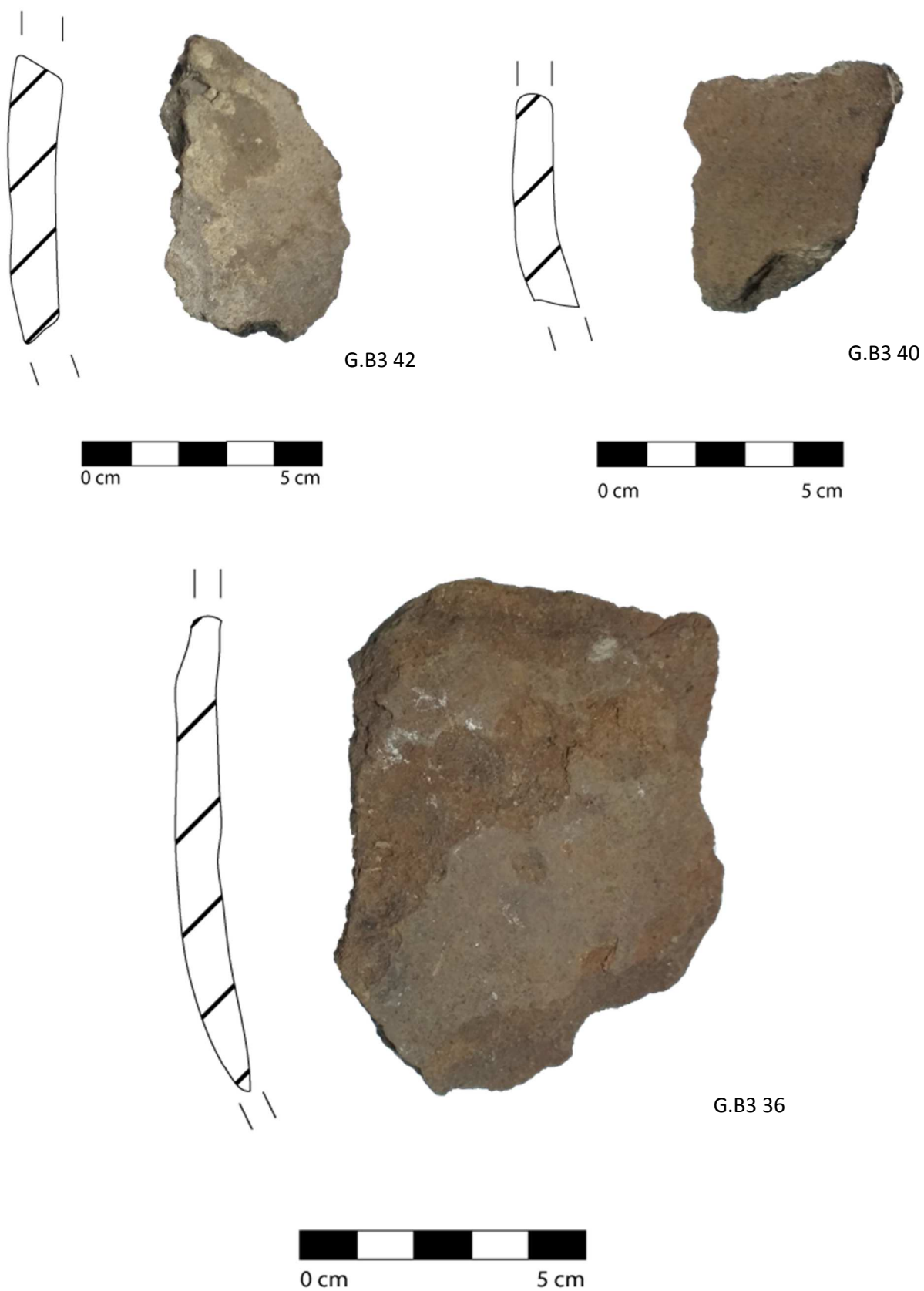
Figura 16, 17 e 18. Cerâmica pré-histórica recolhida no sepulcro

Estampa 9



Figuras 19 a 22. Cerâmica pré-histórica recolhida no sepulcro

Estampa 10



Figuras 23 a 25. Cerâmica pré-histórica recolhida no sepulcro

Estampa 11



Figura 26. Fragmento craniano de *Vulpes vulpes* juvenil na gruta em recolhas de superfície. Crânio presente na Estampa 1 (Figura 5, nºs 3 e 4).



Figura 27. Fragmento de úmero de caprino recuperado na cavidade em recolhas de superfície. Fragmento presente na Estampa 1 (Figura 5, nºs 3 e 4), junto a um elemento cerâmico de cronologia calcolítica.

Museu Municipal de Marvão (Portugal)
Origem da instituição museológica e constituição das colecções

Paula MORGADO¹

RESUMO

O Museu Municipal de Marvão encontra-se atualmente instalado na igreja de Santa Maria, localizada no largo de Santa Maria, junto à principal via de acesso que liga a vila de Marvão ao seu castelo.

A criação desta instituição museológica, oficialmente inaugurada nos anos oitenta do século XX, começou, na realidade, a estruturar-se algumas décadas antes, reflectindo logo na sua génese o desejo de afirmação identitária da população, com o apoio do poder político e dos investigadores ligados à história e arqueologia do concelho.

Palavras-Chave: Museu, Arqueologia, Marvão, Portugal

Résumé

Le Musée Municipal de Marvão est actuellement installé dans l'église de Santa Maria, situé sur la place de Santa Maria, près de la principale route d'accès qui relie le village de Marvão à son château.

La création de ce musée, officiellement inauguré dans les années 1980, a commencé à prendre forme quelques décennies plus tôt, reflétant dans sa genèse le désir d'affirmation de l'identité de la population, avec le soutien du pouvoir politique et des chercheurs liées à l'histoire et à l'archéologie de la mairie.

Mots-clés: Musée, Archéologie, Marvão, Portugal

¹ Arqueóloga. Câmara Municipal de Monforte. paula.ccm@gmail.com

O actual Museu Municipal de Marvão encontra-se instalado na igreja de Santa Maria, localizada no largo de Santa Maria, junto à principal via de acesso que liga a vila de Marvão ao seu castelo.

A criação desta instituição museológica, oficialmente inaugurada nos anos oitenta do século XX, começa lentamente a estruturar-se algumas décadas antes, reflectindo logo na sua génese o desejo de afirmação identitária da população, com o apoio do poder político e dos investigadores ligados à história e arqueologia do concelho.

Os primeiros documentos que mencionam a existência de um museu em Marvão, datam de Março de 1939, quando num excerto de uma acta de câmara, a propósito da contratação de um bibliotecário, se refere que “a Vila de Marvão é uma Vila de antigas e nobres tradições, e não faz sentido que a mesma não tenha uma boa Biblioteca e um museu, os quais já existem mas precisam de ser reorganizados por uma pessoa competente”.²

Poderá ter pesado nessa tomada de “consciência museológica” que o texto reflecte, o facto de se aproximar a data de comemoração do tricentenário da Restauração da Independência, e a reflexão em torno da cultura e dos seus símbolos, que neste contexto se materializaram nos livros e outros objectos antigos revestidos de valor histórico, que justificavam a importância e a autonomia de um povo. Nesse contexto, e de acordo com o texto da época, justificava-se a contratação de um técnico bibliotecário, com funções muito concretas de organização do espólio já existente, e por isso uma colaboração limitada no tempo, uma necessidade apenas temporária que terminaria com o completar da tarefa exigida. A forma como é encarada esta situação reflecte o pensamento político da época relativamente ao significado do museu, encarado como um espaço estático, que importava organizar, sem outro fim que o da exposição permanente e imutável dos objectos que

² Anexo I - CMMRV/B-A/01/122, 11 de Março de 1939 (acta de), Fólios 118v, 119, 119v

reunia. Os livros da biblioteca e os objectos do museu são vistos como uma mesma realidade que importa catalogar e organizar, sendo por isso definido um responsável único, que o documento designa como “encarregado de biblioteca e museu”. Para ocupar esse lugar durante um ano, e porque se procurava contratar alguém com alguma cultura e nível de instrução, é escolhido o padre Francisco Pereira Serra, pároco da freguesia de Santa Maria de Marvão.

Desconhece-se onde estaria instalado o referido museu que aguardava organização e apenas sabemos que se situava em Marvão e que não teria as condições mais adequadas para o efeito, uma vez que num outro documento (acta de câmara) datado de Abril de 1939, por determinação do então presidente da câmara, Manuel Felix, pelo qual “foi verbalmente apresentada a consciencia de criação de um Museu Municipal”, é decidido que seja disponibilizado para instalação do museu o espaço onde se encontrava a Conservatória.³ Este aspecto indica a preocupação de instalar as colecções então recolhidas num espaço público e, certamente mais digno de receber os livros e objectos antigos de grande valor cultural.

Ao longo de 1940 o museu continuou a ser tratado como um dos temas estruturantes do projecto político de Marvão, tendo já um responsável nomeado, mas provavelmente sem ter ainda mudado de local para o previsto espaço da Conservatória. Assim se deprende pela análise da documentação de Maio de 1940, onde é mencionado o novo presidente da câmara, o Major António Monteiro, que novamente reconhece a necessidade de um Museu Municipal e de um responsável com cultura e conhecimentos específicos para ocupar o lugar do padre Francisco Serra, entretanto falecido. O único espaço considerado apropriado para receber o museu foi a Secretaria do Registo Civil, situada no edifício da câmara (actual Casa da Cultura), que de acordo com determinação do presidente da câmara, deveria ser adaptada a

³ Anexo I - CMMRV/B-A/01/122, 29 de Abril de 1939 (acta de), Fólio 150

biblioteca, arquivo municipal e museu municipal, ainda que dividida em secções distintas.⁴ É escolhido o pároco da freguesia de Marvão, à semelhança do que já acontecera anteriormente, para organizar, inventariar e catalogar todos os livros, documentos e objectos, num prazo máximo de 180 dias e mediante remuneração mensal de 240\$00. Terminado esse prazo, este espaço biblioteca-arquivo-museu deveria permanecer aberto diariamente entre as 12 e as 16 horas, podendo este horário ser alargado mediante o interesse dos visitantes.

Desconhece-se até que ponto este projecto de espaço conjunto para biblioteca e museu se chegou a concretizar, mas é possível que tal nunca tenha acontecido, se atendermos ao facto da documentação⁵ referir os obstáculos e dificuldades financeiras sentidas para criar o museu, como factor impeditivo à concretização do projecto.

Datam de 1946 algumas referências ao Museu Municipal de Marvão⁶, de acordo com ofício de um dos proprietários dos terrenos onde se situavam as ruínas de *Ammaia* (o conde de Monsaraz), o qual se disponibiliza para contribuir para o Museu. Em ofício do mesmo ano, dirigido pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes à Câmara Municipal de Marvão⁷, é feita referência clara a um museu local onde se tinham recolhido diversas aras e outros objectos que se encontravam em posse de particulares, provenientes também das ruínas de *Ammaia*. A mesma Direcção Geral, em novo ofício enviado à C.M.M., em 1948, e assinado por Eugénio Jalhay, propõe que sejam cedidos ao Museu de Marvão, cuja inauguração se aguardava para breve, um conjunto de objectos arqueológicos da *Ammaia*. Os mesmos são cedidos ao museu local, apenas porque o seu valor arqueológico é considerado pequeno, pelo que não se justificava a incorporação num Museu de Estado, que à data seria o Museu Etnológico.

⁴ Anexo I - CMMRV/B-A/01/123, Acta de 25 de Maio de 1940, Fólio 89

⁵ Anexo I - CMMRV/B-A/01/127, 1948/08/14, 1954/05/13, 14 de Maio de 1953 (acta de), Fólio 162

⁶ OLIVEIRA, Jorge (2003), p.19

⁷ OLIVEIRA, Jorge (2003), p.21

Independentemente da escala de importância atribuída aos objectos e dos locais propostos para depósito, a Câmara Municipal de Marvão demonstra vontade em manter no concelho parte desse espólio, disponibilizando espaços para a sua exposição.

O facto de serem feitas sucessivas referências a um museu local ou municipal, aponta para o reconhecimento de um espaço com características de museu em Marvão. Em 1953 estava já instalado um museu dentro do recinto do castelo, em duas casas adaptadas para o efeito, e uma biblioteca no edifício da Câmara Municipal de Marvão. O presidente da câmara era então, e desde 1951, Manuel Berenguel Vivas, pelo que deduzimos que a instalação do museu, ainda que provisória, tenha ocorrido durante o seu mandato. Uma vez criados e em funcionamento a biblioteca e o museu, a câmara contrata um funcionário, António Eduardo Realinho Martins, como “vigilante de biblioteca e museu” para prover ao arranjo, limpeza, vigilância e outros serviços necessários. Independentemente da formação deste vigilante, a câmara reconhecia-lhe “boas referências” indispensáveis para assegurar o funcionamento do museu.

Alguns anos mais tarde, em 1958⁸, Afonso do Paço recomenda vivamente à Câmara Municipal de Marvão a instalação de um Museu, pelo que se depreende que o espaço de museu existente à data não reunisse condições dignificantes ou materiais suficientemente representativos da história e arqueologia do concelho, que lhe permitissem tal designação. De facto, a insistência para a criação do Museu, vem na sequência dos muitos materiais recolhidos nas ruínas de *Ammaia* e dos constantes actos de vandalismo aí perpetrados apesar da classificação deste sítio como Monumento Nacional em 1949, estatuto legal que não lhe conferiria uma protecção real. O espaço então referido como possível para este museu é a igreja de Santa

⁸ OLIVEIRA, Jorge (2003), p.40

Maria, tanto pela dimensão interior como pela do largo envolvente, que permitiria a exposição de peças de grande dimensão ao ar livre.

Durante vários anos o Museu Regional de Marvão, assim designado na documentação escrita (actas⁹), continuou instalado no castelo, até que em 1981 a câmara expressa vontade de proceder à sua transferência para a igreja de Santa Maria, a qual, após um período de abandono, é nos anos 70 submetida a nova campanha de obras por parte da Direcção de Monumentos da Zona Sul (Évora). Nessa altura é intervencionada a estrutura da torre sineira, que evidenciava séria ruína e realizam-se outras obras gerais de menor envergadura conducentes a dotar o edifício de condições de utilização pública.

O necessário apoio técnico para a montagem do museu tinha já sido oferecido pelos párocos Dr. Francisco Belo e Fernando Farinha, se bem que por falta de verbas o projecto não tenha avançado. A câmara endereçara mesmo vários pedidos de apoio à Direcção Geral do Património Cultural, sem contudo obter o apoio solicitado, pelo que o presidente da câmara, na altura Manuel Pedro da Paz (com mandato entre 1977 e 1985) determina que o vereador do pelouro procure reunir a verba necessária ao funcionamento do museu.

Os passos conducentes à criação do Museu Municipal de Marvão, com as características e no espaço onde actualmente se encontra, são dados de forma concreta a partir de 1985, por acção directa do então eleito presidente da câmara, sr. António Moura Andrade que, enquanto membro do anterior executivo (vereador), manifestara já vontade em avançar com esse projecto. É assim que, por iniciativa própria e dando seguimento a uma ideia que, na sua opinião, por falta de vontade política do anterior presidente, o sr. Manuel Pedro da Paz, nunca vira concretizada, procura constituir uma equipa de especialistas com conhecimentos de museologia, arqueologia e etnografia. Em 1986, após a tomada de posse, o autarca convida o Prof. Doutor Jorge de

⁹ Actas da Câmara Municipal de Marvão, Anexo I

Oliveira, arqueólogo e investigador natural do concelho, para prestar apoio à criação do Museu.

O projecto do Museu Municipal de Marvão teve como princípio estruturante a preservação da memória e identidade históricas do concelho de Marvão, reflectindo as tradições, costumes e modos de vida dos marvanenses. Abarcar todos estes aspectos implicou conceber um programa museológico alargado, englobando temas como a história, arqueologia, arte e etnografia, por forma a estruturar um discurso museológico em torno das colecções já reunidas e de outros espólios que se encontravam dispersos e que importava reunir num único espaço físico.

Quando é retomado o trabalho de constituição do museu, nesta última etapa determinante dos anos 80, inicia-se um trabalho de identificação de colecções representativas da história e arqueologia de Marvão.

Nessa época e no campo da arqueologia, encontravam-se dispersos alguns espólios arqueológicos provenientes de trabalhos no concelho, em concreto de escavações realizadas em monumentos megalíticos e na cidade romana de *Ammaia*, já parcialmente tratados e estudados, mas em locais de acesso restrito.

Para o tema da etnografia, do qual não havia colecções constituídas, foi solicitada colaboração ao sr. João Francisco Rosado Nunes Vidal, com apoio do então vereador da cultura, sr. José Luís Murta Ruivo. É neste campo que melhor se consegue perceber como este foi um museu nascido de dentro para fora, ou seja, um museu que deve a sua existência ao trabalho conjunto da população e da autarquia enquanto parceiros sociais, criando um espaço de identidade e memória comunitária. A partir dessa altura tem início um amplo trabalho de recolha de objectos etnográficos, conseguidos através de doações e empréstimos e, em certos casos, foram efectuadas réplicas a expensas da autarquia.

A colecção de arte sacra foi, de acordo com o testemunho oral do sr. António M. Andrade, constituída na sua maioria pelas peças da igreja de S. Tiago de Marvão, onde ao longo dos anos se reunira espólio proveniente de vários edifícios religiosos que não se encontravam ao culto ou que se encontravam em espaços sem condições de preservação dos objectos.

No museu do castelo, anteriormente referido, encontrava-se já reunida uma colecção de objectos de uso militar, que seriam posteriormente integrados no novo museu.

O espólio que iria integrar o futuro Museu Municipal de Marvão estava assim definido, em resultado dos diversos conjuntos reunidos, abrangendo as temáticas da arqueologia, etnografia, arte sacra e armaria.

A localização, a arquitectura da povoação e a paisagem envolvente, faziam de Marvão um destino turístico, com um número crescente de visitantes, mas com escassa oferta cultural face a um património tão vasto. O próprio acesso ao castelo era, na altura que antecede a criação do museu, bastante condicionado, dependendo a sua abertura de um guarda residente, funcionário da autarquia. Nesta conjuntura o museu afigurava-se como uma estrutura fundamental no processo de dignificação e projecção para o exterior da vila de Marvão.

Impunha-se encontrar um espaço físico condigno para instalar o Museu Municipal, o que foi objecto de várias discussões por parte da equipa então constituída. A igreja de Santa Maria surge como o espaço mais adequado, atendendo à sua localização, num ponto de ligação entre a povoação e o castelo, pelo facto de não se encontrar ao culto, e porque o espaço era suficientemente amplo para o fim proposto, permitindo a sua modelação conforme as exigências das colecções¹⁰.

A utilização desta igreja fora já anteriormente (anos 70), sugerida pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para

¹⁰ Ver planta geral da Igreja de Santa Maria – Anexo II

instalação de um museu de Arqueologia, embora tal nunca tenha chegado a ser concretizado. O facto de, durante vários anos, mesmo durante o período em que decorreram obras na igreja, terem sido guardadas naquele espaço diversas peças arqueológicas, muitas das quais provenientes das ruínas da cidade romana de *Ammaia*, pesou para que a criação de um museu vocacionado para a arqueologia fosse a opção mais óbvia.

Na preparação das colecções a expor foram sendo acrescentados novos elementos, em concreto peças de armaria, de arte sacra e de etnografia, pelo que a vocação arqueológica inicialmente pensada se alterou, passando a reunir-se um conjunto de espólio mais heterogéneo. Estavam agora reunidas as condições para adaptar a igreja de Santa Maria a museu, transformando-a num espaço de identidade local, cujas colecções ultrapassavam o domínio da arqueologia inicialmente proposto.

Em acta datada de 13 de Maio de 1986¹¹ ficou registado que " já foi contactado o Senhor Doutor Jorge Manuel Oliveira e que este se prontificou a instalá-lo, mediante uma avença remunerada, como conservador de museu. Mais informou que o referido Senhor Doutor tem planos para no mesmo edifício meter arqueologia, arte sacra, etc., e que o período máximo até à sua abertura deve ser de aproximadamente um ano." A partir deste momento estavam criadas as bases para efectivamente nascer um espaço museológico na igreja de Santa Maria de Marvão.

Na preparação do programa museológico e da adaptação do espaço, foram feitos vários estudos e propostas de acordo com realidades museológicas semelhantes à do futuro Museu Municipal de

¹¹ Anexo I - Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão. Início: 11/09/1984. Fim: 22/07/1986. Livro 18

Marvão, tanto em termos de constituição das colecções como de tipo de espaço e dimensão.

As restrições financeiras do município continuaram, no entanto, a ser o grande entrave à criação do museu, pelo que todo o mobiliário necessário à exposição das colecções foi elaborado pelos serviços da autarquia marvanense. Em Abril de 1987 a câmara adquiriu madeiras e outros materiais necessários à execução de vitrines, suportes para peças de grandes dimensões, bases para peças e mobiliário para a área de recepção ao visitante.

A divisão do espaço fez-se de acordo com o discurso museológico definido em programa prévio, que abrangia os já mencionados campos temáticos de arqueologia, arte sacra, etnografia e armaria. A par do espaço de acesso ao público, criaram-se áreas de acesso restrito, como um gabinete de direcção, instalado no coro alto da igreja, uma área reservada aos funcionários, com instalações sanitárias, e uma área de recepção ao visitante na entrada principal da igreja, o que levou a que este acesso fosse eliminado, optando-se por fazer a entrada pela porta lateral.

O espólio com que o museu abre por primeira vez ao público é constituído por: peças de etnografia, doadas ou cedidas temporariamente pela população do concelho; peças de arte sacra cedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Marvão; colecções arqueológicas provenientes de campanhas de escavação no concelho e recolhidas nas ruínas da cidade romana de *Ammaia*; colecção de armaria do anterior núcleo do castelo. A sequência expositiva segue uma organização que tem início na colecção de arqueologia, passando pela de armaria, arte sacra e etnografia. Em traços gerais esta lógica de discurso expositivo tem sido mantida até hoje, com algumas adaptações pontuais em resultado da movimentação de colecções.

Em Novembro de 1987 é finalmente inaugurado o Museu Municipal de Marvão¹² que, à semelhança de tantos outros museus nascidos nessa época, é da iniciativa do poder autárquico, tutelado directamente pela Câmara Municipal. Foi um museu nascido de dinâmicas locais, um projecto em que a autarquia e a população se interligaram como parceiros sociais, criando um espaço de identidade e memória comunitária.

A inauguração¹³ ocorreu às 16.00h do dia 7 de Novembro de 1987, integrada no programa da Feira da Castanha e Festa do Castanheiro. O discurso inaugural, que a seguir se transcreve, proferido pelo primeiro director do museu e simultaneamente presidente da câmara, António Moura Andrade, foi recuperado a partir dos apontamentos que o próprio redigiu para o acto e que reproduziu verbalmente 23 anos depois¹⁴:

“ Exm.º Sr. Governador Civil, Exm.º Sr. Bispo de Portalegre e Castelo Branco, Exm.º Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Exm.ªs Autoridades espanholas e portuguesas, Exm.ºs amigos autarcas, minhas Sr.ªs e meus Srs,

Em primeiro lugar apresentamos as nossas desculpas a todas as Vossas Exas., pela forma simples como fomos obrigados a proceder à inauguração do museu, mas em virtude de estar a decorrer nesta vila a Feira da Castanha, festa do castanheiro, cujo êxito se tem vindo a verificar de ano para ano, foram ocupados para o efeito todos os espaços livres existentes, não sendo possível, como seria nosso desejo, arranjar sala para a sessão solene que se impunha neste acto. Cumpre-me agradecer a todos a honra que me deram com a vossa presença, correspondendo assim ao convite que lhes foi dirigido para assistirem a este acto.

¹² Anexo II – Localização do Museu Municipal de Marvão na malha urbana

¹³ Anexo IV – Fotos 1, 2 e 3

¹⁴ Anexo V - Entrevista oral concedida pelo Sr. António Moura Andrade em 15 de Maio de 2010, no Museu Municipal de Marvão.

Com a inauguração que acaba de se efectuar fica o concelho de Marvão muito mais rico, pois a partir de agora já não podemos afirmar que já não temos nada para oferecer aos inúmeros turistas nacionais e estrangeiros que diariamente nos visitam senão aquilo que a natureza foi pródiga em nos dar: bons ares e óptimas paisagens. A partir desta data será portanto possível a todas as pessoas que se deslocarem à sempre leal e nobre vila de Marvão apreciar as maravilhosas peças que se encontram expostas neste museu. É um dia particularmente feliz da nossa vida porque apesar de todas as dificuldades surgidas, com especial relevância para as financeiras, que o município que presido normalmente atravessa, foi possível atingir o objectivo pretendido, cujo sonho há longos anos pretendíamos ver realizado e que finalmente se concretizou. Com esta obra foram conseguidos simultaneamente dois objectivos que consideramos extremamente importantes: o aproveitamento deste maravilhoso espaço dedicado à cultura e a criação do Museu Municipal de Marvão cuja falta se fazia sentir nesta terra de grandes tradições históricas. Quero aproveitar esta oportunidade para informar os senhores professores de todas as escolas e que aqui se encontram representados em número bastante considerável, que este espaço cultural está inteiramente ao vosso dispor para todas as visitas de estudo que pretendam organizar com os vossos alunos porque somos de opinião que todos devem ter conhecimento da riqueza que existe no nosso concelho, muito especialmente a juventude.

Finalmente uma palavra de profundo agradecimento para todas as pessoas que de qualquer modo contribuíram para a organização deste museu, porque sem a boa vontade de todos, sem qualquer excepção, não teria sido possível esta obra. Não posso, no entanto, deixar de mencionar o nome de três pessoas que empregaram todo o seu esforço, toda a sua dedicação, todo o seu saber, todo o seu dinamismo para que esta inauguração fosse hoje uma feliz realidade. Trata-se dos

Srs. Doutor Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João Francisco Rosado Nunes Vidal e José Luís Murta Ruivo, vereador da cultura.

Obrigado.”

A partir dessa data o Museu Municipal de Marvão passa a servir como espaço de recepção para as mais diversas entidades políticas, constituindo um ponto de passagem obrigatório na visita ao passado do concelho.¹⁵ Conservam-se diversas fotografias que testemunham a variedade e quantidade de acontecimentos e actividades que decorrem no espaço do museu.

Relativamente ao quadro de pessoal do museu, criado em 1987, compunha-se de um Director, também presidente da Câmara Municipal de Marvão, o Sr. António Moura Andrade, o conservador e responsável técnico, o Professor Doutor Jorge Oliveira e duas jovens enquadradas pelo programa OTJ (Ocupação de Tempos Jovens), que asseguravam a abertura do museu ao público. A um desses elementos, a Sr.^a Maria Manuela Mendonça Andrade, cabia a função de recepção e acompanhamento dos visitantes e a guardaria do museu. Atendendo a que desempenhava um papel fundamental ao assegurar o funcionamento do museu, e que dominava fluentemente as línguas espanhola, francesa e inglesa, fazendo o necessário enquadramento histórico a visitantes nacionais e estrangeiros, é apresentada e aceite uma proposta em reunião de câmara, para que lhe seja feito um contrato a termo, com início em 1 de Abril de 1988. Em Abril desse mesmo ano foi elaborado e colocado à consideração de Assembleia Municipal o Regulamento do Museu Municipal de Marvão e estabeleceu-se o preço das entradas, no valor de 100\$00, que figurava nos bilhetes que nessa altura se mandaram imprimir. Um folheto sobre o museu e as colecções¹⁶, distribuído por primeira vez no dia da inauguração, disponibilizava informações técnicas e enquadrava o visitante quanto à realidade histórica de Marvão, funcionando como complemento às

¹⁵ Anexo IV – Foto 4 e 5

¹⁶ Folheto reproduzido no anexo VI

explicações orais dos funcionários. Foi desta forma, com um quadro de pessoal relativamente restrito, que o Museu Municipal de Marvão iniciou a actividade de valorização, exposição e divulgação das suas colecções.

Em 1999, já no final do mandato em que se inaugura o museu, e para que a existência desta instituição cultural fosse salvaguardada das vicissitudes resultantes da mudança das forças políticas dentro da autarquia, o então presidente da câmara abdica do seu cargo enquanto Director do Museu Municipal, transferindo-o para o conservador, elemento que estivera desde o primeiro momento associado à criação do museu e que não mantinha ligações político partidárias que pudessem comprometer a continuidade do projecto do museu. A nomeação do director resultou de uma proposta da Câmara Municipal de Marvão, submetida a votação em Assembleia Municipal, no âmbito da qual foi aprovada por unanimidade, pelo reconhecimento do trabalho realizado pelo conservador, o Prof. Doutor Jorge de Oliveira, enquanto investigador e impulsionador do Museu Municipal de Marvão.

A constituição das colecções nem sempre foi um tema pacífico e a localização das mesmas sofreu ao longo dos tempos algumas mudanças de espaço e de apresentação, de acordo com diversas condicionantes técnicas e políticas. A história das colecções decorre por isso, e com alguma frequência, desligada da história da instituição museu onde acabam por ser depositadas.

Algumas das colecções inicialmente existentes no Museu Municipal de Marvão (em 1987) foram sendo integradas noutros núcleos museológicos que surgiram cerca de uma década depois da sua inauguração. Em finais dos anos 90 o núcleo de epigrafia romana do Museu Municipal de Marvão foi deslocado para a Fundação Cidade de *Ammaia*, quando em 2000 é inaugurado o museu da cidade romana. Também nesse ano foram transferidas peças de armaria para o Núcleo Museológico Militar, que foi instalado no castelo de Marvão. Este núcleo integra peças do Museu Municipal, do Museu Militar e da Liga de

Combatentes e, em resultado das más condições de conservação que o edifício onde estava instalado apresentava, regressou em 2010 ao Museu Municipal de Marvão. À excepção do espólio entretanto deslocado para o museu da cidade romana de *Ammaia*, o Museu Municipal de Marvão mantém presentemente o espólio com que inaugurou, sendo significativo o conjunto de peças de arte sacra, sobretudo escultura, que se encontra em crescimento, fruto de uma política activa de incorporação de novas peças.

O espólio reunido para integrar a exposição permanente do Museu Municipal de Marvão teve origens diversas, de acordo com o campo temático e características dos objectos, resultando tanto de colecções pré existentes como de colecções propositadamente constituídas para o museu.

O projecto museológico para o museu Municipal de Marvão foi delineado para as áreas temáticas da arqueologia e arte sacra, nas quais se enquadravam a maioria dos objectos musealizáveis, provenientes tanto de trabalhos arqueológicos como de depósitos de igrejas. A colecção de armaria foi também incluída em virtude da vocação defensiva e militar da fortaleza de Marvão. A vertente etnográfica foi acrescentada posteriormente, por determinação política, reforçando a participação e apego comunitário da população aos objectos que contam a sua história.

Uma parte significativa do espólio arqueológico, constituído pela colecção epigráfica proveniente da cidade romana de *Ammaia* estava reunida na câmara velha de Marvão, para onde foi levada a partir do castelo de Marvão, em resultado de obras aí realizadas nos anos 40 do século XX. Esse espólio era resultante de várias recolhas no terreno, por certo com conhecimento do maior proprietário dos terrenos onde se situavam as ruínas, o conde de Monsaraz, que em ofício datado de 1946¹⁷ respondendo ao pedido da Câmara Municipal de Marvão,

¹⁷ OLIVEIRA, Jorge (2003), p.19

autoriza que sejam levadas dos seus terrenos as peças com interesse arqueológico, contribuindo assim para o aumento do espólio do Museu Municipal de Marvão, nome pelo qual designa o espaço expositivo do castelo de Marvão. Sabemos¹⁸, no entanto, que a boa vontade demonstrada pelo conde em colaborar com a autarquia encontrou por diversas vezes entraves na resistência da condessa em permitir sequer a entrada nas suas propriedades. Outra parte da colecção arqueológica, composta por materiais cerâmicos e líticos, resultou de trabalhos arqueológicos planeados, em antas, necrópoles e povoados do concelho, em concreto: Anta da Bola da Cera, Anta das Castelhanas, Anta da Cabeçuda, Anta da Figueira Branca, Anta dos Pombais, Anta da Tapada do Castelo, Anta da Laje dos Frades, Necrópole romana dos Pombais, Povoado da IIª idade do Ferro dos Vidais, Povoado das Lapas dos Vidais (neolítico/calcolítico).

A maioria destes materiais encontrava-se, em 1987, reunida em Santo António das Areias onde, desde o início dos anos 70 e por iniciativa privada, foi criado um pequeno espaço com características de museu, que abria a pedido dos interessados. Nele se reuniam variadíssimos fragmentos de peças arqueológicas, a grande maioria recolhidos à superfície nas ruínas romanas de *Ammaia*, por vezes à revelia do rendeiro que, por indicação da proprietária, a condessa de Monsaraz, conforme já referido, se recusava a permitir a recolha de quaisquer materiais. Este espaço depressa se tornou insuficiente para expor as colecções que, por acção de trabalhos de recolha de um grupo de jovens da povoação, eram continuamente acrescentadas. Tendo em conta esta necessidade, a Comissão de Moradores de Santo António das Areias, criada no pós 25 de Abril, acaba por ceder um espaço para museu no edifício da Telescola da povoação. Este museu estaria aberto à comunidade, funcionando com o apoio de colaboradores não remunerados, em concreto do GDIC (Grupo de Dinamização e

¹⁸ OLIVEIRA, Jorge (2003)

Intervenção Cultural), que se forma em meados da década de setenta, constituído por jovens da terra e vocacionado para a inventariação e salvaguarda do património arqueológico. Começa como uma Secção Arqueológica do Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Portalegre, que progressivamente vai ganhando autonomia. É sob a sua responsabilidade que é editado o primeiro folheto alusivo ao denominado “Museu Arqueológico de Santo António das Areias”, que incluía uma carta arqueológica do concelho, de acordo com o estado dos conhecimentos na época¹⁹. A par desta publicação, faziam-se alguns registos e estudos sumários dos materiais recolhidos²⁰, a par do esforço de divulgação das colecções, que se materializa de forma marcada em 1974, com a primeira exposição arqueológica realizada em Marvão²¹, durante a festa anual em honra de N.ª Sr.ª da Estrela. Este grupo dedica-se também a realizar escavações arqueológicas, pelo que o espólio cresce rapidamente para o espaço disponível na Telescola, tornando-se imperativo um novo espaço de exposição.

Uma das famílias mais influentes da localidade, a família Sequeira, chega a ceder uma casa com três salas no largo da igreja de Santo António das Areias, para que o museu se possa expandir. Contudo, o espaço que se vem a afigurar mais adequado para a instalação do museu é o antigo edifício da Escola Primária, actual Junta de Freguesia, que é reformulado para o efeito. Após conclusão das obras, e contrariando o projecto inicial, apenas uma sala é destinada a museu, sendo as restantes instalações destinadas aos serviços da Junta de Freguesia de Santo António das Areias. Esta situação criou alguns constrangimentos de espaço para um museu em crescimento e originou o progressivo desinteresse dos elementos do GDIC, que com o tempo acaba por se dissolver.

¹⁹ No anexo VII reproduz-se o folheto do Museu Arqueológico de Santo António das Areias

²⁰ No anexo VIII reproduz-se o estudo de uma epígrafe recolhida pelo Museu Arqueológico de Santo António das Areias

²¹ Reproduz-se no anexo IX o folheto informativo da I exposição arqueológica realizada em Marvão em 1974

Com o novo projecto de museu em Marvão, nos anos oitenta, o espólio museológico aí reunido é levado para o Museu Municipal de Marvão onde permanece actualmente. Parte desses materiais tinham já sido incluídos numa exposição realizada em Marvão em 1984, por ocasião da Festa do Castanheiro, da qual se elaborou um folheto alusivo²². Contudo, as peças de maior envergadura não foram conduzidas para o museu, mas redistribuídas por vários espaços em Santo António das Areias. Esses materiais eram uma coluna proveniente da cidade romana de *Ammaia*, um peso de lagar proveniente do local da Abegoa, em Marvão e uma tina de fazer sabão, em granito, que serve presentemente de floreira. Um capitel romano das Amoreiras e outro proveniente da *Ammaia*, encontram-se hoje no museu da cidade romana.

Relativamente ao conjunto de cabeceiras de sepultura medievais, encontrava-se inicialmente exposto no adro da igreja de Santa Maria, tendo sido colocado no seu interior nos anos 60 do séc. XX. Outra parte estava no cemitério existente na cerca do convento de N.^a Sr.^a da Estrela, onde os enterramentos terminaram na década de 50. Nessa altura em que o cemitério é extinto, as cabeceiras de sepultura que ali existiam, provavelmente associadas à antiga igreja do convento são levadas para o museu do castelo. Posteriormente são também depositadas na igreja de Santa Maria onde hoje se encontram.

A colecção de arte sacra é constituída a partir de duas peças existentes na igreja de Santa Maria: a escultura de N.^a Sr.^a da Conceição e a de S. Bartolomeu decapitado, esta última recuperada durante obras de beneficiação no imóvel. Do convento de N.^a Sr.^a da Estrela e da igreja de S. Tiago, ambas em Marvão, é proveniente o restante espólio. No convento existia um subterrâneo que serviu durante longos anos como depósito de materiais fora de uso, que incluía uma colecção de peças de arte sacra. Com autorização da Santa

²² Anexo X – Folheto da exposição arqueológica realizada em 1984, em Marvão

Casa da Misericórdia de Marvão, essas peças são levadas a título de empréstimo para o museu. Situação idêntica se verificou na igreja de S. Tiago, onde de um subterrâneo que servia de armazém de objectos danificados ou fora de uso, se recuperaram paramentos, candelabros e esculturas. Da sacristia desta igreja foram ainda levadas duas peças de arte sacra, em concreto um Cristo de grandes dimensões e uma representação do Padre Eterno.

O fundo etnográfico resultou da reunião de um conjunto heterogéneo de objectos e de algumas recolhas de tradições orais que complementaram a exposição. Os trajes foram maioritariamente doados, tendo a câmara promovido a realização de algumas réplicas de peças em mau estado de conservação. O rancho folclórico, que desde há vários anos fazia por iniciativa própria algumas recolhas, contribuiu também para o enriquecimento do conjunto, emprestando algumas peças. Para representar o trabalho realizado nos fornos de produção de cal da Escusa foram recolhidos alguns objectos de trabalho do local e desenhos ilustrativos da actividade. Fruto de recolhas de terreno e tradição oral, constituiu-se um pequeno núcleo dedicado às ervas medicinais. O encerramento de várias escolas primárias proporcionou alguns objectos representativos do ensino e educação, com os quais se constituiu outro pequeno núcleo.

Para além dos objectos especificamente enquadráveis no campo da arqueologia, arte sacra e etnografia, criou-se um núcleo de armaria, composto pelas armas da última guarnição do castelo de Marvão (1866), pesos do reinado de D. Manuel que se encontravam guardados no edifício da C.M.M. e algumas reproduções de plantas do séc. XVIII /XIX. Duas peças de artilharia naval do séc. XVIII, da armada portuguesa, integram ainda a colecção. Durante vários anos montadas num baluarte do castelo de Marvão, estão presentemente no Museu Municipal. De acordo com informação oral do director do museu, são provenientes do Museu Militar de Lisboa, dadas em troca de duas outras peças que foram levadas para o castelo de S. Jorge.

Presentemente o Museu Municipal de Marvão conta entre as suas colecções com um conjunto significativo de peças de arte sacra, sobretudo escultura, a qual tem vindo a aumentar, fruto de aquisições provenientes da colecção de Rui Sequeira, ao qual foram compradas 60 imagens de Nossa Senhora. Mantém ainda o espólio arqueológico resultante de trabalhos de escavação no concelho e o espólio etnográfico com que inaugurou em 1987. Já em 2010, recebeu de volta a colecção de armaria, em resultado da dissolução do Núcleo Museológico Militar do castelo, por falta de condições ambientais que assegurassem a correcta preservação dos materiais.

O espólio do Museu Municipal de Marvão abrange assim áreas temáticas distintas como a arqueologia, arte sacra, etnografia e armaria, sendo a quase totalidade dos objectos provenientes do concelho de Marvão.

Em suma, do que foi possível recuperar da história recente do Museu Municipal de Marvão, ainda que num primeiro momento como entidade mista que reparte o espaço entre livros e objectos antigos, sabemos que já existiria, ainda que de forma embrionária, antes de 1939. Os responsáveis pela sua organização e conservação foram, numa fase inicial os párocos da freguesia de Marvão, ainda que não se conheça com rigor como foram reunidas as colecções então já existentes. Em 1953 encontra-se já em funcionamento um pequeno museu, mas é apenas em 1987, após a adaptação da igreja de Santa Maria, que se concretiza o projecto do Museu Municipal de Marvão.

A inauguração do Museu Municipal de Marvão tal como existe actualmente significou, para além do concretizar de um projecto político, a identificação de uma população com o seu passado através do património histórico que a caracteriza e se materializa de forma intemporal através dos objectos.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Marvão e Comissão de Candidatura de Marvão a Património Mundial. Marvão, obra única do homem e da natureza, 1999.

COELHO, Possidónio M. Laranjo (2001) - Terras de Odiana. Subsídios para a sua história documentada. Medobriga - Aramenha - Marvão [fac-simile da edição de 1924]. *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 11. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri.

KEIL, Luís (1943) - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, p.93.

LEAL, Pinho (1875) - *Portugal Antigo e Moderno*. V. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

MACHADO, J. L.; GORJÃO, Sérgio (1993) - O actual concelho de Marvão e suas freguesias rurais nas Memórias Paroquiais de 1758. *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 3. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) - Arrolamento dos bens das igrejas do concelho de Marvão em 1911. *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 7. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri, p.137-162.

OLIVEIRA, Jorge de (2003) - A cidade romana de Ammaia. Documentos para a sua história recente. *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 12. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri, p. 11-48.

PATRÃO, José D. Heitor (1999-2000) - Visitações à igreja de Santa Maria de Marvão, *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 9-10. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri, p.13-25.

RODRIGUES, Paulo Simões (2002) - O fresco de Santa Maria de Marvão: Santa Madalena, São Bartolomeu e Santa Margarida. *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*. 12. Marvão: Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri, p. 237-261.

FONTES MANUSCRITAS

Actas de reunião da Câmara Municipal de Marvão (Arquivo Histórico Municipal de Marvão):

CMMRV/B-A/01/122.

11 de Março de 1939 (acta de). Fólios 118v,119, 119v

CMMRV/B-A/01/122

29 de Abril de 1939 (acta de). Fólio 150

CMMRV/B-A/01/123

1939/08/19

1941/04/19

Acta de 25 de Maio de 1940. Fólio 86

Acta de 1 de Junho de 1940. Fólio 89

CMMRV/B-A/01/127

1948/08/14

1954/05/13

14 de Maio de 1953 (acta de). Fólio 162

CMMRV/B-A/01/137

1978/03/28

1982/01/19

Acta de 24 de Março de 1981. Fólio 162v

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Início: 11/09/1984

Fim: 22/07/1986

Livro 18

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Livro 19

Acta de 28 de Abril de 1987

Acta de 27 de Outubro de 1987

Acta de 22 de Março de 1988

Processos em arquivo na Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais sobre a igreja de Santa Maria de Marvão:

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0021

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0022

Arquivo fotográfico da DGEMN – Foto 166875 – Código 056/15213

OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Documentação interna do Museu Municipal de Marvão (não editada):
Normas de funcionamento do Museu Municipal de Marvão, Câmara
Municipal de Marvão, 2007.

ANEXO I - Actas da Câmara Municipal de Marvão

Transcrição de excertos das actas de reunião da Câmara Municipal de Marvão

(em depósito no Arquivo Histórico Municipal de Marvão)

Referências:

CMMRV/B-A/01/122

11 de Março de 1939 (acta de). Fólios 118v,119, 119v

CMMRV/B-A/01/122

29 de Abril de 1939 (acta de). Fólio 150

CMMRV/B-A/01/123

1939/08/19

1941/04/19

Acta de 25 de Maio de 1940. Fólio 86

Acta de 1 de Junho de 1940. Fólio 89

CMMRV/B-A/01/127

1948/08/14

1954/05/13

14 de Maio de 1953 (acta de). Fólio 162

CMMRV/B-A/01/137

1978/03/28

1982/01/19

Acta de 24 de Março de 1981. Fólio 162v

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Início: 11/09/1984

Fim: 22/07/1986

Livro 18

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Livro 19

Acta de 28 de Abril de 1987

Acta de 27 de Outubro de 1987

Acta de 22 de Março de 198

Referência:

CMMRV/B-A/01/122

11 de Março de 1939 (acta de)

Fólios 118v,119, 119v

“Bibliotecario contratado

Pelo senhor Presidente foi apresentado o seguinte propósito:

Tornando-se necessario contractar para o serviço de Biblioteca desta camara uma pessoa que trate mesmo com carinho e zêlo, atendendo a que o logár se encontra vágo pelo falecimento do antigo encarregado, o pº Martins Serra, falecido há cerca de quinze dias; - Atendendo a que esta camara não assume encargo que não esteja previsto no orçamento, porquanto há verba para se poder pagar á pessoa encarregada de tal serviço, o qual é de natureza especial, e não faz parte dos serviços de Secretaria; - Atendendo a que a Vila de Marvão é uma Vila de antigas e nobres tradições, e não faz sentido que a mesma não tenha uma boa Biblioteca e um museu, os quais já existem mas precisam de ser reorganizados por uma pesoa competente; - Atendendo a que se aproxima da comemoração dos centenários da fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência da nossa querida Patria, e é preciso catalogar convenientemente e pôr em devida ordem os livros da Biblioteca e os objectos do Museu; - Atendendo a que se trata de uma necessidade embora transitória; - Atendendo a que há necessidade de prover o logár; - Atendendo ainda a que a remuneração a dár aos funcionarios é pequena, proponho: - 1.º Que seja provido desde já por contrato de um ano, necessariamente renovado enquanto conviér a esta camara e ao respectivo funcionario, o lugar de encarregado de biblioteca e museu; - 2.º Que para o mesmo lugar seja contratado o senhor P.e Francisco Pereira Serra, solteiro, maior, eclesiástico, nomeádo pároco da freguezia de Santa maria de Marvão, nesta Vila. - 3º. Que ao mesmo funcionario seja dado por tais serviços a remuneração de 240\$00 mensais. Marvão e Sala dos serões da Câmara Municipal onze de Maio de mil novecentos e trinta e nove. O Presidente da Câmara

Manuel Felix”

NOTA: Em Maio de 1939 é escolhido o Major António Monteiro para presidente da Câmara.

Referência:

CMMRV/B-A/01/122

29 de Abril de 1939 (acta de)

Fólio 150

“Museu Municipal

Pelo Senhor Presidente foi verbalmente apresentada a consciencia de criação de um Museu Municipal e, para tal fizera de parecer que a Conservatória do Registo Civil fosse transferida para a casa onde funcionou em tempos a escola feminina e que se adaptasse para o Museu a dependência onde se encontra actualmente a Conservatoria. A Camara concordou com o exposto pelo senhor Presidente.”

Referência:

CMMRV/B-A/01/123

1939/08/19

1941/04/19

Acta de 25 de Maio de 1940

Fólio 86

Acta de 1 de Junho de 1940

Fólio 89

“a Rafael Alberto...., pela limpeza e guarda da Biblioteca, duzentos e sessenta escudos;”

“Biblioteca e Museu

Pelo senhor Presidente foi apresentado a seguinte propósta: - Nos termos do n.º 4 de art.º 48º do Código Administrativo, é permitido às camaras deliberar sobre a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais; Considerando que já de há muito foi reconhecida a necessidade da sua existência, e que no orçamento existe a verba precisa para remunerar o respectivo encarregado, cujas funções estiveram a cargo do falecido Martins Serra; Considerando que, por se tractar de um serviço especial, tem de ser escolhida pessoa com ilustração e conhecimentos especiais para tal; Considerando que, para sua instalação é indispensável dispôr de sala apropriada, e que para este fim só a dependência ocupada pela

Repartição de Registo Civil, reúne as condições precisas, sendo pois necessário ceder outra dependência para a Secretaria do Registo Civil, proponho: 1.º - Que, de comum acordo com o Conservador do Registo Civil, se faça a transferência da Secretaria do Registo Civil para outra dependência do edifício da Camara; - 2.º - Que a sala onde funciona presentemente a Secretaria do Registo Civil, seja adaptada a biblioteca, arquivo municipal e Museu Municipal, em secções distintas; 3.º - Que seja escolhido para encarregado destes serviços o actual pároco da freguesia de Marvão, mediante a gratificação mensal de 240\$00, com a obrigação de organizar e manter em ordem os respectivos serviços, inventariando e catalogando todos os livros, registos, objectos, etc, pertencentes às três secções, no prazo de 180 dias, findos os quais fará entrega na camara do respectivo duplicado e relatório; 4º - Decorridos os 180 dias de contracto o n.º 3 desta proposta, deverá a biblioteca, arquivo e museu, estar aberta normalmente das 12 às 16 horas, e extraordinariamente quando a vila seja visitada por estranhos, durante a sua demora em Marvão. Marvão um de Maio de mil novecentos e quarenta. O Presidente da Câmara Municipal – (a) António Monteiro. Em tempo: - A minha proposta liga-se com a apresentada pelo vogal Sr. Jerónimo de Oliveira, em 6 de Maio de 1939, na sessão de Camara, da mesma data, de cujos considerandos discórdo, pois, mais pareceu, ter em conta a assistencia religiosa da sede de concelho, do que, propriamente a assistencia da biblioteca, museu e arquivo municipais, que é de facto o que mais dia interessar à camara o sr. Monteiro. A Camara aprovou por unanimidade esta proposta.”

NOTA: Era presidente da Câmara o sr. António Monteiro

Referência:

CMMRV/B-A/01/127

1948/08/14

1954/05/13

14 de Maio de 1953 (acta de)

Fólio 162

“Vigilante de Biblioteca e Museu – Desde há anos que a Câmara Municipal vem empregando os seus melhores esforços e vontade para conseguir uma sua velha aspiração: a criação de uma Biblioteca e de um Museu Regional. Dificuldades de toda a ordem, designadamente na parte financeira tem obstado a que esta ideia tenha sido posta em execução. Felizmente, hoje, já se não pode dizer o mesmo visto ter-se conseguido um museu, embora muito modesto com a adaptação de duas casas no castelo e ter-se podido instalar numa das dependências do edifício da Câmara uma biblioteca que embora também modesta conta já algumas centenas de livros. Uma vez creado e a funcionar tanto a biblioteca como o museu, houve necessidade de nomear pessoa que cuidasse do seu arranjo, limpeza, vigilância etc. Para este efeito entendeu a Câmara nomear nos termos do artigo seiscentos e cinquenta e nove do Código Administrativo, o Senhor António Eduardo Rialinho Martins, casado, maior, cuidado nesta vila, pelo que a Câmara descreve as melhores referências e que reúne as condições indispensáveis para o efeito. Este senhor receberá de vencimento mensal a importância de quinhentos escudos acrescido do respectivo suplemento de noventa escudos.

Esta deliberação deverá ser submetida ao Conselho Municipal na sua próxima reunião.”

NOTA: Entre 1951 e 1954 era presidente da câmara o sr. Manuel Berenguel Vivas. O vereador do pelouro da Cultura, Saneamento, Assistência e Melhoramentos dentro da vila era o sr. Carlos Maria Chagas.

Referência:

CMMRV/B-A/01/137

1978/03/28

1982/01/19

Acta de 24 de Março de 1981, fólio 162v

“Museu Regional de Marvão: Propôs o Senhor Presidente que se devia diligenciar para organizar e pôr em funcionamento o Museu, aguardando instalação na Antiga Igreja de Santa Maria, adaptada para

o efeito pela Direcção de Monumentos da Zona Sul de (Évora), mas que por dificuldades financeiras e técnicas estão agora supridas pelo apoio que os Párocos, Doutor Francisco Belo e Fernando Farinha, se propuseram prestar-nos desinteressadamente, mas que ainda não nos foi possível por em prática por dificuldades financeiras que aliás vamos tentar ultrapassar, a fim de vermos concretizado uma velha aspiração de marvanenses, instalando-o e pondo-o à disposição do público, em conformidade com os nossos modestos recursos, já que a Direcção-Geral do Património Cultural não se sensibilizou com os apelos que oportunamente lhe fizemos. Que a Câmara procure através do Senhor Vereador do Pelouro, e com o nosso incondicional apoio, estimar em conseguir o montante indispensável para suportar as verbas julgadas convenientes ao seu normal e regular funcionamento”

NOTA: Entre 1977 e 1985 era presidente da Câmara o sr. Manuel Pedro da Paz. Era vereador do pelouro do Ensino, Cultura, Arqueologia e Turismo a sr.ª Maria da Conceição Machado Andrade Diniz Carita.

Referência:

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Início: 11/09/1984

Fim: 22/07/1986

Livro 18

Acta de 13 de Maio de 1986

“- Museu de Marvão – Informou que já foi contactado o Senhor Doutor Jorge Manuel Oliveira e que este se prontificou a instalá-lo, mediante uma avença remunerada, como conservador de museu.-----

----- Mais informou que o referido Senhor Doutor tem planos para no mesmo edifício meter arqueologia, arte sacra, etc, e que o período máximo até à sua abertura deve ser de aproximadamente um ano.”-----

Referência:

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Livro 19

Acta de 28 de Abril de 1987

“- Aquisição de madeira de castanho para casas degradadas, turismo, materias primas e subsidiárias (museu de Marvão) e Parque de Máquinas.

-Conforme proposta anexa a este livro de actas.-----

-A Câmara Municipal, concordou por unanimidade, com a proposta do Senhor Presidente, em virtude de ser urgente a aplicação do material em causa. Mais deliberou por unanimidade, que a mesma fosse apresentada à Assembleia Municipal.”

Acta de 27 de Outubro de 1987

“ – Inauguração do Museu Municipal – No Próximo dia sete de Novembro às desasseis horas e integrado no programa da Feira da Castanha e Festa do Castanheiro, está marcada a inauguração do tão desejado Museu municipal, como é costume em todos os Municípios, devem ser convidadas, várias entidades e oferecer um pequeno beberete a fim de se comemorar a inauguração.

--A Câmara Municipal, deu plenos poderes ao Senhor Presidente para fazer os convites e tratar do beberete, devendo as despesas sair de despesas de representação.”

Acta de 22 de Março de 1988

“ – Museu Municipal – O Senhor Vereador Lourenço, informou a Câmara Municipal, que o Museu se encontra aberto, estando a tomar conta do mesmo duas jovens do OTJ

- Mais informou o Senho Vereador, que o museu tem sido e continua a ser cada vez mais visitado por turistas Nacionais e Estrangeiros, pelo que urge, para o bom nome do concelho e para a sua promoção

turística, arranjar alguém com capacidade de intérprete e guia aos visitantes que o procuram.

- Nestas condições, encontra-se em regime de voluntariado, sem lhe ser atribuída qualquer remuneração ou gratificação a Senhora Maria Manuela Mendonça Andrade, que já há mais de três meses vem efectuando esta tarefa.

A referida Senhora, tem como habilitações literárias o décimo segundo ano, mais seis anos da Aliance Francaise, dominando fluentemente o Francês, Inglês e Espanhol.

- Porque reside em Marvão e lhe parecer ser justo e humano e a pessoa em causa mostrar aptidão para o cargo, propôs o Senhor Vereador, que fosse efectuado um contrato de trabalho a prazo, nos termos do Artigo quadragésimo quarto, do Decreto-Lei número duzentos quarenta e sete de dezassete de Junho (contrato de pessoal fora do quadro) pelo prazo de seis meses, como auxiliar técnica de museografia, com início em um de Abril, remunerada pela letra S e de acordo com a minuta do contrato anexa.

- Sobre este assunto, o Senhor Presidente informou que não se manifestava em virtude da pessoa em causa ser da sua família e por tal facto, não queria, nem podia tomar qualquer decisão

- A Câmara Municipal, depois de ponderar suficientemente no assunto, deliberou por unanimidade para o referido contrato, nos moldes da minuta apresentada, a qual foi rubricada por todos os intervenientes e se dá aqui como transcrita, ficando a mesma anexa a este livro de actas.

- Mais deliberou por unanimidade, dar plenos poderes ao Senhor Vereador Lourenço, como substituto do Senhor Presidente, para outorgar o referido contrato. "

Acta de 26 de Abril de 1988

" – Regulamento do Museu Municipal, propondo que seja apreciado para aprovação o regulamento em anexo, mais propondo que seja

fixada a entrada no referido Museu em cem escudos, logo que os bilhetes estejam feitos e a aprovação da Assembleia Municipal.

- A Câmara Municipal aprovou por unanimidade as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente, devendo a mesma baixar à aprovação da Assembleia Municipal.

- Tendo as propostas em referência, depois de rubricadas por todos os Membros presentes, se dão como transcritas na íntegra, ficando as mesmas arquivadas na pasta de documentos anexa a este livro de actas."

ANEXO II

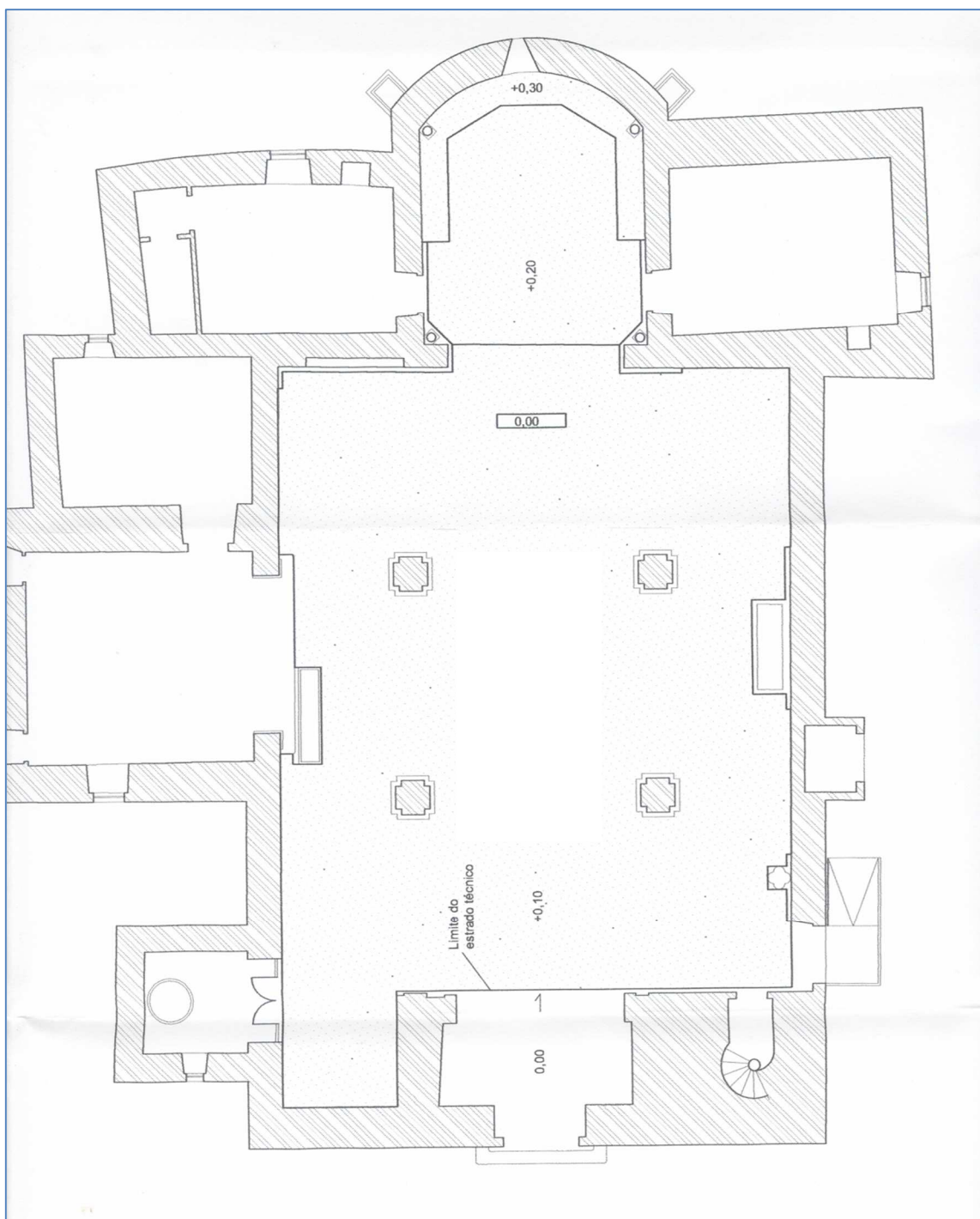


Figura 1. Planta da Igreja de Santa Maria (Museu Municipal de Marvão)



Figura 2. Localização do Museu Municipal de Marvão na malha urbana da vila. Imagem cedida pelo Museu Municipal de Marvão



Figura 3. Museu Municipal de Marvão (na atualidade)



Figura 4. Aspecto da inauguração do Museu Municipal de Marvão (1987)



Figura 5. Vista geral do Museu Municipal de Marvão no dia em que foi inaugurado (7 de Novembro de 1987)



Figura 6. Visita oficial do Dr. Aníbal Cavaco Silva ao Museu Municipal de Marvão



Figura 7. Visita oficial do Dr. Mário Soares ao Museu Municipal de Marvão



Figura 8.Primeiro folheto do Museu Municipal de Marvão

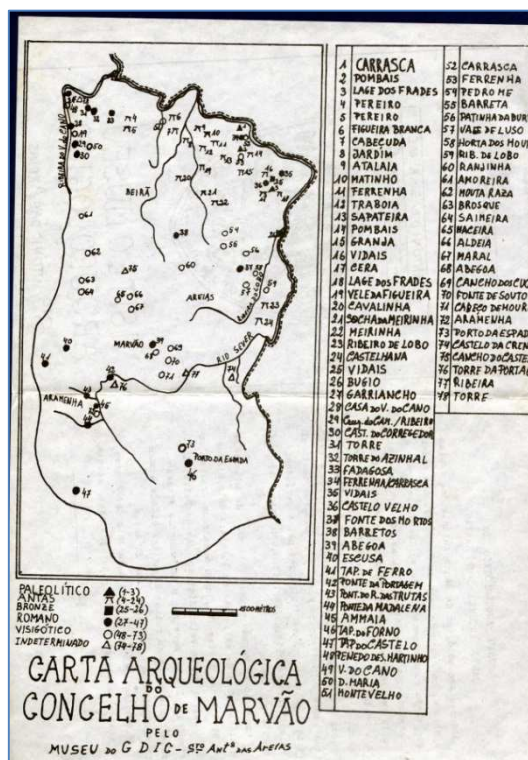


Figura 9. Folheto do Museu
Areias

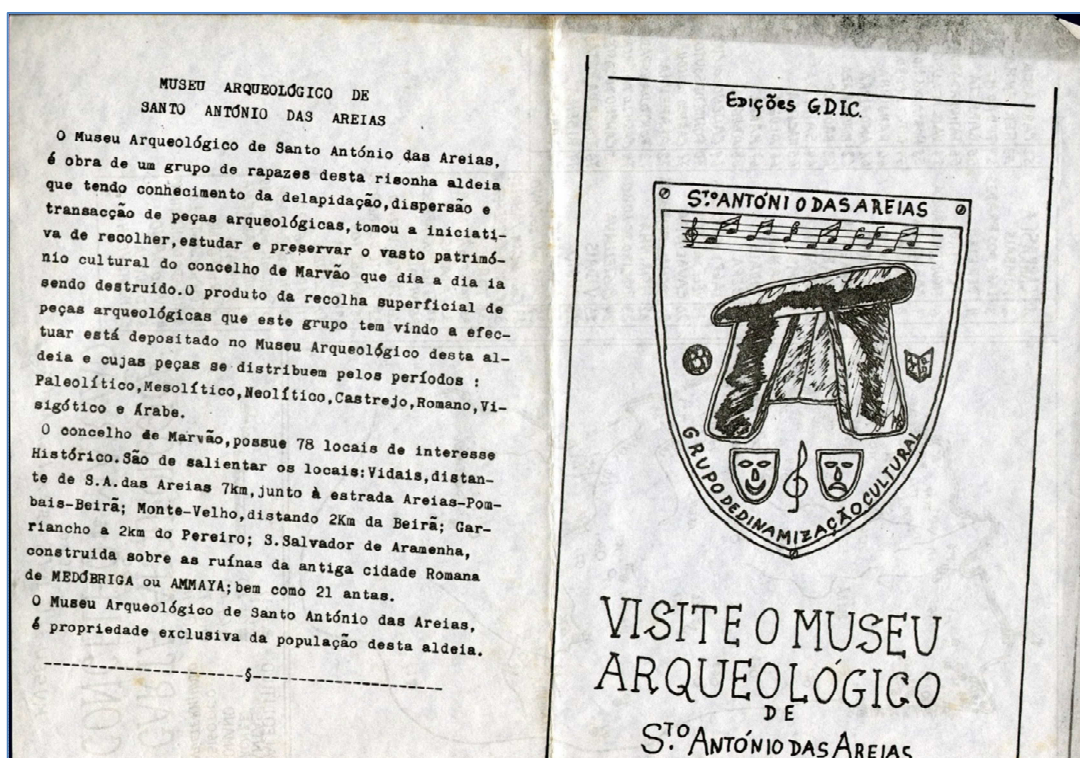


Figura 10. Registo de materiais do Museu de Santo António das Areias (exemplo do estudo de uma epígrafe)

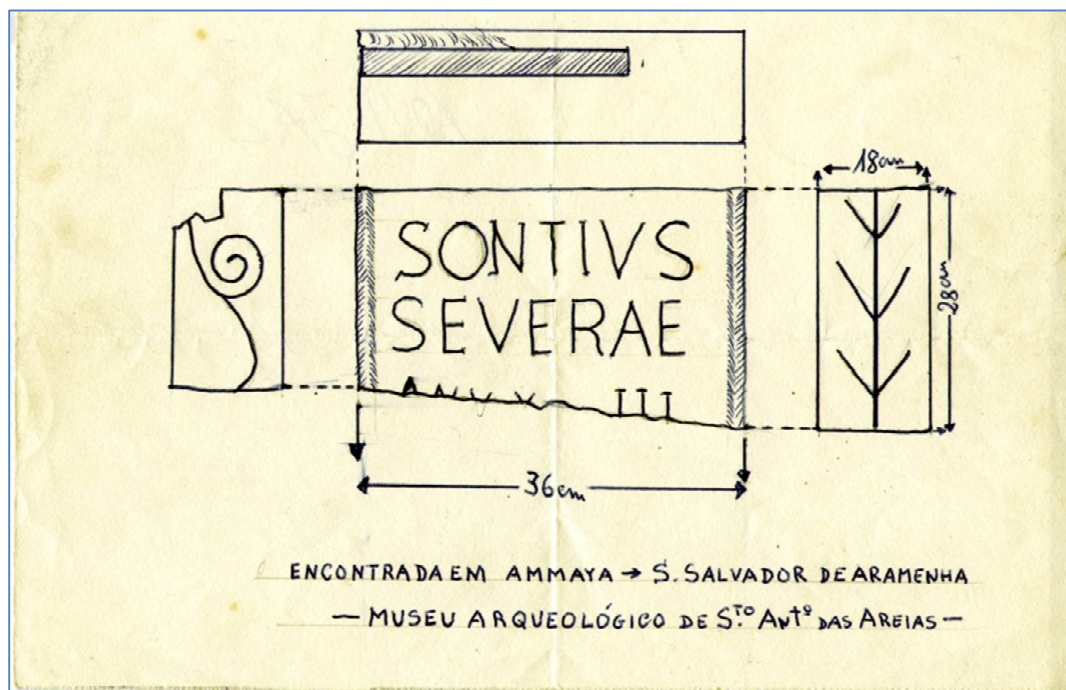


Figura 11. Folheto da 1.ª exposição arqueológica realizada em Marvão (1974)

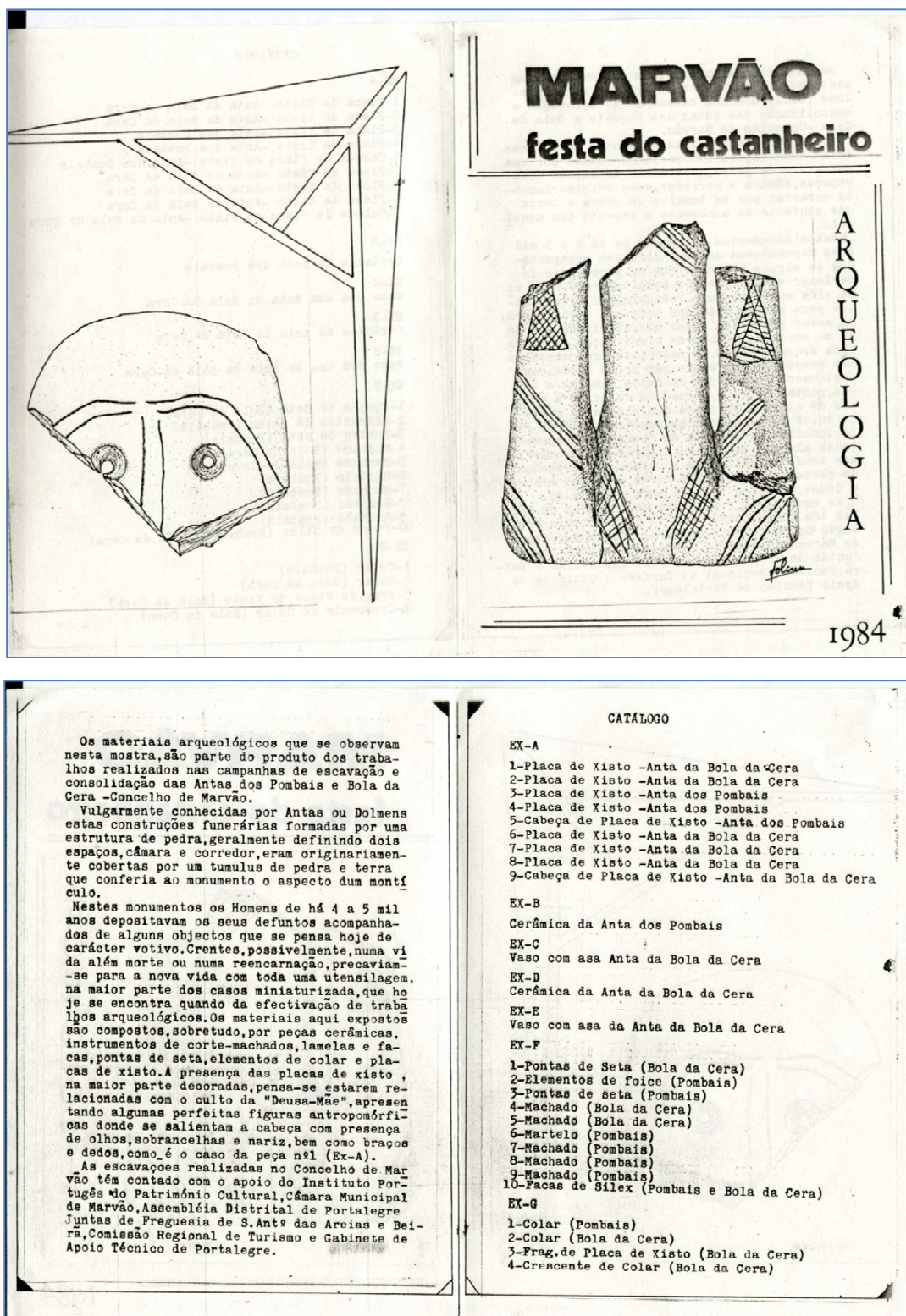


Figura 12. Folheto de exposição arqueológica realizada em 1984, em Marvão

ANEXO III – Entrevista oral ao sr. António Moura Andrade (presidente da Câmara Municipal de Marvão à data de inauguração do Museu), 15 de Maio de 2010 (Museu Municipal de Marvão)

Paula Morgado (PM) – Boa tarde, sr. Andrade gostava de lhe fazer algumas perguntas, ou melhor, gostava que falasse à sua vontade sobre o Museu Municipal de Marvão, mais concretamente sobre o que esteve na origem e como surgiu esta ideia de criar o museu, quais os passos que foram dados para o criar e quem de facto esteve na génese deste museu. Já anteriormente tinha havido algumas tentativas de criação de um museu aqui em Marvão, mas o museu como existe hoje, aqui instalado na igreja de Santa Maria data apenas de 1987. Gostava então que me falasse deste museu desde a origem até aos dias de hoje.

António Moura Andrade (AMA) – Eu posso adiantar-lhe que o que conheço melhor...eu antes de ser presidente da Câmara fui vereador durante dois mandatos, portanto seis anos, na altura eram de três anos, e várias vezes tive oportunidade de confrontar o então presidente da câmara, infelizmente já falecido, o sr. Manuel Pedro da Paz, para que se criasse um museu. Mas nunca houve oportunidade, foi passando, e quando eu fui eleito, em finais de oitenta e cinco, e portanto tomei posse em oitenta e seis, em Janeiro de oitenta e seis, foi uma das minhas principais preocupações. Ora eu lutei tanto pela criação do museu, agora sinto-me na obrigação de concretizar este sonho, porque era realmente um sonho grande. Consegui depois junto do professor Doutor Jorge Oliveira que ele me desse muito apoio, sem o apoio dele eu não tinha conseguido, naturalmente, falei com ele, começamos a lançar mãos à obra e claro, como sabe trata-se de uma igreja que estava fechada ao culto na altura e então lembrámo-nos de aproveitar este espaço, fomos falar com os responsáveis da diocese e conseguimos realmente resolver este problema. Durante o ano de oitenta e seis, não sei precisar a data, fomos lutando pela criação do museu e pela sua instalação. Recorremos depois também a outra pessoa, que não podemos deixar de mencionar, que é o sr. João Francisco Rosado Nunes Vidal, que é o homem da etnografia, é um homem muito dedicado. Nessa matéria ele também nos ajudou muitíssimo e está aí patente o trabalho dele e com a ajuda também muito

preciosa do vereador da cultura na altura, o sr. José Luís Ruivo, infelizmente já desaparecido, que foi uma pessoa que se dedicou também muito a isto, conseguimos, como dizia, ao longo deste tempo todo, não foi muito, visitamos alguns museus para nossa inspiração. Conseguimos depois, em Novembro de oitenta e sete, por altura da Feira da Castanha, que se faz aqui todos os anos por essa altura. No primeiro fim de Novembro conseguimos a inauguração e foi realmente um momento muito, muito, muito feliz na minha passagem por esta autarquia, porque era realmente um objectivo que eu queria atingir.

P.M. – Há pouco disse que a igreja já não estava ao culto, daqui que fosse um espaço pensado para museu, precisamente por isso, era um espaço que estava vazio, numa zona nobre da vila e seria adequado para a criação de um museu. Recorda-se desde quando é que este espaço deixou de estar ao culto?

A.M.A. – Não me recordo. Sei que foi muito tempo. Depois, entretanto, até sofreu algumas obras. A data não tenho ideia.

P.M. – Portanto não tinha qualquer tipo de utilização, estava mesmo fechada.

A.M.A. – Mesmo fechada

P.M. – As colecções, ou parte das colecções que hoje se encontram aqui no Museu Municipal, e apesar de terem sido acrescentadas desde oitenta e sete até agora, 2010, parte dessas colecções já se encontravam cá em Marvão, instaladas noutro edifício.

A.M.A. – Exactamente. As imagens religiosas vieram da igreja de S. Tiago e os outros objectos existiam já aí por vários locais, inclusivamente houve muitas pessoas da população, muitas mesmo, que cederam várias coisas. E há aquela parte da arqueologia, que é da responsabilidade do Prof. Jorge Oliveira, como referi há bocado, que como sabemos dedicou toda a vida dele a essa arte aqui no concelho, e tinha esse espólio todo, e que veio para aqui na altura.

P.M. – Na altura havia também algum espólio que é proveniente da Ammaia, da cidade romana da Ammaia. O museu inaugura com esse material da cidade romana, com esse material a que se referiu, que é resultado de doações da população, a parte de etnografia, dos trajes...

A.M.A. – Os trajes principalmente. Alguns evidentemente que não são originais, mas que nós mandámos fazer com orientação desse sr. Vidal que

eu referi há bocado. Havia também uma outra fase do museu, que hoje não existe, que era no espaço onde estamos estava aqui uma pequena armaria também. Depois, quando eu saí, a pessoa que me substituiu, transferiu para o museu que criou no castelo.

P.M. – Esse núcleo eu sei que foi para o castelo e entretanto teve que fechar porque no castelo as condições de conservação não eram as mais adequadas e está aqui novamente na igreja há muito pouco tempo.

A igreja de Santa Maria pertence á Igreja, e o sr. Andrade referiu há pouco que enquanto presidente da Câmara, logo em 1986, fez alguns contactos com a diocese...

A.M.A. – Onde estava também o pároco da terra, naturalmente, que era o padre Fernando Farinha, que também nos ajudou muito.

P.M. – E a diocese foi logo receptiva à ideia?

A.M.A. – Foi, não houve problemas. O que podemos mencionar, mas isso infelizmente é sempre assim, esta Câmara Municipal é uma Câmara pequenina e tem as suas dificuldades, e esse foi um dos problemas grandes porque eu herdei a câmara com problemas nesse sentido. Não tem nada que ver com o assunto, mas só para esclarecer melhor, a câmara fez uns bairros nas freguesias do concelho, depois entretanto o empreiteiro faliu e isso deu problemas graves, na altura precisamente em que eu entrei. Trouxe grandes problemas financeiros à câmara que depois foram resolvidos perfeitamente, mas na altura lutei com alguma dificuldade em arranjar verbas para o museu. Mas era uma coisa que eu gostava tanto, que tinha na mente já há tantos anos, e conseguimos vencer.

P.M.- Calculo que as verbas para o museu implicassem uma série de coisas. Desde logo, como a igreja estava fechada, deve ter sido necessário fazer algumas obras no imóvel.

A.M.A. – Sim. E os móveis, os móveis foram todos feitos por nós.

P.M. – Depois o mobiliário para receber os materiais foi todo feito também, e pago pela autarquia.

A.M.A. – Sim, sim. Felizmente que na oficina de carpintaria havia um mestre e ele é que fez realmente tudo, mas a madeira e a mão-de-obra foi tudo aqui da câmara.

P.M. – O material foi então todo produzido pela câmara, pelos serviços de carpintaria da câmara. E a câmara apoiou todo o processo de transferência

das peças, da casa onde estavam, que se situava exactamente onde? O anterior museu.

A.M.A. – Não era propriamente um museu, as peças estavam dispersas por vários locais que foram depois aqui reunidos.

P.M. – Lembro-me de ler numa acta antiga da câmara, salvo erro dos anos cinquenta, que houve duas casas aqui na zona do castelo que foram adaptadas para receber alguns materiais. Tem memória disso?

A.M.A. – Sim, sim, e ajudou-me que já não me recordava disso.

P.M. – Não sei exactamente onde ficavam...

A.M.A. – Sabe onde é o tal Museu que está fechado?

P.M. – O núcleo militar do castelo?

A.M.A. – Exactamente. E nesse pequeno largo onde está o museu há dois edifícios, hoje até está lá uma loja, no outro lado penso que não há nada, e aí é que estava realmente guardado a maior parte desse espólio.

P.M. – Nessa altura foi então necessário reunir um conjunto de materiais dispersos por vários espaços, como já disse. Um desses espaços era então esse do castelo, de onde provém o núcleo militar.

A.M.A. – Isso depois foi mais tarde.

P.M. – Depois temos uma parte da arte sacra, que é proveniente da igreja de S. Tiago.

A.M.A. – Depois havia um outro núcleo proveniente das escavações na cidade romana da Ammaia...

P.M. – E um outro núcleo proveniente das escavações realizadas pelo Prof. Jorge Oliveira aqui no concelho de Marvão...

A.M.A. – Exactamente.

P.M. – E ainda a outra parte de etnografia, resultado de doações, que calculo que não estivesse já constituído nessa altura, mas que se tenha criado intencionalmente para o museu.

A.M.A. – Sim, a ideia foi essa.

P.M. – E foi com ampla colaboração da população.

A.M.A. – Sem dúvida nenhuma.

P.M. – O museu era um desejo muito seu, mas que reflecte o desejo de uma população inteira.

A.M.A. – Sem dúvida nenhuma. Na altura foi uma grande obra para o nosso concelho e para a nossa vila. Eu dizia sempre, e referi isso no discurso de

inauguração, que vinha muita gente a Marvão, hoje vem mais, mas na altura já vinha muita gente a Marvão, e não tínhamos nada para lhe oferecer senão a beleza natural que temos, as belas vistas que temos. Então, a criação deste museu já proporcionava mostrar às pessoas que nos visitavam, aos vários turistas portugueses e de outras nacionalidades, e ao mesmo tempo ficavam um pouco dentro do sistema deste concelho, porque isto estava aqui praticamente tudo representado, tudo o bom que temos neste concelho. E foi realmente assim.

P.M. – Solicitaram apoio a alguma entidade oficial ou fizeram o museu apenas com as pessoas que já referiu, com o Prof. Jorge Oliveira e com o sr. Vidal...

A.M.A. – E com a ajuda, claro, era vereador na altura, do sr. Murta, foram as pessoas que mais directamente trabalharam. Mas foi realmente a expensas da câmara e que eu me recorde não houve financiamentos de lado nenhum.

P.M. – E provavelmente nem apoios de outras entidades...

A.M.A. – Não, a orientação total foi exclusivamente do Prof. Jorge Oliveira, não tivemos outros apoios.

P.M. – Com certeza que houve várias dificuldades, para além das financeiras, porque nestes processos, e este até foi um processo relativamente rápido, porque a sua tomada de posse foi em Janeiro de 1986 e o museu é inaugurado em Novembro de 2007... Relativamente às dificuldades, para além das financeiras, quais foram os principais entraves para a criação deste museu ou para que ele abrisse as portas ao público?

A.M.A. – Entraves não foram assim muitos, até pelo tempo que estamos a referir, mas essa rapidez deveu-se realmente ao próprio pessoal da câmara ter-se dedicado totalmente, ter tido uma força grande para nos ajudar, porque isto foi feito realmente, como lhe disse, com o prof. Jorge Oliveira e com o pessoal da câmara, com os trabalhadores que existiam, sob orientação dele, naturalmente, e todos eles fizeram isto com muito gosto. Não me lembro realmente de ter havido grandes dificuldades.

P.M. – Foi um projecto colectivo, com muito apoio da população, com as pessoas a sentirem que era um projecto comum.

A.M.A. – Exactamente.

P.M. – Disse-me que enquanto vereador, anteriormente a oitenta e seis, já tinha também manifestado essa vontade de criação do museu. Porque é que ele não foi criado na altura? Por falta de vontade?

A.M.A. – É capaz de ter sido realmente falta de vontade política, porque como sabe, estas coisas infelizmente funcionam assim. Era como lhe disse há bocado, vereador da oposição. Estas coisas são sempre um problema. Penso que isso teve um bocado de influência. A pessoa que era o presidente de câmara na altura não ligava muito a essas coisas e terá tido alguma influência, porque eles tinham a maioria...e é capaz de ter tido alguma influência não se ter avançado...

P.M. – Para além da questão política, foi também uma questão de sensibilidade pessoal.

A.M.A. – Sim, sem dúvida nenhuma.

P.M. – Calculo que uma obra na qual esteve tão empenhada a população, e calculo que pessoas de vários quadrantes políticos... se estava à data tão empenhada também o estaria anteriormente... porque é sobretudo um projecto da população e para a população.

A.M.A. – Sim, exactamente.

P.M. – Portanto, a criação deste museu foi para si algo fundamental durante o tempo em que foi presidente de câmara, até...

A.M. A. – Fui presidente até noventa e sete, foram doze anos.

P.M. – Sempre com apoio incondicional ao museu.

A.M.A. – Sim, sempre.

P.M. – E foi mesmo pelo seu apoio e pelo seu entusiasmo...

A.M.A. – Sim, eu é que realmente tive sempre esse entusiasmo e depois tive a sorte de ter pessoas que me apoiaram muito e a obra nasceu.

P.M. - Este museu, estou-me a lembrar não só do património móvel que tem cá dentro, mas do património integrado, desde os azulejos da capela da sr.^a do Rosário até ao freso que foi recuperado, a pintura de S. Bartolomeu, mas foi já numa fase posterior essa obra de recuperação, não foi na altura em que inauguraram o museu, foi e obras posteriores de recuperação.

A.M.A. – Sim, penso que sim, não me recordo já bem.

P.M. – Há pouco falava-me do discurso de inauguração do museu. Lembra-se ainda das suas palavras nesse dia?

A.M.A. – Lembrar-me totalmente não. Mas andei à procura e não consegui encontrar o discurso escrito, mas encontrei estes rabiscos para o discurso.

P.M. - Quer lê-los?

A.M.A. – Exm.^o Sr. Governador Civil, Exm.^o Sr. Bispo de Portalegre e Castelo Branco, Exm.^o Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Exm^{as} Autoridades espanholas e portuguesas, Exm^{os} amigos autarcas, minhas Sr.^{as} e meus Srs,

Em primeiro lugar apresentamos as nossas desculpas a todas as Vossas Excas., pela forma simples como fomos obrigados a proceder à inauguração do museu, mas em virtude de estar a decorrer nesta vila a Feira da Castanha, festa do castanheiro, cujo êxito se tem vindo a verificar de ano para ano, foram ocupados para o efeito todos os espaços livres existentes, não sendo possível, como seria nosso desejo, arranjar sala para a sessão solene que se impunha neste acto. Cumpre-me agradecer a todos a honra que me deram com a vossa presença, correspondendo assim ao convite que lhes foi dirigido para assistirem a este acto.

Com a inauguração que acaba de se efectuar fica o concelho de Marvão muito mais rico, pois a partir de agora já não podemos afirmar que já não temos nada para oferecer aos inúmeros turistas nacionais e estrangeiros que diariamente nos visitam senão aquilo que a natureza foi pródiga em nos dar: bons ares e óptimas paisagens. A partir desta data será portanto possível a todas as pessoas que se deslocarem à sempre leal e nobre vila de Marvão apreciar as maravilhosas peças que se encontram expostas neste museu. É um dia particularmente feliz da nossa vida porque apesar de todas as dificuldades surgidas, com especial relevância para as financeiras, que o município que presido normalmente atravessa, foi possível atingir o objectivo pretendido, cujo sonho há longos anos pretendíamos ver realizado e que finalmente se concretizou. Com esta obra foram conseguidos simultaneamente dois objectivos que consideramos extremamente importantes: o aproveitamento deste maravilhoso espaço dedicado à cultura e a criação do Museu Municipal de Marvão cuja falta se fazia sentir nesta terra de grandes tradições históricas. Quero aproveitar esta oportunidade para informar os senhores professores de todas as escolas e que aqui se encontram representados em número bastante considerável, que este espaço cultural está inteiramente ao vosso dispor para todas as visitas de estudo que

pretendam organizar com os vossos alunos porque somos de opinião que todos devem ter conhecimento da riqueza que existe no nosso concelho, muito especialmente a juventude.

Finalmente uma palavra de profundo agradecimento para todas as pessoas que de qualquer modo contribuíram para a organização deste museu, porque sem a boa vontade de todos, sem qualquer excepção, não teria sido possível esta obra. Não posso, no entanto, mencionar o nome de três pessoas que empregaram todo o seu esforço, toda a sua dedicação, todo o seu saber, todo o seu dinamismo para que esta inauguração fosse hoje uma feliz realidade. Trata-se dos srs. Doutor Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira e João Francisco Rosado Nunes Vidal e José Luís Murta Ruivo, vereador da cultura. Foram estas as minhas palavras. Fiz bem em ter trazido, simples mas sentido. Como vê, está aqui quase tudo o que eu referi porque era isdto que eu sentia, eu tinha que fazer esta obra custasse o que custasse.

P.M. – É um discurso reproduzido vinte e três anos depois. Muito obrigada.

A.M.A. - Isto era um rascunho, ficou arquivado provavelmente na câmara o discurso escrito, mas foi isto que eu disse. Há bocado andei a rabiscar, a ver se ainda encontro...tenho lá assim umas coisas...durante doze anos há sempre coisas que nos marcam, e esta marcou-me e de que maneira, deve certamente até ver na maneira como eu falo, com o entusiasmo com que falo disto. E então consegui descobrir lá nos meus arquivos...

P.M. – Eu estive, como lhe disse, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Marvão e a Dr.^a Catarina Bucho facultou-me alguma informação, entre ela um convite da inauguração, que tem uma placa de xisto desenhada. E estive a ver também algumas fotografias do dia da inauguração e outras, de momentos posteriores, de visitas da escola aqui ao museu. É tudo material que está no arquivo, e tenho agora ainda de procurar a acta da câmara...

A.M.A.- Mas eu ia-lhe dizer isso precisamente. Tem que estar numa acta, nem que seja só uma única vez, mas há-de haver mais, porque para justificar as despesas tem que haver uma decisão, uma deliberação da câmara. Na altura era assim, agora parece que já não é, mas na altura era.

P.M. – Entre Janeiro de oitenta e seis e Novembro de oitenta e sete tem que existir esse documento.

A.M.A. – Eu até me inclino muito para oitenta e seis, aí é que se deve ter decidido avançar com o museu.

P.M. – Vou procurar então esse documento, porque com certeza que ele está lá. Mas eu queria perguntar-lhe ainda outra coisa, antes de terminarmos esta conversa. Quem foi o primeiro director do museu?

A.M.A. – O primeiro director fui eu. Depois mais tarde...não me recordo se o vereador da cultura chegou a ser, eu penso que sim, mas já não tenho a certeza...há-de haver uma acta, já no final do meu mandato, que talvez tenha interesse, em 1997, em que depois ficou o Prof. Doutor Jorge Oliveira como director do museu. A ideia até foi, precisamente como saíamos, não houvesse depois algum problema de acabarem com ele ou...

P.M. – E portanto optaram por colocar uma pessoa que politicamente estava um bocadinho à margem, era uma pessoa que também estava na origem do museu...

A.M.A. – Claro, que vivia isto como nós. A ideia foi realmente essa.

P.M. – E foi salvaguardar o museu, colocando na sua direcção uma pessoa politicamente isenta. E enquanto o Sr. Andrade era director, havia depois um responsável técnico pelo museu, e sempre foi o Prof. Jorge Oliveira.

A.M.A. – Sim, exactamente.

P.M. - Muito obrigada pela sua disponibilidade porque de facto é fundamental o discurso da pessoa que foi responsável pela existência deste museu.